



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 12 | dezembro 2020



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEAR I

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais
Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: dezembro de 2020

Elaborado com informação disponível até ao dia 29 de dezembro.

Editores:

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Rua da Alfândega 5-A

1110 - 016 Lisboa

Telefone: +351 21 882 33 90

URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.gov.pt

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 21 792 13 72

URL: <http://www.gee.gov.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

ISSN: 1848-11012



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	26
Artigos	31
Em Análise	33
Comércio Internacional de mercadorias com África - Países africanos face ao mundo - Portugal face a África (2015-2019)	33
Acréscimos e decréscimos das exportações por produtos e mercados - Evolução mensal - Outubro de 2020	55
Produtividade do trabalho em Portugal - Análise comparada ao nível da empresa	67
Evolução das projeções macroeconómicas para 2020 e 2021 - Breve comparação	75
Investment dynamics in Portugal	79
Iniciativas e Medidas Legislativas	97
Lista de Acrónimos	107

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * A segunda vaga da pandemia de COVID-19 acarreta uma retoma mais moderada/abrandamento da economia mundial no final de 2020; embora o início da vacinação traga expectativas mais positivas para 2021. No início do quarto trimestre de 2020, a produção industrial mundial diminuiu 0,6% em termos homólogos em outubro de 2020 (-1,4% no mês precedente) e o comércio mundial de mercadorias também foi menos negativo, com destaque para uma melhoria das trocas comerciais das economias avançadas.
- * No quarto trimestre de 2020, os indicadores disponíveis para os EUA, indicam uma melhoria da atividade económica e do mercado de trabalho, cuja taxa de desemprego desceu para 6,7% em novembro de 2020 (6,9% em outubro). Neste período, a atividade económica da China continuou a expandir-se.
- * No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2020, o indicador de sentimento económico da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) melhorou, mas a um ritmo mais moderado. A taxa de desemprego desceu marginalmente na AE (8,4%) e manteve-se em 7,6% na UE (+1 p.p. face ao mês homólogo de 2019, para ambas as zonas). Em novembro de 2020, pelo segundo mês consecutivo, a taxa de inflação da área do euro manteve-se em -0,3% em termos homólogos e desceu para +0,4% em termos de variação média dos últimos 12 meses (+0,5% em outubro).
- * Em dezembro de 2020 e, até ao dia 28, o preço do petróleo Brent aumentou para 50 USD/bbl (41 €/bbl), impulsionado pelas expectativas de um aumento de crude em 2021.
- * As taxas de juro de curto prazo tornaram a diminuir na área do euro, para -0,54% em média, em dezembro de 2020 (até ao dia 28), tendo subido nos EUA, para 1,2%. Os prémios de risco dos países periféricos da área do euro continuaram a reduzir-se, impulsionados, em parte, pelas medidas de estímulo monetário do BCE.
- * Em finais de 2020, o euro apreciou-se significativamente face ao dólar, tendo atingido 1,22 no dia 28 de dezembro, valorizando quase 9% face ao final de 2019 (1,12).

Conjuntura Nacional

- * De acordo com os dados publicados pelo INE, no terceiro trimestre, o PIB registou uma diminuição homóloga de 5,7% em volume, depois da contração de 16,4% observada no segundo trimestre.
- * No trimestre terminado em outubro, verificou-se uma melhoria nos índices de produção nos setores da construção e obras públicas e da indústria transformadora, tendo este último já apresentado um crescimento.
- * Apesar de continuarem negativos, os índices de volume de negócios dos diferentes sectores de atividade registaram uma recuperação no trimestre terminado em outubro.
- * De acordo com as contas nacionais trimestrais do INE, no terceiro trimestre de 2020, o consumo privado registou uma variação homóloga de -4,3%, o que corresponde a uma recuperação expressiva quando comparada com o trimestre precedente (-14,4%).
- * Os indicadores qualitativos baseados nas opiniões dos empresários do comércio a retalho verificaram uma ligeira estabilização relativamente à procura interna sobre bens de consumo e ao volume de vendas no comércio a retalho no trimestre terminado em novembro.

- * As vendas de automóveis ligeiros de passageiros apresentaram, em novembro, uma variação homóloga negativa (-27,9%), situação esta que denota um agravamento face ao mês precedente (-12,6%).
- * No terceiro trimestre, a FBCF registou um crescimento de 0,5% em termos homólogos, após se ter verificado uma taxa de -8,5% no segundo trimestre. A recuperação da FBCF deveu-se a uma redução menos intensa das componentes de outras máquinas e equipamento e de equipamento de transporte.
- * Em termos homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE, apontam para uma redução das exportações de 1,4% e uma diminuição das importações em 10,2% (3,2% e 13,4% no terceiro trimestre, respetivamente).
- * O défice acumulado da balança corrente, até outubro de 2020, foi de 1 823 milhões de euros, o que representa um agravamento de 1 978 milhões de euros em termos homólogos. No mesmo período registou-se uma necessidade de financiamento da balança corrente e de capital de 90 milhões de euros.
- * O número de inscritos nos Centros de Emprego aumentou 30,2% em termos homólogos.
- * As variações homólogas do IPC e do IPC subjacente foram ambas de -0,2%; na produção industrial, os preços diminuíram 4,7% em outubro.
- * Os índices bolsistas internacionais evoluíram muito favoravelmente, refletindo sobretudo os progressos nas negociações do pacote de estímulo fiscal de ajuda à economia nos EUA e a continuidade de uma política monetária acomodatória por parte da Reserva Federal e do BCE.
- * Até novembro de 2020, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um défice de 8 691 milhões de euros, um agravamento de 9 267 milhões de euros face ao verificado no período homólogo. O saldo primário registou um défice de 1 401 milhões de euros (deteriorou-se 9 735 milhões face ao período homólogo).
- * A queda da receita resultou sobretudo da diminuição da Receita Fiscal e das Contribuições de Segurança Social, fruto do impacto da COVID-19. Do lado da despesa, destaca-se o crescimento da Aquisição de Bens e Serviços, das Transferências Correntes e das Despesas com Pessoal.
- * Por subsectores, a Administração Central apresentou um défice de 10 994 milhões de euros, a Administração Regional e Local apresentou um excedente de 270 milhões de euros e a Segurança Social registou um excedente de 2 033 milhões de euros.
- * De acordo com o Banco de Portugal, em outubro de 2020, a dívida pública atingiu 268 146 milhões de euros, mais 1 144 milhões de euros que no mês anterior e mais 18 161 milhões de euros que no final de 2019. A dívida líquida de depósitos das administrações públicas registou um aumento de 2 051 milhões de euros face ao final de setembro e mais 8 271 milhões de euros que no final do ano anterior.
- * Em novembro, a dívida direta do Estado atingiu 262 676 milhões de euros, menos 1 232 milhões de euros que no final do mês anterior, redução em parte explicada pela amortização de BT em 1 205 milhões de euros em termos líquidos. A dívida após cobertura cambial fixou-se em 262 296 milhões de euros.

Comércio Internacional

- * Os resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional recentemente divulgados apontam para um decréscimo homólogo das exportações de mercadorias

de 11,5% nos primeiros dez meses de 2020. Neste mesmo período, as importações decresceram 16,5%, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 31,2%, correspondendo a 5 286 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 79,2%, mais 4,5 p.p. que em igual período de 2019.

- * Nos primeiros dez meses de 2020, o decréscimo homólogo das exportações de mercadorias (10,4%), excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao decréscimo das exportações totais. As importações registaram uma variação homóloga negativa superior ao decréscimo das exportações (14,1%), o que levou a uma melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial em 28,5%.
- * No último ano a terminar em outubro de 2020, as exportações de mercadorias diminuíram 8,7%, em termos homólogos, sendo que a generalidade dos grupos contribuiu “positivamente” para este comportamento. Destaca-se o contributo do “Material de transporte terrestre e suas partes” (1,9 p.p.), “Energéticos”, “Químicos”, “Têxteis, vestuário e seus acessórios”, e “Minérios e metais” (ambos com 1 p.p.), “Madeira, cortiça e papel” (0,8 p.p.), a par das “Máquinas, aparelhos e suas partes” e “Produtos acabados diversos” (ambos com 0,7 p.p.). Nos primeiros dez meses de 2020, deve igualmente destacar-se o contributo “positivo” do “Material de transporte terrestre e suas partes” (2,8 p.p.), seguido do contributo dos “Energéticos” (1,7p.p.), “Químicos” (1,2 p.p.), Têxteis, vestuário e seus acessórios”, e “Minérios e metais” (ambos com 1,1 p.p.), “Produtos acabados diversos” (1 p.p.), a par da “Madeira, cortiça e papel” e “Máquinas, aparelhos e suas partes” (ambos com (0,9 p.p.)).
- * De janeiro a outubro de 2020, as exportações para o mercado comunitário registaram uma taxa de variação homóloga negativa de 10,5 % e contribuíram 7,4 p.p. para o decréscimo das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-14 diminuíram 10,4% e as referentes aos países do Alargamento 11,3%, sendo os respetivos contributos para o decréscimo do total das exportações de 6,8 p.p. e 0,6 p.p. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (25,3% do total de janeiro a outubro de 2020), registaram o maior contributo Intra UE (2,2 p.p.) para o decréscimo das exportações, seguidas das exportações para Alemanha e França (1,5 e 0,9), respetivamente).
- * Nos primeiros dez meses de 2020, as exportações para os Países Terceiros diminuíram 14,0%, passando a representar 28,4% do total das exportações nacionais (-0,9 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a Suíça (3,4%), e a redução significativa das exportações para o Canadá (53%), Angola (30,4%) e México (24,3%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de outubro de 2020, as Exportações de Bens e Serviços registaram uma redução homóloga de 22% nos primeiros dez meses de 2020. A componente de Bens registou um melhor desempenho relativo face à dos Serviços (-10,8% e -40%, respetivamente) tendo a componente de Serviços contribuído 16,4 p.p. para a redução do total das exportações.

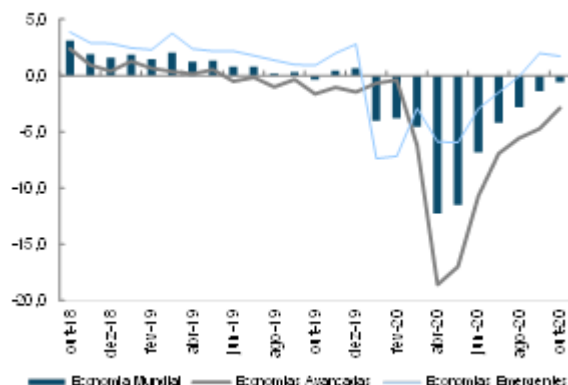
1. Enquadramento Internacional

A segunda vaga da pandemia de COVID-19 acarreta uma retoma mais moderada/abrandamento da economia mundial no final de 2020; embora o início da vacinação traga expectativas mais positivas para 2021.

Atividade Económica Mundial

No início do quarto trimestre de 2020, a produção industrial mundial apresentou uma quebra de 0,6% em termos homólogos (-1,4% no mês precedente) devido à melhoria da produção das economias avançadas; já que este indicador abrandou para os países emergentes.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



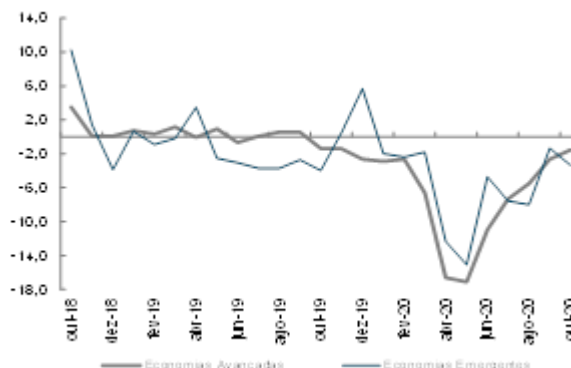
Fonte: CPB.

O comércio mundial de mercadorias também foi menos negativo, resultando de uma ligeira melhoria tanto das exportações como das importações.

Com efeito, em outubro de 2020 e em termos homólogos reais:

- o comércio mundial registou uma quebra de 1,1% (-1,3% no mês anterior);
- as exportações e importações mundiais caíram 0,2% e 2,1%, respetivamente (-0,3% e -2,2%, respetivamente, anteriormente).

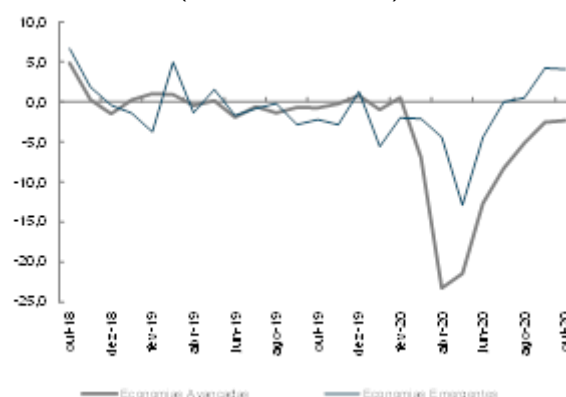
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

As trocas comerciais das economias avançadas registaram uma melhoria, especialmente em termos de importações; enquanto as dos países emergentes se deterioraram, apesar da continuação de um crescimento das exportações.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

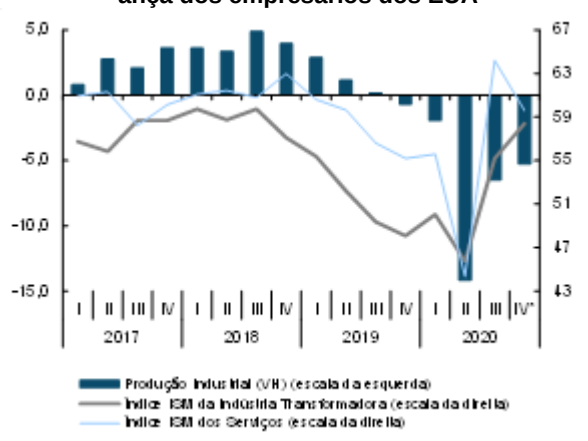
Indicador	Unidade	2018	2019		2020			2020			
			3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	0,9	0,4	0,2	-4,1	-10,2	-2,8	-4,2	-2,8	-14	-0,6
Economias Avançadas	VH	-0,3	-0,5	-1,4	-2,4	-16,4	-5,7	-8,9	-5,6	-4,7	-2,9
Economias Emergentes	VH	2,1	1,4	1,9	-5,8	-4,9	0,1	-1,5	-0,1	2,0	1,7
Comércio Mundial de Mercadorias	VH real	-0,4	-0,9	-0,8	-3,1	-14,4	-4,2	-8,5	-4,8	-13	-1,1
Importações Mundiais	VH real	-0,4	-0,8	-1,1	-3,5	-18,6	-5,3	-7,4	-6,3	-2,2	-2,1
Economias Avançadas	VH real	0,2	0,4	-1,8	-4,1	-14,9	-5,2	-7,3	-5,5	-2,6	-1,5
Economias Emergentes	VH real	-0,9	-3,4	0,6	-2,1	-10,8	-5,7	-7,8	-8,0	-14	-3,4
Exportações Mundiais	VH real	-0,4	-1,0	-0,5	-2,7	-16,2	-3,0	-5,5	-3,2	-0,3	-0,2
Economias Avançadas	VH real	-0,2	-0,9	-0,1	-2,5	-19,1	-5,3	-8,3	-5,1	-2,5	-2,3
Economias Emergentes	VH real	-0,8	-1,3	-1,3	-3,2	-7,3	1,6	0,0	0,5	4,2	4,1

Fonte: CPB

Atividade Económica Extra-UE

O PIB em volume do G20 recuperou de forma acentuada no terceiro trimestre de 2020, tendo aumentado 8,1% em cadeia em termos reais, invertendo a quebra sem precedentes no segundo trimestre; tendência que se estendeu quer às economias avançadas, quer aos países emergentes.

Figura 1.4. Produção Industrial e Indicadores de Confiança dos empresários dos EUA

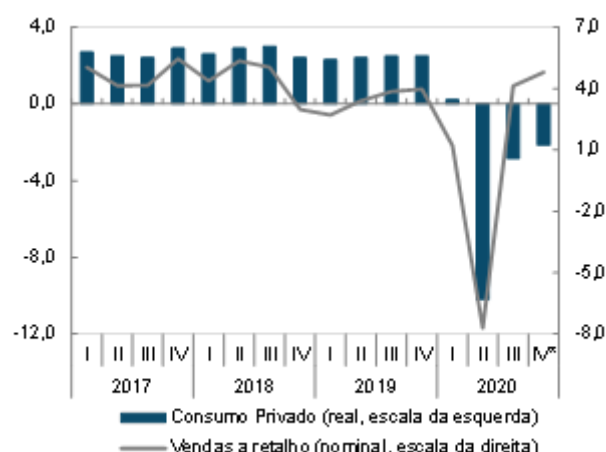


Fontes: Federal Reserve; ISM. * Média de outubro e novembro

Os indicadores disponíveis para os EUA no quarto trimestre de 2020 indicam uma melhoria da atividade económica e do mercado de trabalho. Assim, no conjunto dos meses de outubro e novembro de 2020 e, em termos homólogos nominais:

- a produção industrial diminuiu 5,3% (-6,5% no terceiro trimestre); em linha com o aumento do indicador de confiança dos empresários da indústria; enquanto o dos serviços recuou mais afetado pelas novas restrições;
- as vendas a retalho apresentaram um crescimento mais robusto e o consumo privado apresentou uma quebra menos significativa (-2,1%).
- Em novembro de 2020, a taxa de desemprego desceu para 6,7% (6,9% no mês anterior) e a taxa de inflação homóloga estabilizou em 1,2%.

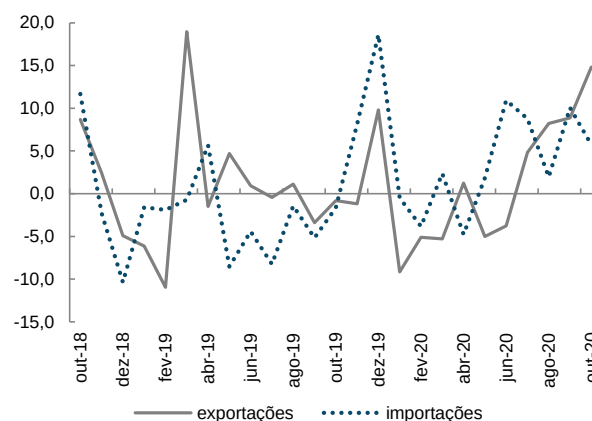
Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Census Bureau. * Média de outubro e novembro

A atividade económica da **China** continuou a expandir-se no quarto trimestre de 2020. No conjunto dos meses de outubro e novembro, e, em termos homólogos nominais, a produção industrial e as vendas a retalho aumentaram 7% e 4,7%, respetivamente (5,7% e 0,9%, respetivamente, no terceiro trimestre). Também, as exportações intensificaram-se, tendo aumentado quase 15% em volume em outubro.

Figura 1.6. Comércio Externo de Mercadorias da China (VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

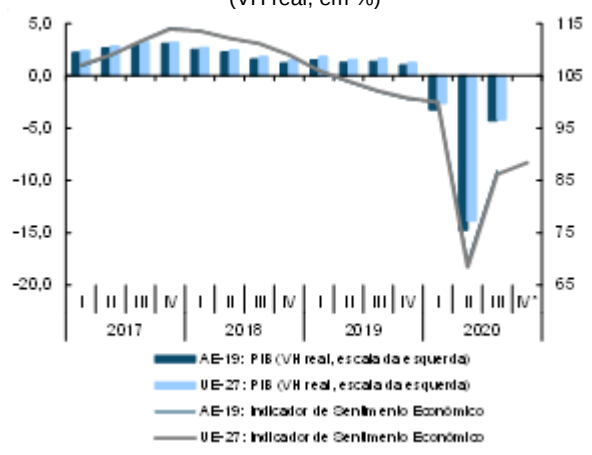
Indicador	Unidade	2019	2019		2020			2020			
			3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
EUA – PIB real	VH	2,2	2,1	2,3	0,3	-9,0	-2,8	-	-	-	-
Produção Industrial	VH	0,9	0,2	-0,7	-19	-14,2	-6,5	-6,5	-6,3	-5,0	-5,5
ISM da Indústria Transformadora	Índice	51,3	49,4	48,1	50,0	45,7	55,2	56,0	55,4	59,3	57,5
ISM dos Serviços	Índice	58,0	56,6	55,2	55,6	44,3	64,2	62,4	63,0	61,2	58,0
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	96,0	93,8	97,2	96,6	74,1	75,7	74,1	80,4	81,8	76,9
Taxa de Desemprego	%	3,7	3,6	3,5	3,8	10,0	8,8	8,4	7,9	6,9	6,7
China – PIB real	VH	6,1	6,0	6,0	-6,8	3,2	4,9	-	-	-	-
Exportações mercadorias	VH real	0,5	-0,9	2,5	-6,5	-2,6	7,3	8,2	8,9	14,8	-
Japão – PIB real	VH	0,3	1,3	-1,0	-2,1	-10,3	-5,7	-	-	-	-

Fontes: BEA, Federal Reserve, ISM, Michigan, BLS, NBSC, CPB e COGJ.

Atividade Económica da UE

No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2020, os indicadores de sentimento económico da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) melhoraram, mas a um ritmo mais moderado do que no terceiro trimestre, refletindo as medidas de maior confinamento associadas à 2.ª vaga da pandemia de COVID-19.

Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico da União Europeia
(VH real, em %)

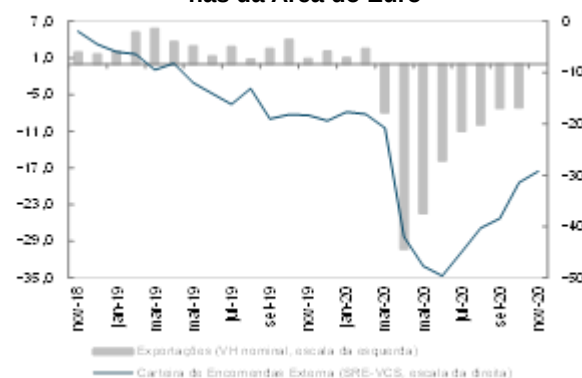


* Média de outubro e novembro.

Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro para o mês de outubro de 2020 indicam uma melhoria da produção industrial e das exportações de bens, a par de um reforço das vendas a retalho.

Figura 1.8. Exportações de Bens e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	2018	2019		2020			2020			
			3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	16	16	13	-2,8	-13,9	-4,2	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico (UE-27)	Índice	103,2	102,1	100,8	100,0	68,5	88,2	88,8	90,0	90,2	88,6
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	13	14	10	-3,2	-14,7	-4,3	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	103,1	102,0	100,6	100,0	69,4	88,9	87,5	90,9	91,1	87,6
Produção Industrial	VH	-13	-16	-2,1	-6,8	-20,1	-6,4	-6,3	-6,2	-3,6	-
Vendas a Retalho	VH real	2,4	2,7	2,1	-14	-6,8	2,4	4,3	2,5	4,1	-
Taxa de Desemprego	%	7,6	7,5	7,4	7,3	7,6	8,6	8,6	8,5	8,4	-
IHPC	VH	12	10	10	11	0,2	0,0	-0,2	-0,3	-0,3	-0,3

Fontes: Eurostat e CE

Em outubro de 2020, a taxa de desemprego desceu marginalmente na AE (8,4%) e manteve-se em 7,6% na UE (+1 p.p. face ao mês homólogo de 2019, para ambas as zonas).

Em novembro de 2020, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para a indústria transformadora; enquanto pioraram para os sectores dos serviços, comércio a retalho e para a construção.

Figura 1.9. Mercado de Trabalho da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em novembro de 2020, pelo segundo mês consecutivo, a taxa de inflação homóloga da área do euro manteve-se em -0,3%, resultando da desaceleração dos preços de bens alimentares e industriais; em contraste com o aumento dos serviços. Em termos de variação média dos últimos 12 meses, a taxa de inflação global desceu para 0,4% (0,5% em outubro).

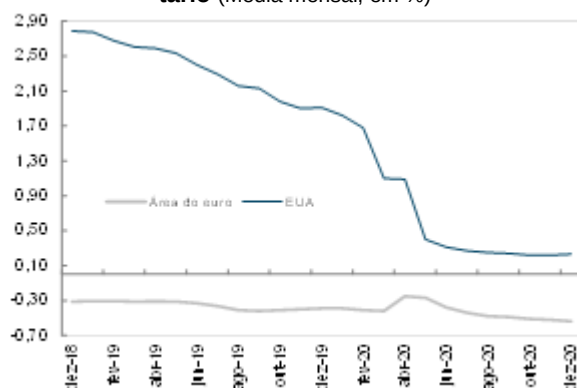
Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis aumentaram 1,4% em termos homólogos nominais no terceiro trimestre de 2020 (3,5% no segundo).

No terceiro trimestre de 2020, o emprego da AE diminuiu 2,3% em termos homólogos (-3,1% no segundo) levando a uma melhoria de produtividade, apesar de continuar com uma variação negativa.

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em dezembro de 2020 e, até ao dia 28, as taxas de juro de curto prazo tornaram-se a diminuir na área do euro, para -0,54%; enquanto subiram nos EUA, para 1,2% (invertendo a tendência descendente entre janeiro e novembro de 2020).

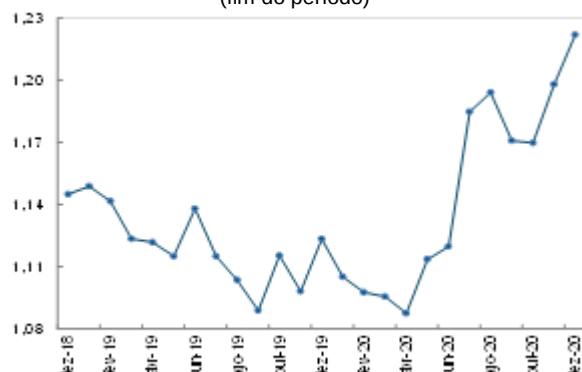
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE. * Média até ao dia 28.

As taxas de juro de longo prazo têm vindo a aumentar nos EUA, aproximando-se atualmente de 1%; enquanto continuaram a diminuir na área do euro, para um valor ligeiramente negativo em novembro de 2020.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



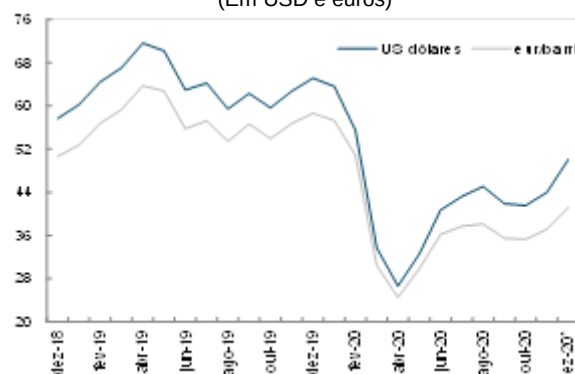
Fonte: Banco de Portugal. Para dezembro de 2020, o valor é do dia 28.

Em finais de 2020, o euro apreciou-se significativamente face ao dólar, tendo atingido 1,22 no dia 28 de dezembro, representando uma valorização de quase 9% face ao final de 2019 (1,12). Esta evolução reflete a expectativa de uma recuperação da economia em 2021 que resulta dos efeitos da vacinação contra a COVID-19, bem como do desbloqueio do Plano de Recuperação *Next Generation EU* e do Quadro Financeiro Plurianual 2021-27, ambos aprovados no Conselho Europeu de 11 de dezembro de 2020.

Em novembro de 2020, o índice de preços relativo ao preço do petróleo importado desceu para cerca de 31 (por memória tendo atingido o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979).

Em dezembro de 2020 e, até ao dia 28, o preço do petróleo *Brent* aumentou para 50 USD/bbl (41 €/bbl) impulsionado pelas expectativas de um aumento da procura de crude em 2021. Entretanto, no início do mês, a OPEP e os seus parceiros decidiram aumentar a produção em 500 mil barris diários, a partir de janeiro de 2021, resultando num corte de 7,2 milhões de barris/diários (em vez dos 7,7 milhões atualmente).

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fuentes: DGEG e Banco de Portugal. * Média até ao dia 28

No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2020, o preço das matérias-primas não energéticas acelerou, tendo aumentado 14,6% em termos homólogos (7,7% no terceiro trimestre) influenciado sobretudo pelo crescimento dos *inputs* industriais.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	2019	2019		2020			2020			
			3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
Taxa Euribor a 3 meses*	%	-0,38	-0,42	-0,38	-0,36	-0,42	-0,50	-0,48	-0,50	-0,52	-0,53
Yield OT 10 anos – EUA**	%	2,14	1,79	1,79	1,38	0,68	0,65	0,65	0,68	0,78	0,87
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	0,59	0,17	0,27	0,28	0,48	0,17	0,16	0,12	0,00	-0,08
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	1,123	1,089	1,123	1,096	1,120	1,171	1,194	1,171	1,170	1,198
Dow Jones*	VC	22,3	12	6,0	-23,2	7,8	7,6	7,8	-2,5	-4,8	11,8
DJ Euro Stoxx50*	VC	24,8	2,8	4,9	-25,8	1,0	-1,3	3,9	-3,1	-7,4	18,1
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	64,16	61,99	62,50	50,94	33,29	43,40	45,09	41,88	41,55	44,00
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	-10,3	-18,4	-8,2	-20,3	-51,2	-30,0	-24,2	-32,8	-30,3	-29,8
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	-5,4	-14,6	-5,4	-17,9	-50,3	-33,5	-28,7	-37,3	-34,8	-34,5
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	53,0	52,6	50,8	48,4	23,2	34,0	34,4	33,6	31,6	30,9

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de barris de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal.

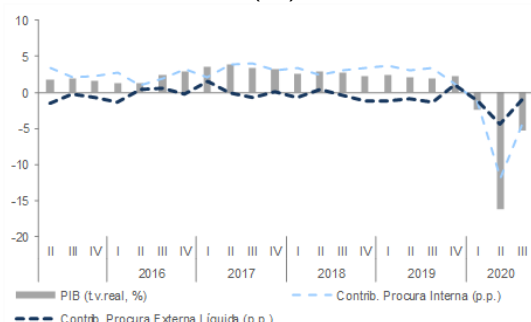
Fuentes: BdP, Eurostat, Yahoo, DGEG e GEE

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

De acordo com as contas nacionais trimestrais do INE, no terceiro trimestre de 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) registou uma diminuição homóloga de 5,7% em volume, depois da contração de 16,4% observada no trimestre anterior. Esta evolução deveu-se em grande medida ao comportamento da procura interna que registou um contributo significativamente menos negativo que no trimestre precedente (passando de -11,8 p.p. no segundo trimestre para -4 p.p.), refletindo sobretudo a recuperação expressiva do consumo privado e, em menor grau, do investimento e do consumo público. No mesmo sentido, o contributo da procura externa líquida no terceiro trimestre foi menos negativo que o registado no trimestre precedente, passando de -4,6 p.p. para -1,6 p.p.

Figura 2.1. PIB e contributos
(VH)

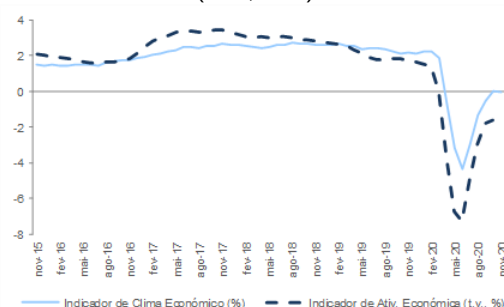


Fonte: INE

No trimestre terminado em novembro, o indicador de clima económico registou uma queda de 0,1%, interrompendo o perfil de recuperação observado nos últimos meses, após ter atingido o mínimo da série no segundo trimestre.

No trimestre terminado em outubro, o indicador de atividade económica registou uma queda de 1,6% (que compara com uma queda de 1,8% no terceiro trimestre).

Figura 2.2. Clima e Atividade Económica
(SRE, MM3)

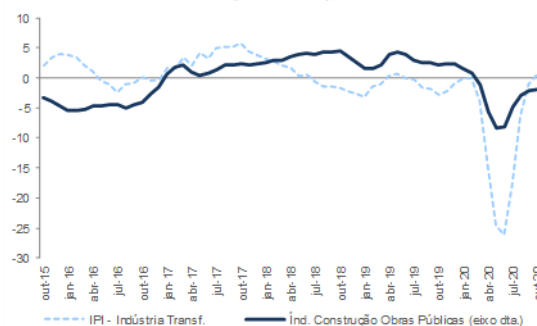


Fonte: INE

Numa perspetiva setorial, os dados quantitativos relativamente ao trimestre terminado em outubro, em termos médios homólogos, mostram que:

- Na indústria transformadora, o índice de volume de negócios apresentou uma redução de 5,3% (-6,7% no terceiro trimestre) e o índice de produção apresentou um crescimento de 0,8% (-1,1% no terceiro trimestre);
- No setor da construção e obras públicas, o índice de produção registou uma queda de 2% (-2,2% no terceiro trimestre);
- No setor dos serviços, o índice de volume de negócios apresentou uma contração de 12,7% (-14% no terceiro trimestre);
- No setor do comércio a retalho, o índice de volume de negócios registou uma redução de 1,5% (-2,1% no segundo trimestre).

Figura 2.3. Índices de Produção
(VH, MM3)



Fonte: INE

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

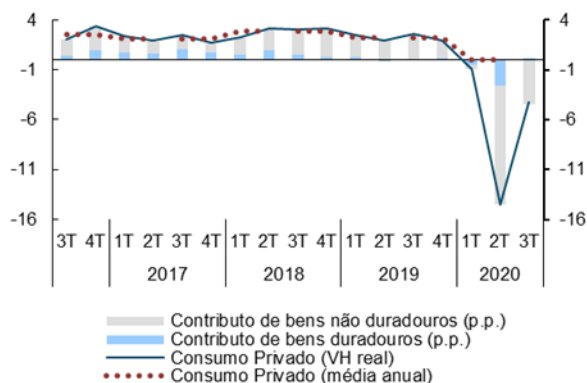
Indicador	Unidade	2019	2019		2020			2020				
			3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	nov
PIB – CN Trimestrais	VH Real	2,2	19	2,2	-2,3	-16,3	-5,3	-	-	-	-	-
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	2,3	2,2	2,1	19	-4,3	-0,5	-12	-0,2	-0,1	0,4	-0,5
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	-3,5	-4,1	-4,3	-6,1	-31,7	-14,3	-14,0	-13,6	-15,3	-14,0	-15,7
Indicador de Confiança do Comércio	"	2,6	2,6	16	0,2	-26,3	-9,7	-13,7	-7,5	-7,9	-4,8	-9,2
Indicador de Confiança dos Serviços	"	12,3	9,9	10,1	2,7	-52,9	-27,7	-37,2	-27,5	-18,3	-14,2	-18,4
Indicador de Confiança da Construção	"	-11,1	-12,7	-11,6	-6,4	-29,1	-14,4	-17,9	-13,4	-12,0	-10,7	-15,8
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	-1,0	-18	-0,9	-3,8	-26,2	-1,1	-7,4	3,6	0,6	-1,9	-2,1
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	0,6	-0,4	14	-3,6	-28,3	-6,7	-11,7	-6,1	-1,5	-8,1	:
Índice de Volume de Negócios – Serviços	"	2,8	19	2,4	-3,9	-30,1	-14,0	-15,9	-13,7	-12,3	-12,1	:

Fonte: INE

Consumo Privado

De acordo com as contas nacionais trimestrais do INE, no terceiro trimestre de 2020, o consumo privado registou uma variação homóloga de -4,3%, o que corresponde a uma recuperação quando comparada com o trimestre precedente (-14,4%).

Figura 2.4. Crescimento Real do Consumo Privado e Principais Contributos Trimestral

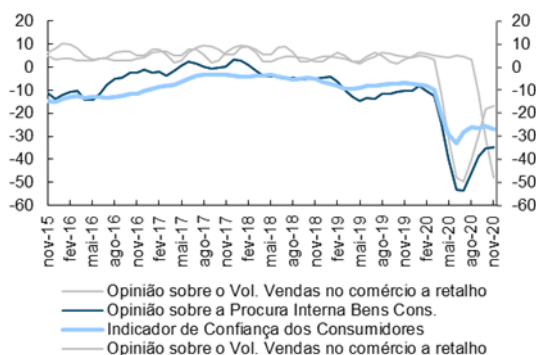


Fonte: INE.

Em novembro, o indicador de confiança dos consumidores, que vinha recuperando paulatinamente, diminuiu para um valor próximo ao registado em maio.

Já quanto aos indicadores baseados nas opiniões dos empresários do comércio a retalho, estes verificaram uma ligeira estabilização relativamente à procura interna sobre bens de consumo e ao volume de vendas no comércio a retalho nos trimestres terminados em novembro e outubro, respetivamente.

Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



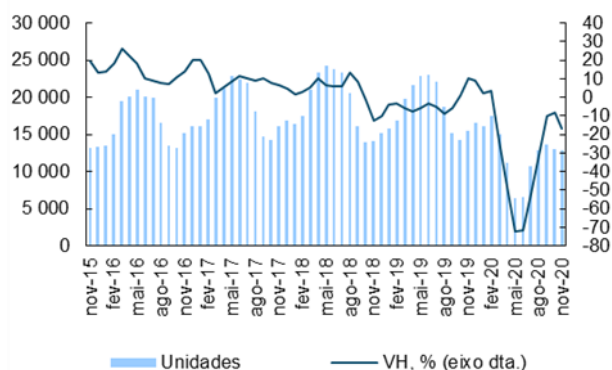
Fonte: INE.

As vendas de automóveis ligeiros de passageiros apresentaram, em novembro, uma variação homóloga negativa (-27,9%), situação esta que denota um agravamento face ao mês precedente (-12,6%). Estes valores são, contudo, melhores quando comparados com as quebras históricas da série, registadas entre março e maio do presente ano.

Em termos acumulados, foram vendidos 131 165 veículos nos onze primeiros meses do ano, o que comparando a igual período de 2019, se traduz numa variação de -36,4% (-74 908 unidades).

Em termos trimestrais, verifica-se que no trimestre terminado em novembro, a variação homóloga foi de -17% tendo sido vendidas 12 897 unidades, menos 2 639 do que em novembro de 2019.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros (MM3)



Fonte: ACA

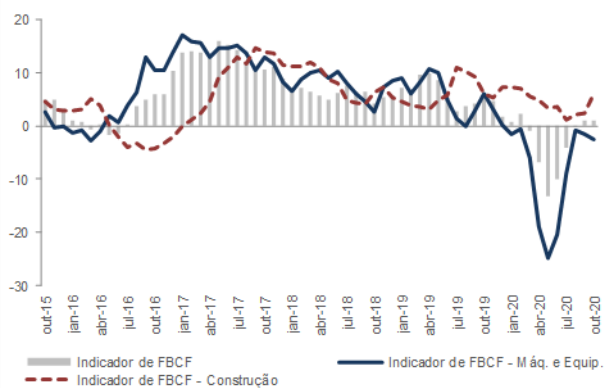
Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	2019	2019		2020			2020				
			3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	nov
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	2,4	2,7	2,4	-1,0	-14,4	-4,3	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	-6,2	-7,1	-7,2	-9,9	-33,1	-26,3	-27,1	-25,3	-26,6	-24,6	-29,6
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SRE-VE	4,0	6,0	4,3	3,3	-48,1	-29,4	-43,1	-25,0	-20,2	-9,9	-20,2
Índice de Vol. de Negócios no Comércio a Retalho*	VH	1,1	4,4	3,6	2,2	-13,2	-2,1	-2,5	-4,3	0,5	-0,4	:
Bens Alimentares	VH	0,6	3,1	2,3	7,2	-1,9	-0,1	0,3	-2,2	1,7	3,3	:
Bens não Alimentares	VH	1,5	5,5	4,5	-1,7	-21,9	-3,7	-4,7	-5,9	-0,4	-3,4	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	-1,6	-5,6	9,1	-23,8	-71,7	-10,2	-17,5	-0,1	-9,4	-12,6	-27,9
Importação de Bens de Consumo***	VH	1,4	6,7	4,5	1,8	-14,2	-8,6	-12,2	-10,7	-2,8	-7,9	:

Investimento

De acordo com as contas nacionais trimestrais do INE, no terceiro trimestre de 2020, a FBCF registou um crescimento, em termos homólogos, de 0,5% (-8,5% no trimestre anterior). A recuperação da FBCF total deveu-se praticamente à redução menos intensa, em termos homólogos, das componentes de outras máquinas e equipamentos e de equipamento de transporte (melhoria de 18,2 p.p. e de 49,9 p.p. face ao segundo trimestre, respetivamente). Por outro lado, a FBCF em construção, apesar de ser a única componente da FBDF a apresentar crescimento, registou uma desaceleração ao passar de uma variação homóloga de 6,1% no segundo trimestre para 5,9% no terceiro trimestre.

Figura 2.7. Indicador de FBCF e componentes
(VH, MM3)

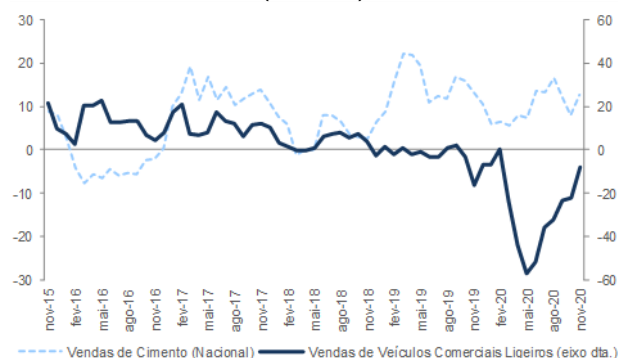


Fonte: INE.

Os dados disponíveis para o investimento realizado no mês de novembro, em termos homólogos, mostram que:

- As vendas de cimento apresentaram um crescimento de 27,8% (11,7% no terceiro trimestre);
- As vendas de veículos comerciais ligeiros registaram uma queda de 1,4% (-23,4% no terceiro trimestre);
- As vendas de veículos comerciais pesados registaram um crescimento de 19,6% (6% no terceiro trimestre);

Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)

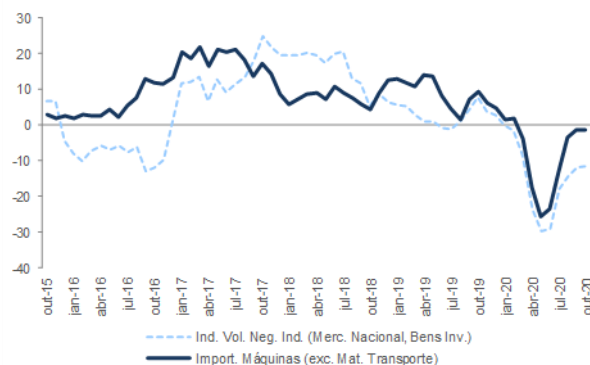


Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

Por seu lado, também no trimestre terminado em outubro, em termos médios homólogos, observou-se que:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento, para o mercado nacional, diminuiu 11,4% (melhoria de 0,3 p.p. face ao valor registado no terceiro trimestre);
- as importações de máquinas e outros bens de capital, exceto material de transporte, registaram uma queda de 1,4% (redução de 0,1 p.p. face ao observado no terceiro trimestre);
- as licenças de construção de fogos diminuiram 14,3% (redução de 6,6 p.p. face ao registado no segundo trimestre).

Figura 2.9. Bens de Investimento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

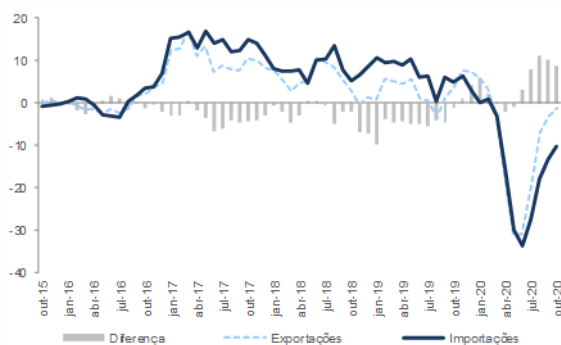
Indicador	Unidade	2019	2019			2020		2020				
			3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	nov
FBC – CN Trimestrais	VH Real	6,6	8,2	-2,0	-3,5	-10,8	-7,5	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	6,6	5,7	2,8	-0,6	-9,0	-0,6	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	5,2	4,2	18	-0,8	-9,9	10	-4,1	-0,2	10	10	:
Vendas de Cimento	VH	14,9	16,9	10,6	5,6	13,7	11,7	10,7	13,0	11,6	12	27,8
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	-2,1	2,3	-6,7	-24,0	-51,5	-23,4	-19,4	-40,5	-7,2	-15,1	-1,4
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	-3,1	-11,5	-22,4	-32,4	-68,2	6,0	72,5	-2,8	-8,2	-15,8	19,3
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	-0,5	0,0	0,0	-12,3	-53,0	-15,7	-27,3	-11,2	-8,6	-1,9	-11,8
Licenças de Construção de fogos	VH	18,6	33,5	8,8	-0,1	2,3	-7,7	0,1	-5,1	-18,0	-17,2	:
Importações de Bens de Capital**	VH	7,6	7,1	4,8	-3,8	-23,5	-1,4	-5,6	-2,2	3,7	-5,3	:
Índice Vol. Negócios do CG de Bens de Inv.***	VH	2,2	4,1	2,7	-8,5	-28,8	-11,7	-14,8	-10,9	-9,4	-13,7	:

*no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional. Fonte: INE, CIMPOR, SECIL e ACAP.

Contas Externas

Em termos médios homólogos, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o trimestre terminado em outubro, apontam para uma redução das exportações de 1,4% e para uma diminuição das importações de 10,2% (-3,2% e -13,4% no terceiro trimestre de 2020, respetivamente).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

No mesmo período, e em termos médios homólogos nominais:

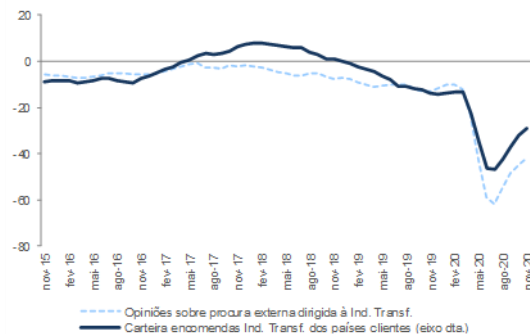
- nas exportações de bens, verificou-se um crescimento de 0,5% na componente intracomunitária (-1,4% no terceiro trimestre), e uma redução de 7,4% na componente extracomunitária (-8,8% no terceiro trimestre);
- nas importações de bens, verificou-se uma redução de 8,9% no mercado intracomunitário (-11,1% no terceiro trimestre), e uma queda de 14,5% no mercado extracomunitário (-20,3% no terceiro trimestre);
- A taxa de cobertura do comércio internacional de bens situava-se nessa altura em 79,2% (74,7% em igual período de 2019).

No trimestre terminado em novembro, observou-se uma melhoria das opiniões relativas à carteira de encomendas da indústria transformadora dos países clientes, relativamente ao trimestre terminado em outubro.

Em novembro, as opiniões sobre a procura externa dirigida à indústria transformadora continuaram a recuperação iniciada em junho, após os agravamentos verificados entre março e maio.

No setor do turismo, de acordo com o INE, no mês de outubro, em termos homólogos, a componente de alojamento turístico registou uma redução de 59,7% no número de hóspedes totais (-24,5% nos residentes e -77,9% nos não residentes) e de 63,3% nas dormidas (-21,7% nos residentes e -76,4% nos não residentes).

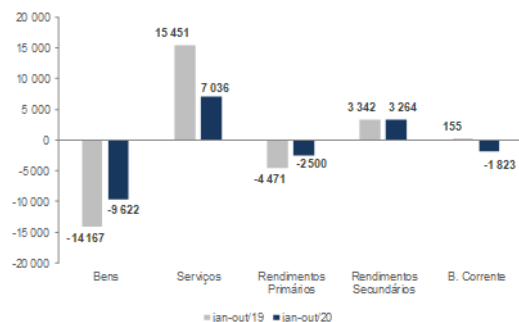
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

Até outubro de 2020, o défice acumulado da balança corrente situou-se em 1 823 milhões de euros, representando um agravamento em 1 978 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma deterioração dos saldos da balança de serviços e da balança de rendimentos secundários, parcialmente compensada por uma melhoria no saldo da balança de bens e na balança de rendimentos primários.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

No mesmo período registou-se uma necessidade de financiamento da balança corrente e de capital de 90 milhões de euros (o que representa um aumento da necessidade de financiamento em 1 711 milhões de euros face ao mesmo período de 2019).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	2019	2019			2020		2020				
			3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	out
Exportações (B&S) - CN T trimestrais	VH real	3,7	2,2	6,2	-5,1	-39,5	-15,4	-	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN T trimestrais	VH real	5,3	5,7	3,6	-2,5	-29,9	-12,7	-	-	-	-	-
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	0,2	0,0	0,2	-0,1	-0,9	-1,9	-	-	-	-	-
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	1,0	0,7	1,0	0,9	0,9	0,0	-	-	-	-	-
Saídas de Bens	VH nom	3,6	1,4	7,3	-3,0	-30,9	-3,2	-10,7	-6,9	-2,2	0,2	-2,2
Entradas de Bens	VH nom	6,1	6,1	3,0	-3,2	-33,8	-13,4	-22,1	-20,2	-9,8	-8,8	-11,8

*Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre. Fonte: INE.

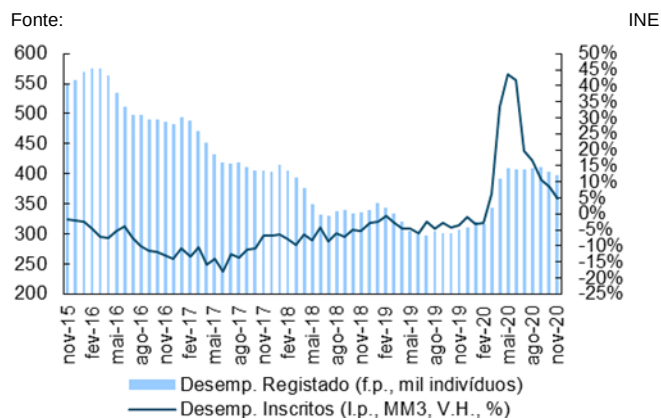
Indicador	Unidade	2019	2019			2020		2020		Dif.
			3T	4T	1T	2T	3T	jan-out	jan-out	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	1871	2 951	582	-696	-1289	1276	1621	-90	-1711
Saldo Balança de Bens	"	-16 666	-4 475	-4 001	-4 120	-2 447	-2 210	-14 167	-9 622	4 545
Saldo Balança de Serviços	"	17 484	6 873	3 451	2 653	950	2 696	15 451	7 036	-8 415
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	-5 211	-1246	-849	-573	-1275	-776	-4 471	-2 500	1971
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	4 212	1162	1210	920	823	1114	3 342	3 264	-79

Fonte: BdP.

Mercado de Trabalho

Os dados do IEFP indicam que no final de novembro estavam inscritas nos centros de emprego 398 287 pessoas, o que corresponde a uma variação homóloga de +30,2% (i.e. mais 92 326 pessoas).

Figura 2.13. Desemprego

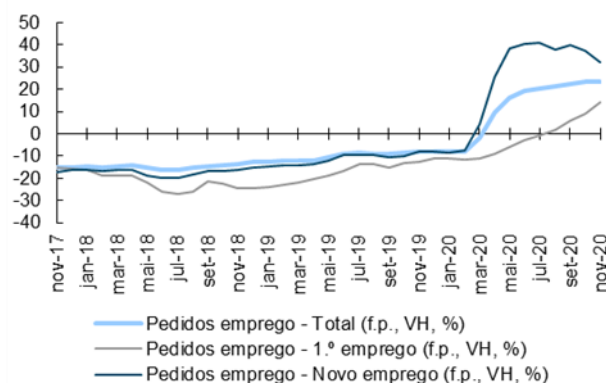


Em novembro, o número de pedidos de emprego registados pelos centros de emprego aumentou para 571 866, dos quais 69,7% correspondem a pedidos por um novo emprego.

O aumento dos desempregados inscritos é mais expressivo no setor dos serviços (com uma subida homóloga de 35%), nomeadamente nas atividades de alojamento, restauração e similares (+59%), transportes e armazenagem (+47%) e atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio (+43,7%).

Figura 2.14. Pedidos de Emprego

(fim de período, VH, %)

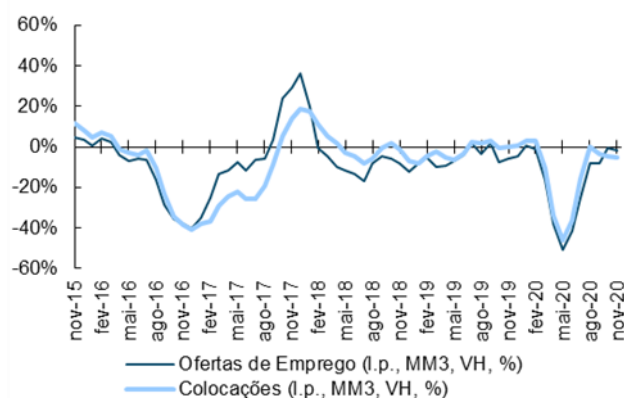


Fonte: IEFP.

As ofertas de emprego por satisfazer, no final de novembro, foram de 13 868, traduzindo uma variação anual de -16,5% e mensal de -9,3%. Nos últimos três meses, os desempregados inscritos aumentaram, em média, 4,8% em novembro (8,3% e 10,4%, nos trimestres terminados em outubro e setembro, respetivamente), sendo que a cobertura das colocações diminuiu 0,6 p.p. em relação ao mês anterior, passando para 68,2% das ofertas de emprego.

Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações

(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	2019	2019		2020			2020				
			3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	nov
Taxa de Desemprego*	%	6,5	6,1	6,7	6,7	5,6	7,8	7,9	8,1	7,9	7,5	:
Emprego Total*	VH	1,0	0,9	0,5	-0,3	-3,8	-3,0	-3,1	-2,9	-2,5	-2,1	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	-1,6	-11,1	-8,4	3,0	36,4	36,1	37,0	34,5	36,1	34,5	30,2
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	-0,7	-2,8	-1,1	6,2	41,8	10,4	10,9	13,9	7,4	5,1	2,0
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	-2,8	2,0	-4,4	-16,3	-41,3	-7,9	-16,9	-2,2	-3,9	4,0	-6,7
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	1,7	4,2	0,8	7,7	14,6	6,0	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	2,4	2,4	2,2	3,1	3,5	1,4	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

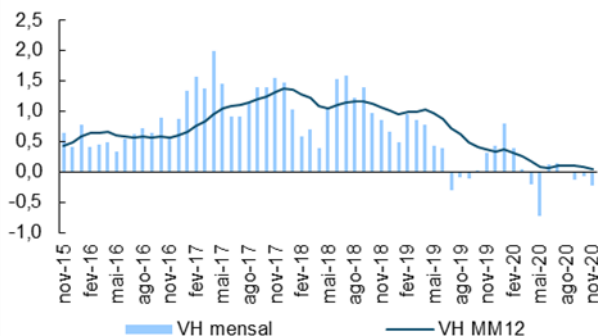
Fontes: INE, IEFP, MTSS e Eurostat

Preços

No mês de novembro, a variação homóloga do índice de preços no consumidor (IPC) foi -0,2%, inferior em 0,1 p.p. à verificada no mês anterior. Todavia, enquanto a taxa de variação na componente de bens foi de -0,4% (-0,3% em outubro), a taxa de variação nos serviços foi de 0,1% (0,2% no mês anterior).

Em termos mensais, a variação do IPC foi de -0,3% (0,1% no mês anterior e -0,1% em novembro de 2019). A variação média do índice nos últimos doze meses é nula, inferior em 0,1 p.p. à registada em outubro.

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH e VH MM12, %)

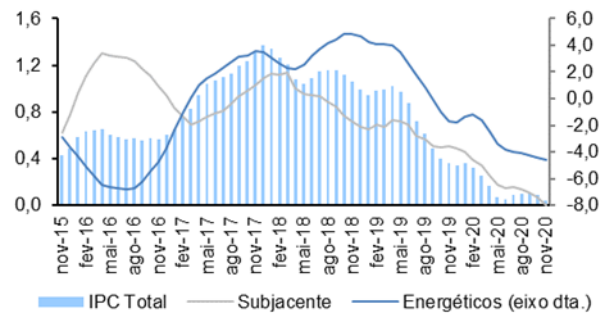


Fonte: INE.

O indicador de inflação subjacente (índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) registou uma variação homóloga de -0,2% (-0,1% em outubro). A componente de produtos alimentares não transformados registou uma redução para 3,8% inferior em 0,7 p.p. face ao mês precedente, enquanto os preços da energia diminuem, (-6% em novembro e outubro, respetivamente).

Em média, nos últimos doze meses, o IPC subjacente foi nulo em novembro (inferior em 0,1 p.p. em relação ao mês anterior), com uma variação média de 3,9% nos produtos alimentares não transformados e de -4,6% nos produtos energéticos.

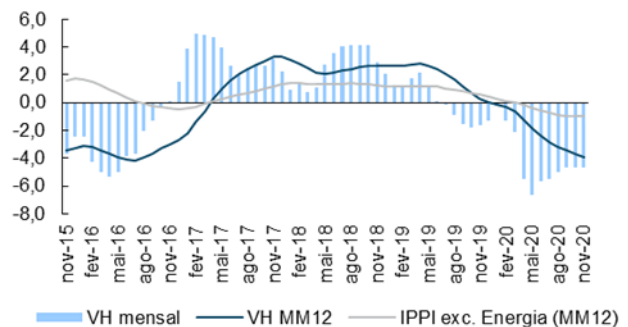
Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



Fonte: INE

Em novembro, o índice de preços na produção industrial (IPPI) apresentou uma variação homóloga de -4,7% (-4,6% em outubro e setembro), em que, mais uma vez, e de igual forma a meses anteriores, a energia se apresenta como determinante para a evolução. Se excluirmos este agrupamento, a variação dos preços na produção industrial é nula (novembro e outubro).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	2019	2020								
			mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov
Índice de Preços no Consumidor	VC	:	1,4	0,3	-0,4	0,9	-1,3	-0,3	1,0	0,1	-0,3
Índice de Preços no Consumidor	VH	0,3	0,0	-0,2	-0,7	0,1	0,1	0,0	-0,1	-0,1	-0,2
Índice de Preços no Consumidor	VM12	:	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
IPC - Bens	VH	-0,3	-0,5	-1,2	-2,1	-0,9	-0,2	-0,1	-0,3	-0,3	-0,4
IPC - Serviços	"	1,2	0,9	1,2	1,2	1,6	0,6	0,1	0,0	0,2	0,1
IPC Subjacente*	"	0,5	0,0	-0,2	-0,4	0,2	0,1	-0,1	-0,2	-0,1	-0,2
Índice de Preços na Produção industrial	VH	0,0	-2,1	-5,5	-6,6	-5,7	-5,5	-5,0	-4,6	-4,6	-4,7
IHPC	"	0,3	0,1	-0,1	-0,6	0,2	-0,1	-0,2	-0,8	-0,6	-0,4
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	-0,9	-0,6	-0,4	-0,7	-0,1	-0,5	0,0	-0,5	-0,3	-0,1

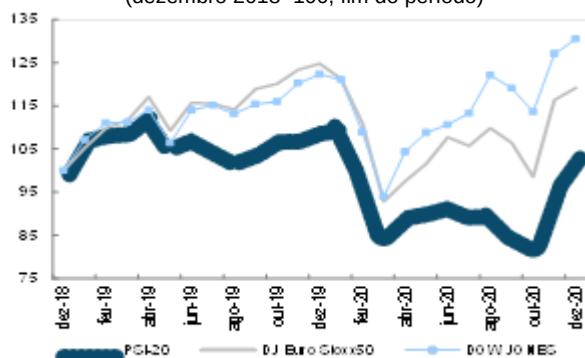
* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Fontes: INE

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

No final de 2020, os índices bolsistas internacionais evoluíram muito favoravelmente, refletindo os progressos nas negociações do pacote de estímulo fiscal de ajuda à economia nos EUA; o impacto da implementação da vacina contra a COVID-19 e a continuidade de uma política monetária acomodatória por parte da Reserva Federal e do BCE. Assim, a 28 de dezembro de 2020 e, face ao final de setembro, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* valorizaram-se cerca de 12% e 10%, respetivamente.

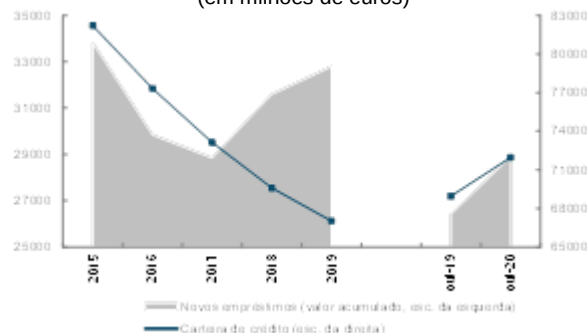
Figura 2.19. Índices Bolsistas
(dezembro 2018=100, fim do período)



Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para dezembro de 2020, o valor é do dia 28.

Os novos empréstimos destinados ao sector privado aumentaram 5,6% em termos homólogos acumulados até outubro de 2020 devido à aceleração concedida às sociedades não financeiras (+9,4%). Para os particulares, os novos empréstimos registaram uma quebra homóloga de cerca de 1% associado ao recuo do consumo e outros fins; já que para a habitação o crédito aumentou 6,4%.

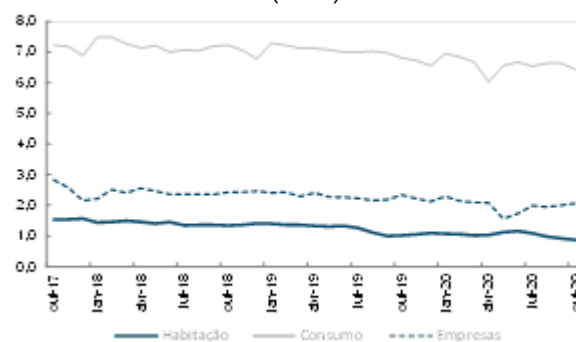
Figura 2.20. Empréstimos às Sociedades não financeiras
(em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro de novos empréstimos aceleraram para as empresas (2,1%) em outubro de 2020 devido às de menor dimensão; enquanto baixaram para os particulares (2,6%), cuja taxa de juro para a habitação se situou em 0,87% (um novo mínimo histórico).

Figura 2.21. Taxas de Juro de Novos Empréstimos bancários
(em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Os prémios de risco dos países periféricos da área do euro têm vindo a reduzir-se ao longo dos últimos meses de 2020, tendo no caso de Portugal descido para cerca de 63 p.b. no dia 22 de dezembro de 2020 (94 p.b. no final de 2019) impulsionado, em parte, pelas medidas de estímulo monetário do BCE.

Entretanto, o Governo aprovou em Conselho de Ministros de 22 de dezembro de 2020, uma alteração ao regime das moratórias bancárias, a partir de 1 de janeiro de 2021, prolongando o período da sua adesão até ao final de março desse ano (anteriormente era até final de setembro de 2020).

Quanto às moratórias bancárias, de acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal (BP) de dezembro de 2020, estas representavam um total de 46 mil milhões de euros em setembro de 2020 (23% do total do crédito), das quais 21,6 mil milhões pertencem a empresas (32% do crédito) e 24,4 mil milhões a particulares (17% do crédito).

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

	Unidade	2019	2020									
			mar	abr	maio	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Yield OT 10 anos PT*	%	0,4	0,7	0,9	0,5	0,5	0,4	0,4	0,3	0,1	0,0	0,0
Yield OT 10 – Spread Portugal França Alemanha	p.b.	94	114	150	95	94	85	84	78	74	61	61
PSI20*	VC	10,2	-14,8	5,3	1,1	14	-2,2	0,1	-5,4	-3,0	18,7	18,7
Empréstimos a particulares: - para habitação	mil	10	13	15	16	15	18	18	2,0	18	18	18
- para consumo	mil	7,7	7,1	5,3	4,8	4,2	3,8	3,6	2,7	2,3	2,3	2,3
Empréstimos a empresas	mil	0,4	1,7	2,5	4,8	5,6	7,2	7,8	8,4	8,2	8,2	8,2
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação	%	1,05	1,04	1,04	1,05	1,07	1,08	1,08	1,04	1,02	1,02	1,02
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas	%	2,31	2,25	2,25	2,20	2,18	2,15	2,15	2,13	2,13	2,13	2,13

* Fim de período. Fontes: IGCP; CMVM e BdP.

Finanças Públicas

Concluído o mês de novembro, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um défice de 8 691 milhões de euros (um agravamento homólogo de 9 267 milhões de euros), para o qual, contribuiu o crescimento de 5,3% da *Despesa Efetiva*, conjugada com a diminuição de 6,3% da *Receita Efetiva*. Estes resultados derivam dos impactos do surto de COVID-19 que se fez sentir em Portugal a partir do mês de março, bem como das políticas subsequentemente implementadas para controlo da doença, manutenção de rendimentos e apoio à economia.

A evolução da receita, que diminuiu 5 054 milhões de euros face ao mesmo período de 2019, resultou sobretudo da diminuição da *Receita Fiscal* (-7,3%) e das *Outras Receitas Correntes* (-13,1%) e das *Contribuições Sociais* (-0,3%). Do lado da despesa, que subiu 4 213 milhões de euros, destaca-se o crescimento das *Despesas com Pessoal* (3,7%) em parte devido à política de promoção salarial das Administrações Públicas, a que se junta o reforço das equipas de saúde para o combate ao surto de COVID-19, assim como o crescimento de 2,9% da *Aquisição de Bens e Serviços*, em parte explicado também pelo combate ao referido surto. Por outro lado, as despesas com *Juros* e as *Outras Despesas Correntes* registaram contrações de 6% e 24,9% respetivamente. Tudo isto levou a que o *Saldo Primário* se reduzisse em 9 735 milhões de euros face a novembro de 2019, registando um défice de 1 401 milhões de euros.

Por subsectores, a Administração Central apresentou um défice de 10 994 milhões de euros, a Segurança Social um excedente de 2 033 milhões de euros e a Administração Regional e Local um excedente no valor de 270 milhões de euros.

Administração Central

Até novembro de 2020, o Saldo Orçamental da Administração Central registou um défice de 10 994 milhões de euros, um agravamento de cerca de 7 937 milhões de euros em termos homólogos. O Saldo Primário também registou um défice, de 3 851 milhões de euros quando, comparativamente, no período homólogo registou-se um excedente de 4 421 milhões de euros.

Esta evolução é explicada pelo crescimento da *Despesa Efetiva* em 7%, a que se junta a redução na *Receita Efetiva* de 6,7%. Para o comportamento da receita, salientam-se as quedas da *Receita Fiscal* (-7,5%) assim como das *Outras Receitas Correntes* (-13,8%). Em sentido oposto, as contribuições sociais cresceram 3,3%. Do lado da despesa, é de salientar o aumento das *Despesas com o Pessoal* (4,2%) e das *Aquisições de Bens e Serviços* (4,8%) e, de modo mais significativo, das *Transferências Correntes* (12,3%). Em sentido inverso, os *Juros* e *Outros Encargos* registaram uma diminuição de 4,5%.

Por subsectores, o subsector Estado registou no final de novembro um défice de 11 816 milhões de euros (um agravamento de 7 347 milhões face ao período homólogo), e um défice primário de 4 999 milhões de euros (agravamento de 7 590 milhões de euros face ao período homólogo). Para estes resultados contribuem a queda de 7,4% da *Receita Fiscal* tendo os *Impostos Diretos* caído 4,7%, assinalando-se a diminuição de receita de 24,6% no *IRC*, contrapondo o acréscimo de 2,7% no *IRS*. Os *Impostos Indiretos* caíram 9,3%, para o qual contribuiu a diminuição do *ISV* (-39,8%), do *IUC* (-2,7%), do *IVA* (-9,4%), e do *IABA* (-16,7%), bem como o *Imposto do Selo* (-4%) e do *Imposto sobre o Tabaco* (-1,9%).

Relativamente à *Receita Não Fiscal*, esta diminuiu 10,3%, devido essencialmente à queda das *Taxas Multas e Outras Penalidades* (-24,9%) e nos *Rendimentos de Propriedade* (-30,6%).

O subsector dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo EPR) apresentou um excedente de 823 milhões de euros, o que corresponde a uma diminuição de 590 milhões de euros face ao período homólogo. O crescimento da receita (3,7%) é justificado pelo aumento das *Transferências da Administração Central* (9,3%) e pelo aumento das *Contribuições Sociais* (3,3%). Do lado da despesa, que cresceu 5,9%, são de registar os aumentos da *Despesa com Pessoal* (5,4%), da *Aquisição de Bens e Serviços* (4,2%) e das *Transferências Correntes* (4,3%).

Quadro 2.8. Execução Orçamental da Adm. Central

	2019		2020	
	jan a nov		out	nov
	10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Efetiva	56 400	52 598	-6,6	-6,7
Impostos diretos	16 844	16 056	-5,9	-4,7
Impostos indiretos	25 108	22 756	-8,9	-9,4
Despesa Efetiva	59 457	63 592	3,7	7,0
Despesa com pessoal	15 712	16 371	4,6	4,2
Aquisição bens e serviços	8 079	8 469	5,1	4,8
Juros	7 478	7 143	-4,4	-4,5
Despesa Capital	3 277	3 738	13,9	14,1
Investimento	2 079	2 385	15,6	14,7
Saldo Global	-3 057	-10 994	-	-
Saldo Primário	4 421	-3 851	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.9. Execução Orçamental SFA e EPR

	Serviços e Fundos A utónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2019		2020		2019		2020	
	jan a nov				jan a nov			
	10 ⁶ euros		Grau de execução (%)	VHA (%)	10 ⁶ euros		Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita Efetiva	29 792	30 881	812	3,7	9 576	9 789	76,7	2,2
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	3 512	3 629	93,7	3,3	-	-	-	-
Transferências correntes das A dm. Públicas	17 555	19 409	95,3	10,6	983	953	85,0	-3,0
Despesa Efetiva	28 379	30 059	79,9	5,9	9 480	10 498	79,5	10,8
Despesa com pessoal	6 834	7 204	88,5	5,4	3 910	4 208	90,6	7,6
Aquisição de bens e serviços	7 253	7 561	79,8	4,2	3 060	3 578	85,2	16,9
Transferências correntes	10 773	11 231	918	4,3	62	59	68,8	-4,8
Saldo Global	14 13	823	-	-	96	- 709	-	-

Fonte: DGO.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução financeira do SNS até final de novembro de 2020 registou um défice de 218 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 436 milhões de euros face ao período homólogo.

A receita total aumentou 11,2%, atingindo 10 051 milhões de euros, justificado pelo crescimento de 12,8% das *Transferências do Orçamento do Estado* que se fixaram em 9 529 milhões de euros. Refira-se que estas transferências constituem 94,8% do total da receita.

A despesa total aumentou 6% em termos homólogos, atingindo 10 270 milhões de euros. Para esta variação contribuiu o aumento de 5,9% nas *Despesas com Pessoal* e de 3,1% da despesa com *Aquisição de Bens e Serviços*. Relativamente a esta componente, evidenciaram-se os crescimentos de 3,4% da aquisição de *Produtos Vendidos em Farmácias*, de 13,2% de *Aquisição de Bens (compras de inventários)*. Em sentido contrário, é de salientar a redução da despesa com *Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica* (-3,4%) e nas *Parcerias público-privadas* (-28,7%), que, em parte, reflete a passagem da Parceria Público-Privada de Braga a Hospital de Braga, E.P.E.¹.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS

	Serviço Nacional de Saúde			
	2019		2020	
	jan a nov		jan a nov	
	10 ⁶ euros	VHA (%)	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)
Receita Total	9 038	10 051	11,2	90,6
Receita fiscal	121	102	-15,6	74,6
Outra receita corrente	8 887	9 911	11,5	91,4
Transferências correntes do OE	8 445	9 529	12,8	92,6
Receita de capital	30	39	28,7	32,1
Despesa Total	9 692	10 270	6,0	92,5
Despesa com pessoal	4 011	4 248	5,9	93,4
Aquisição de bens e serviços	5 477	5 650	3,1	90,1
Despesa de capital	126	243	93,3	123,6
Saldo Global	- 654	- 218	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

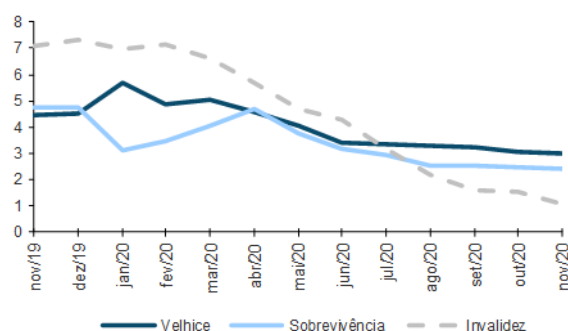
Segurança Social

No final novembro de 2020, a Segurança Social apresentou um excedente de 2 033 milhões de euros, uma deterioração de 1 080 milhões de euros verificados face ao verificado em igual período do ano anterior.

A receita efetiva cresceu 7,3% em termos homólogos, apesar da descida das receitas com *Contribuições e quotizações* (1,1%), para a qual contribuiu o impacto do surto de COVID-19. Em sentido oposto, as *Transferências do Orçamento do Estado* aumentaram 26,4%. É de salientar que das *Transferências do Orçamento do Estado*, as transferências referentes ao *Financiamento da Lei de Bases da Segurança Social* registaram um aumento de 7,2%, com o *IVA Social* a crescer 3,6% e com o *Adicional ao IMI*² a registar uma queda de 78,9%. A receita de *IRC* consignada à Segurança Social registou uma diminuição de 100% face ao período homólogo (ainda não ocorreram transferências, o que contrasta com os cerca de 182 milhões transferidos até novembro de 2019).

A despesa efetiva aumentou 12,9% reflexo fundamentalmente do aumento da despesa com *Pensões* (3,3%) e do *Subsídio de Doença* (17,6%), assim como do crescimento das *Prestações de Desemprego* (26,1%). Ainda de realçar a despesa de 1 781 milhões de euros referente a *medidas excecionais e temporárias (COVID-19)*, que se excluísse, permitiriam que o excedente fosse maior (3 814 milhões de euros).

Figura 2.22. Despesa em Pensões da Segurança Social (VHA, em %)



Nota: Não inclui a atualização extraordinária das pensões.
Fonte: DGO.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2019		2020	
	jan a nov		jan a nov	
	10 ⁶ euros	VHA	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	26 550	28 483	7,3	89,1
Contribuições e quotizações	16 348	16 171	-1,1	93,9
Transferências correntes da Administração Central	8 313	10 452	25,7	86,5
Despesa Efetiva	23 437	26 450	12,9	84,4
Pensões	14 903	15 397	3,3	84,0
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	1 084	1 367	26,1	90,6
Outras Prestações Sociais	4 665	6 804	45,8	89,1
Saldo Global	3 112	2 033	-	-

Fonte: DGO

¹ Em compensação, a passagem da PPP de Braga a Hospital de Braga, E.P.E. implicou um aumento da Despesa com Pessoal e da Aquisição de Bens e Serviços.

² Adicional ao IMI e a receita de IRC estão consignados ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

Administração Regional

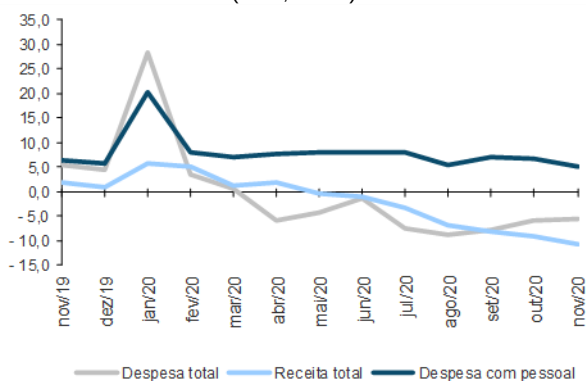
No final de novembro 2020, a Administração Regional apresentou um saldo negativo de 238 milhões de euros, o que representa um agravamento no saldo de 114 milhões de euros em termos homólogos. Esta evolução é explicada pela diminuição da *Despesa Efetiva* (-5,4%) não ter sido suficiente para compensar a diminuição da *Receita Efetiva* (-10,5%).

Ao déficit de 64 milhões de euros da Região Autónoma da Madeira junta-se o de 173 milhões de euros da Região Autónoma dos Açores. Face ao período homólogo, tal representa uma melhoria de 50 milhões na Região Autónoma da Madeira e uma degradação de 163 milhões de euros na Região Autónoma dos Açores.

Para a diminuição da *Despesa Efetiva* contribuiu, fundamentalmente a diminuição da despesa com *Juros e Outros Encargos* (-52,5%). Em sentido inverso seguiram os aumentos da *Despesa com Pessoal* (5,1%), e das *Transferências Correntes* (16,3%)

Do lado da receita, salienta-se o aumento de 1,1% das *Transferências do Orçamento do Estado*. Em sentido oposto, é de referir a diminuição na *Receita Fiscal* (-8,1%) nas *Transferências de Capital do Orçamento do Estado* (-12,5%) e das *Outras Receitas Correntes* (-24,8%).

Figura 2.23. Execução Orçamental da Administração Regional
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

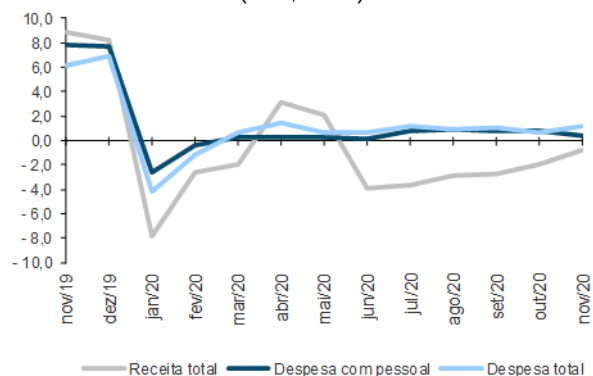
Administração Local

O saldo do subsector da Administração Local até novembro de 2020 diminuiu 136 milhões de euros face ao registado no período homólogo, atingindo 507 milhões de euros. Para tal contribuiu a diminuição da *Receita Efetiva* de 0,7% e a subida da *Despesa Efetiva* de 1,2%.

Para este resultado contribuiu o aumento das *Transferências Correntes do Orçamento do Estado* (8,5%), devido sobretudo às *Transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro* (7,1%) e no âmbito da *Participação do IRS* (2,8%). Adicionalmente, as *Taxas Multas e Outras Penalidades* apresentaram um aumento de 8,4%. Comportamento contrário teve a *Receita de Capital* que registou uma diminuição de 19,1%, muito devida à quebra de 82,3% da *Venda de Bens de Investimento*.

O comportamento da despesa assenta no ligeiro aumento das *Despesas com Pessoal* (0,4%) e na subida das *Transferências Correntes* de 11,1%. Em sentido oposto, regista-se a diminuição da *Aquisição de bens e serviços* (-1,6%).

Figura 2.24. Execução Orçamental da Administração Local
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2019	2020		2019	2020	
	jan a nov			jan a nov		
	10º euros		VHA (%)	10º euros		VHA (%)
Receita Total	2 350	2 102	-10,5	7 544	7 490	-0,7
Impostos	1 426	1 310	-8,1	2 731	2 624	-3,9
Transferências correntes	483	426	-11,8	2 485	2 730	9,8
Transferências de capital	284	243	-14,3	609	672	10,3
Despesa Total	2 474	2 340	-5,4	6 900	6 983	1,2
Pessoal	1 026	1 079	5,1	2 395	2 405	0,4
Aquisição de bens e serviços	592	540	-8,9	1 988	1 955	-1,6
Juros e outros encargos	279	133	-52,5	43	40	-6,8
Transferências correntes	184	213	16,3	667	742	11,1
Investimento	146	109	-25,3	1 274	1 325	3,9
Transferências de capital	188	200	5,9	267	262	-1,8
Saldo Global	- 124	- 238	-	644	507	-

Fonte: DGO

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com o Banco de Portugal, em outubro de 2020, a dívida pública atingiu 268 146 milhões de euros, mais 1 144 milhões de euros que no mês anterior e mais 18 161 milhões de euros que no final de 2019.

A dívida líquida de depósitos das administrações públicas registou um acréscimo de 2 051 milhões de euros face ao verificado no final de setembro e mais 8 271 milhões de euros que no final do ano anterior com os depósitos a aumentarem 9 890 milhões face ao início do ano.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2019 dez	2020 set	2020 out
Administrações Públicas	249 985	267 002	268 146
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	256 222	272 509	273 745
Administração Regional e Local	9 968	10 171	10 358
Segurança Social	0	1	1
Consolidação entre subsectores	16 205	15 678	15 957
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	9 902	19 993	19 047
Depósitos das Administrações Públicas	14 494	25 291	24 384

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas atingiu 1 685 milhões de euros em novembro, um acréscimo de 78 milhões de euros face ao mês anterior e mais 211 milhões de euros que em final de 2019. A variação mensal resultou do aumento da dívida não financeira da Administração Central (57 milhões de euros), assim como da Administração Regional (21 milhões de euros).

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2019 dez	2020 out	2020 nov
Administrações Públicas	1 474	1 607	1 685
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	480	565	622
Administração Regional	88	136	157
Administração Local	906	906	906
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Os pagamentos em atraso das Administrações Públicas (dívidas por pagar há mais de 90 dias) atingiram 725 milhões de euros em novembro, correspondendo a um acréscimo de 47 milhões face ao mês anterior e mais 282 milhões face ao final de 2019. A variação resulta, em grande medida, do aumento verificado nos Hospitais EPE (55 milhões de euros em relação a outubro e 199 milhões de euros face a dezembro de 2019). Em sentido oposto, registaram-se diminuições 2 milhões na Administração Central excluindo o SNS, e de 1 milhão no próprio SNS, bem como a redução de 6 milhões na Administração Regional.

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2019 dez	2020 out	2020 nov
Administrações Públicas	443	678	725
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	22	30	28
SNS	3	7	6
Hospitais EPE	256	400	455
Empresas Públicas Reclassificadas	31	41	42
Administração Regional	72	141	135
Administração Local	59	59	59
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	0	0	0
Empresas públicas não reclassificadas	0	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	444	679	725

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

Em novembro, a dívida direta do Estado atingiu 262 676 milhões de euros, menos 1 232 milhões de euros que no final do mês anterior, valor que após cobertura cambial se fixou em 262 296 milhões de euros. A amortização de BT (1 205 milhões de euros) foi a principal responsável pela variação mensal da dívida.

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31/out/20	2020 nov			30/nov/20
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	175 282	:	1 205	- 93	173 984
da qual: Bilhetes do Tesouro	12 659	:	1 205	:	11 453
da qual: Obrigações Tesouro	148 294	:	:	:	148 294
Não Transacionável	38 998	1 040	974	0	39 064
da qual: Cert. Aforro e do Tesouro	29 629	344	237	:	29 736
da qual: CEDIC e CEDIM	5 190	607	619	:	5 177
Prog. de Ajustamento Económico	49 628	:	:	:	49 628
Total	263 908	1 040	2 179	- 93	262 676
Dívida total após cobertura cambial	263 434	-	-	-	262 296

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

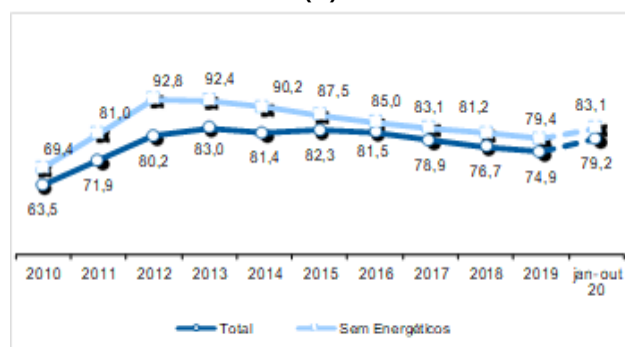
No dia 2 de dezembro, realizou-se uma oferta de troca de OT, com as seguintes condições: o IGCP comprou 692 milhões de euros da OT 3,85ABR2021 a 101,65% e 684,2 milhões de euros da OT 2,2OUT2022 a 105,45% tendo depois vendido 592 milhões da OT 2,125OUT2028 a preço médio de 117,87% e 784,2 da OT 1,95JUN2029 ao preço médio de 117,24%.

3. Comércio Internacional [1]

Evolução global [2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros dez meses de 2020, as exportações de mercadorias diminuíram, 11,5%, em termos homólogos, enquanto as importações diminuíram 16,5% [3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) recuperou 31,2%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações diminuíram 10,4% e as importações registaram uma variação homóloga negativa de 14,1% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data de publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a outubro			VH	
	2019	2020	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	50 097	44 334	-11,5	-1,4	-8,7
Importações (cif)	67 034	55 985	-16,5	-10,2	-13,7
Saldo (fob-cif)	-16 937	-11 651	-31,2	-35,2	-28,3
Cobertura (fob/cif)	74,7	79,2	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	47 256	42 324	-10,4	-0,4	-8,2
Importações (cif)	59 298	50 939	-14,1	-7,2	-11,6
Saldo (fob-cif)	-12 043	-8 615	-28,5	-33,2	-24,4
Cobertura (fob/cif)	79,7	83,1	-	-	-
Extra-UE					
janeiro a outubro			VH		
(milhões de Euros)			Últimos 3 meses		
Exportações (fob)	14 667	12 609	-14,0	-7,9	-11,4
Importações (cif)	17 775	14 579	-18,0	-15,5	-15,3
Saldo (fob-cif)	-3 108	-1 970	-36,6	-60,2	-34,6
Cobertura (fob/cif)	82,5	86,5	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data de publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros dez meses de 2020, as exportações representaram 79,2% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 4,5 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 83,1% das importações (+3,4 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de outubro

Valores em milhões de Euros			
janeiro a outubro	2019	2020	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	50 097	44 334	-11,5
Importações (cif)	67 034	55 985	-16,5
Saldo (fob-cif)	- 16 937	- 11 651	-31,2
Cobertura (fob/cif)	74,7	79,2	-
Intra UE			
Exportações (fob)	35 430	31 726	-10,5
Importações (cif)	49 259	41 407	-15,9
Saldo (fob-cif)	- 13 829	- 9 681	-30,0
Cobertura (fob/cif)	71,9	76,6	-
Extra UE			
Exportações (fob)	14 667	12 609	-14,0
Importações (cif)	17 775	14 579	-18,0
Saldo (fob-cif)	- 3 108	- 1 970	-36,6
Cobertura (fob/cif)	82,5	86,5	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data de publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros dez meses de 2020, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE recuperou 30% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a diminuírem 10,5% e as importações 15,9%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE recuperou 36,6% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (CIF)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2019	2020	TVH	2019	2020	TVH
jan	6 741	6 611	-1,9	4 958	5 146	3,8
fev	6 194	6 420	3,7	4 852	4 876	0,5
mar	6 798	6 065	-10,8	5 174	4 509	-12,9
abr	6 768	4 111	-39,2	4 988	2 926	-41,3
mai	7 212	4 370	-39,4	5 591	3 423	-38,8
jun	6 613	5 152	-22,1	4 743	4 237	-10,7
jul	7 265	5 795	-20,2	5 401	5 027	-6,9
ago	5 448	4 914	-9,8	3 825	3 740	-2,2
set	6 723	6 132	-8,8	4 992	5 000	0,2
out	7 273	6 416	-11,8	5 574	5 450	-2,2
nov	6 928			5 219		
dez	6 016			4 587		
1º Trim	19 733	19 096	-3,2	14 983	14 531	-3,0
2º Trim	20 593	13 633	-33,8	15 322	10 587	-30,9
3º Trim	19 435	16 840	-13,4	14 217	13 766	-3,2
4º Trim	20 216			15 380		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data de publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.gov.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº 12/2020").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de outubro de 2020 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 350 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros dez meses de 2020, as exportações de mercadorias diminuíram 11,5%, em termos homólogos. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um decréscimo de 10,4%.

Entre janeiro e outubro de 2020, destaca-se se o contributo “positivo” do “Material de transporte terrestre e suas partes” (2,8 p.p.), seguido dos “Energéticos” (1,7p.p.), “Químicos” (1,2 p.p.), Têxteis, vestuário e seus acessórios” e “Minérios e metais” (ambos com 1,1 p.p.), “Produtos acabados diversos” (1 p.p.), a par da “Madeira, cortiça e papel” e “Máquinas, aparelhos e suas partes”(ambos com 0,9 p.p.). As “Máquinas e aparelhos e suas partes” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,5%). Seguem-se os “Agroalimentares” (13,9%) e “Material de transporte terrestre e suas partes” (13,8%).

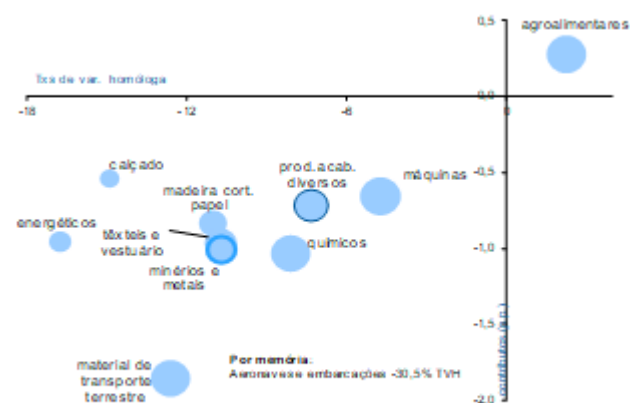
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em outubro de 2020.

Nesse período, a generalidade dos grupos contribuiu “positivamente” para este comportamento. Destaca-se o contributo do “Material de transporte terrestre e suas partes” (1,9 p.p.), “Energéticos”, “Químicos”, “Têxteis, vestuário e seus acessórios”, e “Minérios e metais” (ambos com 1 p.p.),

“Madeira, cortiça e papel” (0,8 p.p.), a par das “Máquinas, aparelhos e suas partes” e “Produtos acabados diversos” (ambos com 0,7 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2020 (Total: -8,7%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão do círculo representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	jan-out		Anual		jan-out		últimos 12 meses [1]		jan-out	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
Total das Exportações	50 097	44 334	100,0	100,0	100,0	100,0	-8,7	-8,7	-11,5	-11,5
Agro-alimentares	6 018	6 162	12,5	12,2	12,0	13,9	2,3	0,3	2,2	0,3
Energéticos	2 841	2 010	8,4	6,1	5,7	4,5	-16,7	-10	-29,2	-17
Químicos	6 444	5 864	12,6	12,6	12,9	13,2	-8,1	-10	-9,0	-12
Madeira, cortiça e papel	3 759	3 320	8,0	7,4	7,5	7,5	-11,0	-0,8	-11,7	-0,9
Têxteis, vestuário e seus acessórios	4 470	3 929	9,7	8,8	8,9	8,9	-10,7	-10	-12,1	-1,1
Calçado, peles e couros	1 845	1 529	4,5	3,6	3,7	3,4	-14,9	-0,5	-17,1	-0,6
Minérios e metais	4 893	4 131	10,3	9,2	9,4	9,3	-10,7	-10	-12,0	-1,1
Máquinas e aparelhos e suas partes	6 911	6 436	14,6	13,9	13,8	14,5	-4,7	-0,7	-6,9	-0,9
Material de transp. terrestre e suas partes	7 525	6 124	10,4	15,0	15,0	13,8	-12,6	-19	-18,6	-2,8
Aeronaves, embarcações e suas partes	692	423	0,5	1,3	1,4	1,0	-30,5	-0,4	-38,9	-0,5
Produtos acabados diversos	4 899	4 416	8,6	9,8	9,8	10,0	-7,3	-0,7	-9,9	-10
Por memória:										
Total sem energéticos	47 256	42 324	91,6	93,9	94,3	95,5	-8,2	-7,7	-10,4	-9,8

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como o para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2020.

[2] $(\text{nov } 19 - \text{out } 20) / (\text{nov } 19 - \text{out } 19) \times 100$.

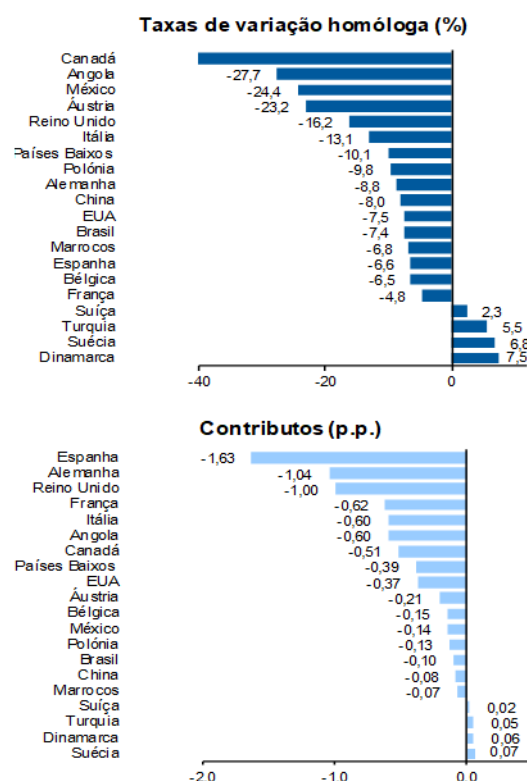
[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) + 10$.

Nos primeiros dez meses de 2020, as exportações para a UE registaram uma taxa de variação homóloga negativa de 10,5%, à semelhança das destinadas aos países da UE-14 (10,4%), aos Países do Alargamento (11,3%). e aos países terceiros (14%) (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (25,3% do total de janeiro a outubro de 2020), registaram o maior contributo Intra UE (2,2 p.p.) para o decréscimo das exportações, seguidas das exportações para Alemanha e França (1,5 e 0,9), respetivamente.

No último ano a terminar em outubro de 2020, as exportações para os países Intra UE decresceram 7,6%, em termos homólogos, situação semelhante à registada pelo conjunto dos países da UE-14 (7,7%), aos do Alargamento (6,1%) e aos países terceiros (11,4%). Em contraciclo, regista-se o crescimento das exportações para Turquia (8,7%), mas com um contributo meramente marginal. No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino ao Canadá (49,8%), México (24,4%) e Angola (27,7%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos
Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2020



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)		Valores em milhões de Euros									
Destino	jan-out		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			anual		jan-out		12 meses ^[1]		jan-out		
	2019	2020	2014	2019	2019	2020	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]	
TOTAL	50 097	44 334	100,0	100,0	100,0	100,0	-8,7	-8,7	-11,5	-11,5	
Intra UE	35 430	31 726	64,7	70,7	70,7	71,6	-7,6	-5,3	-10,5	-7,4	
Espanha	12 335	11238	23,5	24,7	24,6	25,3	-6,6	-1,6	-9,1	-2,2	
França	6 517	6 075	11,8	12,9	13,0	13,7	-4,8	-0,6	-6,8	-0,9	
Alemanha	6 071	5 329	11,7	12,0	12,1	12,0	-8,8	-1,0	-12,2	-1,5	
Itália	2 236	1906	3,2	4,5	4,5	4,3	-13,1	-0,6	-14,8	-0,7	
Países Baixos	1941	1647	4,0	3,9	3,9	3,7	-10,1	-0,4	-15,2	-0,6	
Bélgica	1 153	1046	2,7	2,3	2,3	2,4	-6,5	-0,1	-9,3	-0,2	
Polónia	664	593	1,0	1,3	1,3	1,3	-9,8	-0,1	-10,6	-0,1	
Suécia	480	504	1,0	1,0	1,0	1,1	6,8	0,1	4,9	0,0	
Áustria	452	332	0,6	0,9	0,9	0,7	-23,2	-0,2	-26,4	-0,2	
Dinamarca	377	390	0,6	0,8	0,8	0,9	7,5	0,1	3,5	0,0	
Extra UE	14 667	12 609	35,3	29,3	29,3	28,4	-11,4	-3,3	-14,0	-4,1	
Reino Unido	3 064	2 493	6,1	6,1	6,1	5,6	-16,2	-1,0	-18,6	-1,1	
EUA	2 520	2 211	4,4	5,1	5,0	5,0	-7,5	-0,4	-12,3	-0,6	
Angola	1040	724	6,6	2,1	2,1	1,6	-27,7	-0,6	-30,4	-0,6	
Brasil	620	578	1,3	1,3	1,2	1,3	-7,4	-0,1	-6,7	-0,1	
Marrocos	557	447	1,2	1,2	1,1	1,0	-6,8	-0,1	-10,6	-0,2	
Suíça	537	555	0,9	1,0	1,1	1,3	2,3	0,0	3,4	0,0	
China	507	451	1,7	1,0	1,0	1,0	-8,0	-0,1	-11,0	-0,1	
Canadá	551	259	0,5	1,0	1,1	0,6	-49,8	-0,5	-53,0	-0,6	
Turquia	454	457	0,8	0,9	0,9	1,0	5,5	0,0	0,8	0,0	
México	273	207	0,4	0,5	0,5	0,5	-24,4	-0,1	-24,3	-0,1	
Por memória:											
UE-14	32 981	29 553	61,3	65,8	65,8	66,7	-7,7	-5,0	-10,4	-6,8	
P. alargamento	2 449	2 173	3,5	5,0	4,9	4,9	-6,1	-0,3	-11,3	-0,6	
OPEP ^[4]	1593	1242	9,1	3,2	3,2	2,8	-20,4	-0,7	-22,0	-0,7	
PALOP	1567	1234	8,0	3,1	3,1	2,8	-19,4	-0,6	-21,3	-0,7	
EFTA	709	700	1,2	1,4	1,4	1,6	-0,8	0,0	-1,2	0,0	

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2019.

[1] Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2020.

[2] (nov 19-out 20)/(nov 18-out 19) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a outubro de 2020, as importações de mercadorias diminuíram 16,5%, em termos homólogos (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo negativo das importações dos grupos de produtos “Energéticos” (-4,0 p.p.), “Material de transporte terrestre e suas partes” (-3,3 p.p.), “Aeronaves, embarcações e suas partes” (-2,3 p.p.), “Máquinas e aparelhos e suas partes” (-2,0 p.p.) e “Minérios e metais” (-1,1 p.p.) para a redução das importações nos primeiros dez meses de 2020.

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (74,0%).

Nos primeiros dez meses de 2020, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário diminuíram 15,9%, situação análoga à registada no caso dos países da UE-14 (11,5%).

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros decresceram 18%, em termos homólogos. A China destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (4,6% do total). Seguem-se Reino Unido (2,7%) e Brasil (2,5%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-out		Anual		jan-out		12 meses 1 ^o		jan-out	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	VH 1 ^o	contri. p.p.1 ^o	VH	contri. p.p.1 ^o
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	87 034	66 886	100,0	100,0	100,0	100,0	-13,7	-13,7	-18,6	-16,6
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	9 449	8 992	10,9	13,4	11,1	16,1	-4,0	-0,6	-4,8	-0,7
Energéticos	7 736	5 046	8,9	7,5	8,9	9,0	-30,3	-3,5	-34,8	-4,0
Químicos	10 861	10 333	12,5	15,4	12,5	15,5	-4,4	-0,7	-4,9	-0,8
Madeira, cortiça e papel	2 013	1 808	2,3	2,7	2,3	2,7	-9,5	-0,3	-10,2	-0,3
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	3 778	3 183	4,3	4,8	4,3	5,7	-12,8	-0,7	-15,7	-0,9
Calçado, peles e couros	1 380	1 008	1,6	1,5	1,6	1,8	-23,0	-0,5	-27,0	-0,6
Minérios e metais	5 410	4 675	6,2	7,0	6,2	8,3	-12,3	-1,0	-16,6	-1,1
Máquinas e aparelhos e suas partes	11 852	10 512	13,6	15,7	13,6	18,8	-9,7	-1,7	-11,3	-2,0
Material de transp. terrestre e suas partes	8 153	5 965	9,4	8,9	9,4	10,7	-22,0	-2,7	-26,8	-3,3
Aeronaves, embarcações e suas partes	2 471	906	2,8	1,3	2,8	1,6	-48,6	-1,7	-63,3	-2,3
Produtos acabados diversos	3 931	3 558	4,5	5,3	4,5	6,4	-6,4	-0,4	-9,5	-0,6
Total sem energéticos	59 298	50 939	68,1	77,8	68,1	91,0	-11,6	-10,2	-14,1	-12,5
Mercados de origem										
Intra UE	48 258	41 407	55,5	61,9	55,5	74,0	-13,2	-8,7	-15,8	-11,7
Espanha	20 300	17 968	23,3	26,9	23,3	32,1	-9,5	-2,9	-11,5	-3,5
Alemanha	8 789	7 532	10,0	11,3	10,0	13,5	-12,1	-1,6	-14,3	-1,9
França	6 629	4 067	7,6	6,1	7,6	7,3	-31,3	-3,0	-38,6	-3,8
Itália	3 423	2 877	3,9	4,3	3,9	5,1	-18,7	-0,7	-21,9	-0,8
Países Baixos	3 343	3 048	3,8	4,6	3,8	5,4	-8,2	-0,4	-8,8	-0,4
Bélgica	2 049	1 619	2,3	2,4	2,3	2,9	-18,5	-0,6	-21,0	-0,6
Polónia	850	906	1,0	1,3	1,0	1,6	7,3	0,1	6,5	0,1
Suécia	564	574	0,6	0,8	0,6	1,0	5,5	0,0	1,8	0,0
República Checa	516	395	0,6	0,6	0,6	0,7	-20,7	-0,2	-23,4	-0,2
Hungria	477	390	0,5	0,6	0,5	0,7	-18,5	-0,1	-21,3	-0,1
Extra UE	17 776	14 679	20,4	22,1	20,4	26,0	-15,3	-4,0	-18,0	-4,8
China	2 516	2 598	2,9	3,9	2,9	4,6	5,0	0,2	3,3	0,1
Reino Unido	1 787	1 525	2,0	2,3	2,0	2,7	-14,8	-0,4	-17,7	-0,4
EUA	1 223	1 056	1,4	1,6	1,4	1,9	-14,8	-0,3	-18,6	-0,2
Rússia	1 037	426	1,2	0,6	1,2	0,8	-59,9	-0,9	-58,9	-0,9
Angola	1 029	385	1,2	0,6	1,2	0,7	-64,1	-1,0	-62,5	-1,0
Brasil	789	1 385	0,9	2,1	0,9	2,5	66,8	0,8	75,6	0,9
Turquia	810	592	0,9	0,9	0,9	1,1	-21,2	-0,2	-27,0	-0,3
Nigéria	756	947	0,9	1,4	0,9	1,7	32,2	0,3	25,2	0,3
Índia	723	523	0,8	0,8	0,8	0,9	-25,2	-0,3	-27,6	-0,3
Arábia Saudita	718	339	0,8	0,5	0,8	0,6	-49,7	-0,5	-52,8	-0,6
Argélia	413	261	0,5	0,4	0,5	0,5	-36,3	-0,2	-36,8	-0,2
Azerbaijão	548	167	0,6	0,2	0,6	0,3	-63,1	-0,5	-71,3	-0,6
Coreia do Sul	441	335	0,5	0,5	0,5	0,6	-24,2	-0,2	-23,9	-0,2
Taiwan	348	343	0,4	0,5	0,4	0,6	-0,7	0,0	-1,4	0,0
Formeiras:										
UE-14	46 612	39 003	53,5	61,9	53,5	69,7	-15,5	-9,5	-16,3	-11,4
P. alargamento	2 647	2 404	3,0	3,6	3,0	4,3	-6,8	-0,3	-9,2	-0,4
OPEP1 ^o	3 558	2 617	4,1	3,9	4,1	3,9	-32,2	-1,7	-39,1	-2,1
EFTA	385	410	0,4	0,6	0,4	0,7	7,5	0,0	6,5	0,0
PALOP	1 069	422	1,2	0,6	1,2	0,8	-61,6	-1,0	-60,5	-1,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2019.

1^o Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2020.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

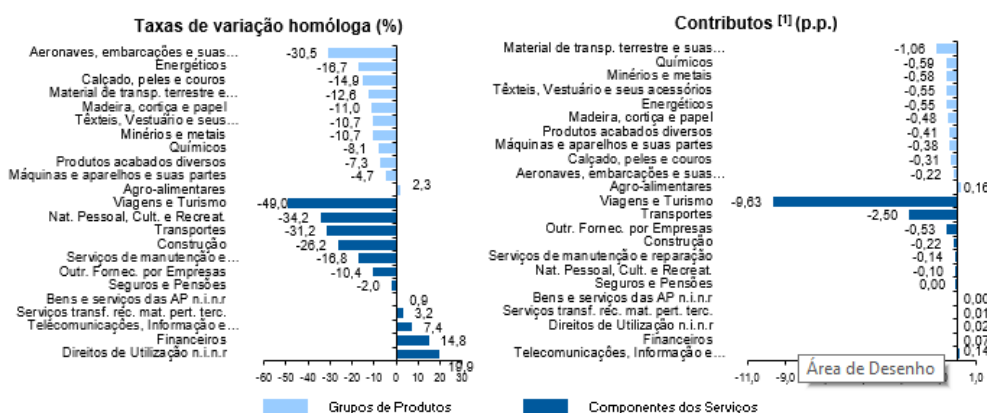
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de outubro de 2020, nos primeiros dez meses de 2020, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram uma taxa de variação homóloga negativa de 22,0%. A componente dos Bens contribuiu para a redução das “exportações” totais (6,7 p.p.).

Nos primeiros dez meses de 2020, a componente dos Serviços representou 29,6% do total das “Exportações” e contribuiu 15,4 p.p. para a sua redução. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 17,4% no total, tendo contribuído 4,8 p.p. para o decréscimo das “Importações” totais (17,4%) (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.4 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em outubro de 2020, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Agroalimentares” (0,16 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Telecomunicações, Informação e Informática (0,14 p.p.) e Financeiros (0,07 p.p.).

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em outubro de 2020



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Tercieiros).

[1] Contributos - análise shift-share: $TVH \times \text{Peso no período homólogo anterior} + 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (-17,9%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de Euros											
	jan-o ut		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		jan-o ut		média anual 14-19	12 meses [1]		jan-o ut	
	2019	2020	2014	2019	2019	2020		VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	78 869	61 481	100,0	100,0	100,0	100,0	5,8	-17,9	-17,9	-22,0	-22,0
Bens	48 580	43 305	67,2	62,3	61,6	70,4	4,2	-8,0	-5,0	-10,9	-6,7
Serviços	30 289	18 176	32,8	37,7	38,4	29,6	8,9	-34,0	-12,9	-40,0	-15,4
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	182	176	0,5	0,2	0,2	0,3	-9,4	3,2	0,0	-3,2	0,0
Serv. de manutenção e reparação	68	491	0,5	0,8	0,8	0,8	17,6	-16,8	-0,1	-20,5	-0,2
Transportes	6 214	3 873	8,0	8,0	7,9	6,3	5,7	-31,2	-2,5	-37,7	-3,0
Viagens e Turismo	16 365	7 232	14,6	19,7	20,7	11,8	12,4	-49,0	-9,6	-55,8	-11,6
Construção	624	458	0,8	0,8	0,8	0,7	6,1	-26,2	-0,2	-26,6	-0,2
Seguros e Pensões	152	147	0,1	0,2	0,2	0,2	16,5	-2,0	0,0	-3,2	0,0
Financeiros	351	404	0,5	0,5	0,4	0,7	5,4	14,8	0,1	15,1	0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r	92	103	0,1	0,1	0,1	0,2	17,3	19,9	0,0	11,3	0,0
Telecom., Informação e Informática	14 19	1565	16	19	18	25	9,0	7,4	0,1	10,3	0,2
Outr. Forneç. por Empresas	3 911	3 455	5,5	5,0	5,0	5,6	4,1	-10,4	-0,5	-11,7	-0,6
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	234	144	0,3	0,3	0,3	0,2	4,4	-34,2	-0,1	-38,3	-0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r	127	128	0,2	0,2	0,2	0,2	-0,7	0,9	0,0	0,5	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	77 586	64 067	100,0	100,0	100,0	100,0	6,1	-14,4	-14,4	-17,4	-17,4
Bens	62 747	52 927	82,6	80,8	80,9	82,6	5,6	-13,2	-10,7	-15,6	-12,7
Serviços	14 839	11 140	17,4	19,2	19,1	17,4	8,2	-19,9	-3,8	-24,9	-4,8
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	40	14	0,0	0,0	0,1	0,0	6,4	-59,8	0,0	-64,2	0,0
Serv. de manutenção e reparação	400	334	0,4	0,5	0,5	0,5	10,3	-10,9	-0,1	-16,5	-0,1
Transportes	3 568	2 400	4,7	4,6	4,6	3,7	5,6	-27,1	-1,3	-32,7	-1,5
Viagens e Turismo	4 492	2 603	4,5	5,7	5,8	4,1	11,1	-34,5	-19	-42,1	-2,4
Construção	172	181	0,1	0,2	0,2	0,3	6,3	13,3	0,0	5,0	0,0
Seguros e Pensões	388	394	0,5	0,5	0,5	0,6	6,9	4,4	0,0	15	0,0
Financeiros	453	475	0,7	0,6	0,6	0,7	14	6,2	0,0	5,0	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r	634	543	0,7	0,8	0,8	0,8	8,7	-8,6	-0,1	-14,4	-0,1
Telecom., Informação e Informática	863	843	1,1	1,1	1,1	1,3	0,1	-7,0	-0,1	-2,4	0,0
Outr. Forneç. por Empresas	3 529	3 073	3,6	4,6	4,5	4,8	11,2	-9,2	-0,4	-12,9	-0,6
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	228	210	0,3	0,3	0,3	0,3	3,8	-6,8	0,0	-8,3	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r	69	71	0,1	0,1	0,1	0,1	5,1	4,6	0,0	19	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até outubro de 2020.

[2] Contributo para a taxa de crescimento - Análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) + 100$. Mede a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuída a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

Comércio Internacional de mercadorias com África - Países africanos face ao mundo - Portugal face a África (2015-2019)

Walter Anatole Marques¹

1. Nota introdutória

Para a análise do comércio externo dos países africanos face ao mundo foram aqui utilizados dados constantes da base de dados do "International Trade Centre" (ITC), nalguns casos obtidos a partir de organismos nacionais, sendo a maior parte proveniente de cálculos baseados em estatísticas da base "Comtrade", da ONU, ou "Mirror statistics", nos casos em que os países não reportaram informação, a partir das trocas efectuadas com os seus parceiros comerciais.

Para o comércio de Portugal com África foram utilizados dados de base divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE).

Os 61 países africanos, se considerarmos o Saara Ocidental, foram agrupados em três conjuntos, que designaremos por regiões: **África do Norte**, **Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)** e **Outros África**. Em quadro anexo encontram-se relacionados estes países pelas três regiões, as respectivas capitais, população e PIB "per capita" (PPC) em US\$ (Anexo-1).

2. Países africanos face ao mundo

2.1. Balança Comercial

De acordo com os dados de base de fonte ITC disponíveis para o período de 2015 a 2019, a Balança Comercial do comércio externo de mercadorias do conjunto destes 61 países africanos foi deficitária (-79,4 mil milhões de Euros em 2019), tendo o défice atingido o seu máximo em 2016 com -126,9 mil milhões de Euros. O grau de cobertura das importações pelas exportações oscilou, neste quinquénio, entre 71,8%, em 2016 e 85,3%, em 2018.

Balança Comercial dos países africanos por regiões - 2015 a 2019 - (milhões de Euros)

TOTAL	2015	2016	2017	2018	2019
Importação	480 530	449 938	448 308	492 767	500 295
t.v.h.	-	-6,4	-0,4	9,9	1,5
Exportação	370 346	323 085	376 433	420 478	420 885
t.v.h.	-	-12,8	16,5	11,7	0,1
Saldo	-110 184	-126 853	-71 876	-72 289	-79 409
t.v.h.	-	15,1	-43,3	0,6	9,8
Cobertura [%]	77,1	71,8	84,0	85,3	84,1

¹ Assessor principal da Função Pública (AP).

África NT	2015	2016	2017	2018	2019
Importação	176 910	170 781	166 425	185 764	185 886
t.v.h.	-	-3,5	-2,6	11,6	0,1
Exportação	94 219	89 636	107 100	125 503	125 931
t.v.h.	-	-4,9	19,5	17,2	0,3
Saldo	-82 692	-81 146	-59 325	-60 261	-59 955
t.v.h.	-	-1,9	-26,9	1,6	-0,5
Cobertura [%]	53,3	52,5	64,4	67,6	67,7

PALOP	2015	2016	2017	2018	2019
Importação	19 925	18 658	19 779	20 767	20 609
t.v.h.	-	-6,4	6,0	5,0	-0,8
Exportação	43 537	28 701	35 189	40 170	35 582
t.v.h.	-	-34,1	22,6	14,2	-11,4
Saldo	23 612	10 043	15 410	19 404	14 973
t.v.h.	-	-57,5	53,4	25,9	-22,8
Cobertura [%]	218,5	153,8	177,9	193,4	172,7

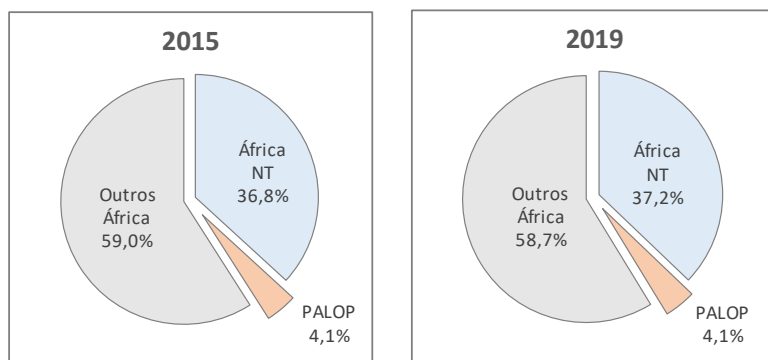
Outros África	2015	2016	2017	20148	2019
Importação	283 695	260 499	262 105	286 236	293 800
t.v.h.	-	-8,2	0,6	9,2	2,6
Exportação	232 590	204 748	234 144	254 805	259 373
t.v.h.	-	-12,0	14,4	8,8	1,8
Saldo	-51 105	-55 751	-27 961	-31 432	-34 427
t.v.h.	-	9,1	-49,8	12,4	9,5
Cobertura [%]	82,0	78,6	89,3	89,0	88,3

Fonte: A partir de dados de base do "International Trade Centre" (ITC)

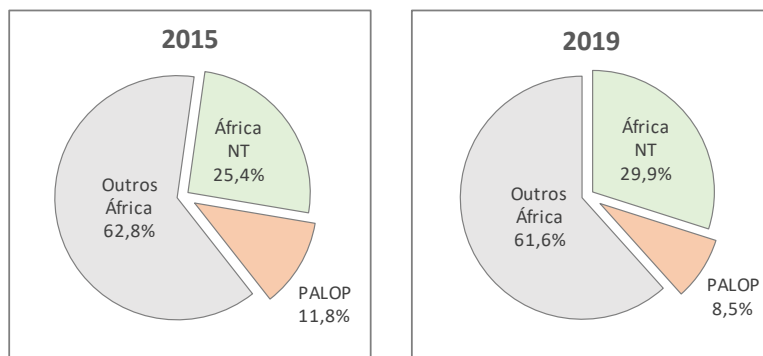
À exceção do conjunto dos **Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)**, foi deficitária a Balança das outras duas componentes consideradas.

2.2. Peso relativo das importações e exportações por regiões

Importações

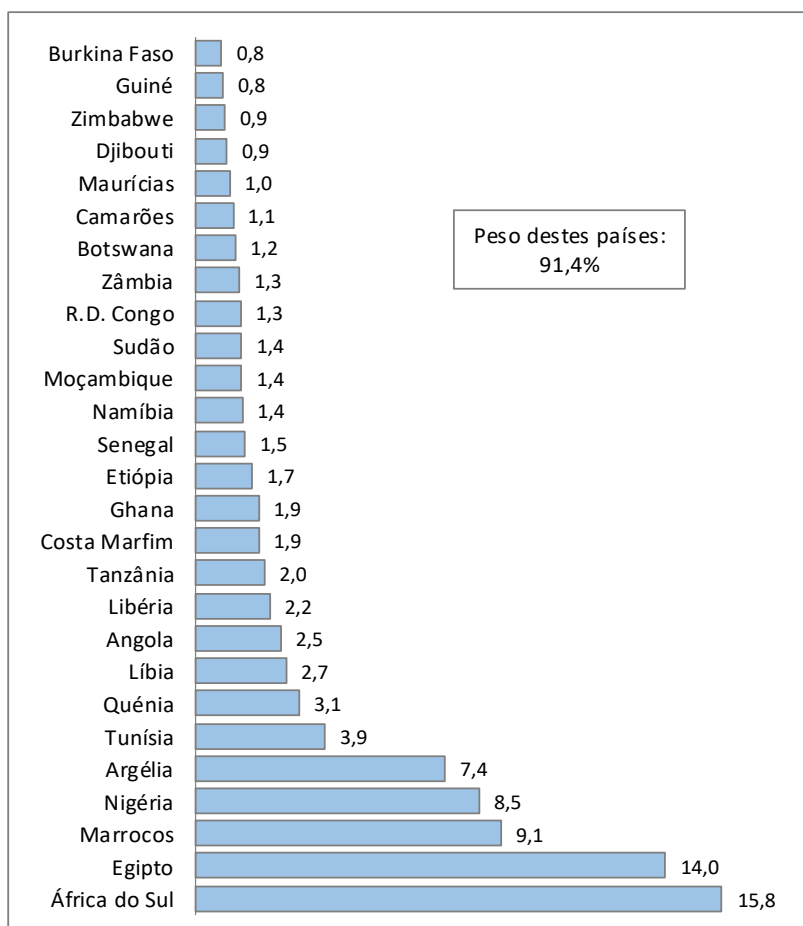


Exportações



2.3. Principais países importadores e exportadores em 2019 - Saldos positivos e negativos acima de 800 mil Euros

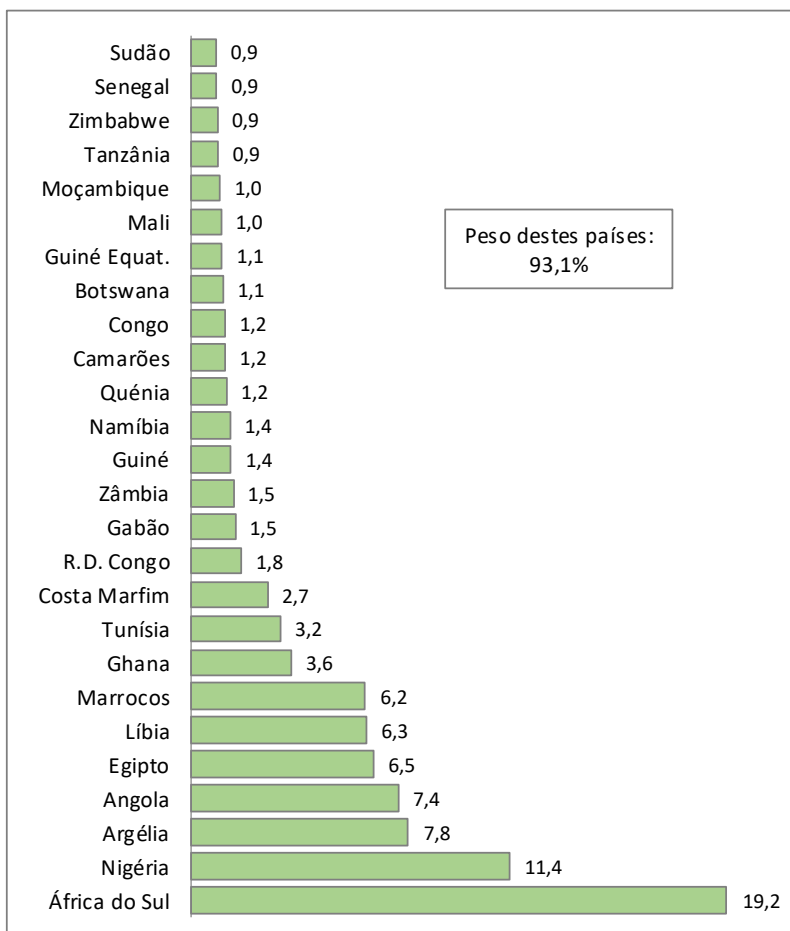
Principais países importadores em 2019 Peso no Total (%)



Os principais países importadores em 2019 foram a África do Sul (15,8% do Total), o Egipto (14,0%), Marrocos (9,1%), a Nigéria (8,5%) e a Argélia (7,4%), países que representaram mais de metade das importações. Angola ocupou a 9ª posição (2,5%) e Moçambique a 17ª (1,4%).

Entre os países exportadores destacou-se ainda, em primeiro lugar, a África do Sul (19,2%), seguida da Nigéria (11,4%), da Argélia (7,8%), de Angola (7,4%), do Egipto (6,5%), da Líbia (6,3%) e de Marrocos (6,2%), tendo este conjunto de países representado cerca de 2/3 da exportação total.

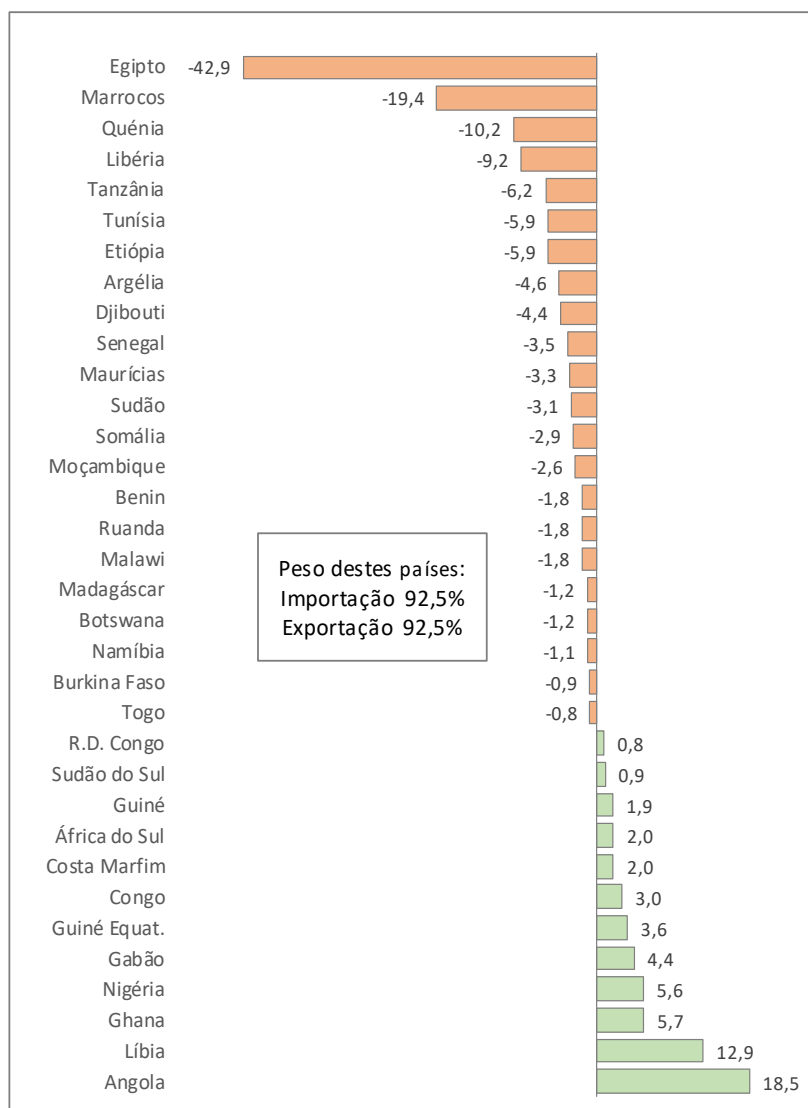
Principais países exportadores em 2019
Peso no Total (%)



Ao nível de cada país, em 2019 os maiores saldos negativos da Balança Comercial incidiram no Egipto (-42,9 milhões de Euros), em Marrocos (-19,4 milhões), no Quênia (-10,2 milhões) e na Libéria (-9,2 milhões).

Os maiores saldos positivos couberam a Angola (+18,5 milhões de Euros), seguida da Líbia (+12,9 milhões).

**Saldos positivos e negativos da Balança Comercial
superiores a 0,8 milhões de Euros
- 2019 -**



2.4. Importações de mercadorias por grupos de produtos

Os capítulos da Nomenclatura (*SH-2*), foram aqui agregados em 11 grupos de produtos em cada uma das vertentes comerciais (*Anexo-2*).

O total da região aqui designada por **África do Norte** não inclui dados relativos a Ceuta e Melilla, cidades autónomas espanholas não constantes das estatísticas do "*International Trade Centre*".

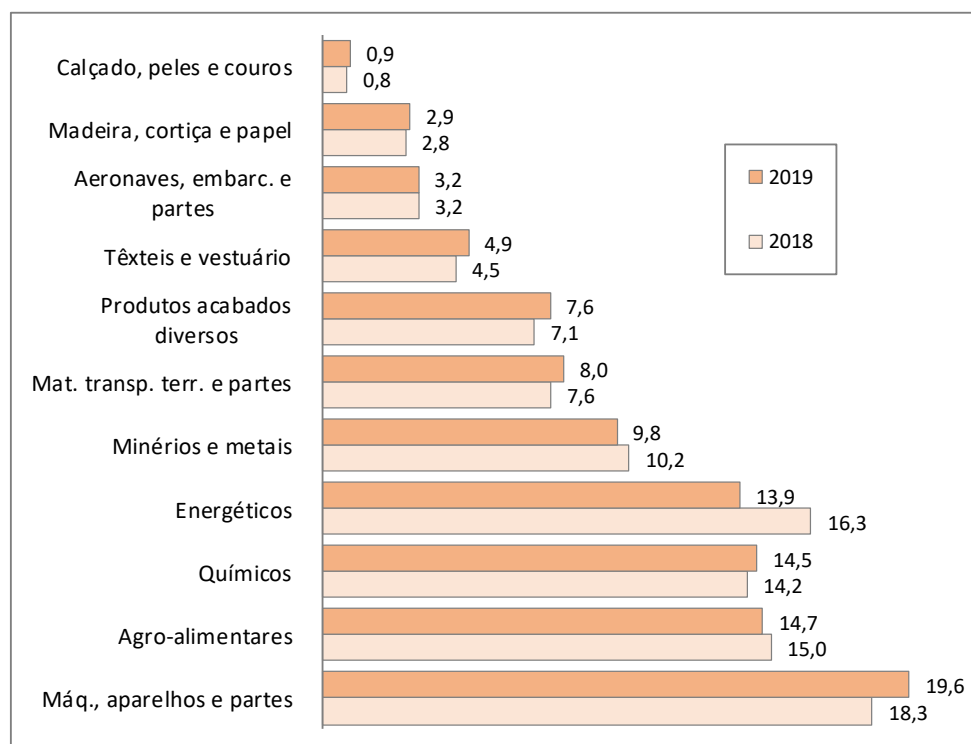
Importações de mercadorias em África por grupos de produtos (2015 a 2019)

milhares de Euros

	2015	2016	2017	2018	2019
Total	480 264	449 620	448 308	492 767	500 295
t.v.h.	-	-6,4	-0,3	9,9	1,5
A Agro-alimentares	71 468	73 386	74 841	73 725	73 430
B Energéticos	70 075	58 208	64 562	80 325	69 580
C Químicos	66 428	63 664	66 456	69 774	72 444
D Madeira, cortiça e papel	12 646	12 119	12 210	13 707	14 648
E Têxteis e vestuário	20 269	19 031	20 085	21 984	24 346
F Calçado, peles e couros	4 096	3 894	3 850	4 097	4 703
G Minérios e metais	52 195	46 679	47 736	50 453	49 083
H Máq., aparelhos e partes	96 123	91 923	87 453	90 349	97 839
I Mat. transp. terr. e partes	40 845	35 263	34 699	37 546	40 263
J Aeronaves, embarc. e partes	16 601	16 618	8 305	15 910	16 007
K Produtos acabados diversos	29 516	28 835	28 111	34 896	37 952

Nota: Não incluídos dados da Guiné-Bissau em 2015 e 2016, num total de 267 e 319 mil Euros, indisponíveis por produtos na base de dados do ITC.

Peso dos grupos de produtos no Total (%) 2018-2019



Fonte: A partir de dados de base de fonte ITC.

África do Norte

Grupos de Produtos	milhares de Euros					Estrutura (%)	
	2015	2016	2017	2018	2019	2018	2019
Total	176 910	170 781	166 425	185 764	185 886	100,0	100,0
t.v.h.	-	-3,5	-2,6	11,6	0,1	-	-
A Agro-alimentares	31 410	31 149	29 940	30 067	31 629	16,2	17,0
B Energéticos	22 403	19 152	22 261	27 008	24 124	14,5	13,0
C Químicos	24 607	24 027	24 105	25 750	27 266	13,9	14,7
D Madeira, cortiça e papel	6 279	5 924	5 466	6 225	5 997	3,4	3,2
E Têxteis e vestuário	9 943	9 198	9 446	10 964	11 738	5,9	6,3
F Calçado, peles e couros	1 371	1 295	1 216	1 427	1 538	0,8	0,8
G Minérios e metais	21 023	20 222	19 743	21 221	20 243	11,4	10,9
H Máq., aparelhos e partes	35 080	35 497	33 718	35 127	36 365	18,9	19,6
I Mat. transp. terr. e partes	15 171	14 194	11 815	14 569	14 602	7,8	7,9
J Aeronaves, embarc. e partes	2 202	2 951	1 680	2 270	2 087	1,2	1,1
K Produtos acabados diversos	7 421	7 173	7 034	11 136	10 298	6,0	5,5

PALOP

Grupos de Produtos	milhares de Euros					Estrutura (%)	
	2015	2016	2017	2018	2019	2018	2019
Total	19 658	18 339	19 779	20 767	20 609	100,0	100,0
t.v.h.	-	-6,7	7,8	5,0	-0,8	-	-
A Agro-alimentares	2 624	2 754	3 587	4 134	4 014	19,9	19,5
B Energéticos	1 845	2 411	2 741	3 461	3 356	16,7	16,3
C Químicos	1 922	2 108	2 257	2 480	2 700	11,9	13,1
D Madeira, cortiça e papel	350	333	360	407	642	2,0	3,1
E Têxteis e vestuário	404	365	573	469	512	2,3	2,5
F Calçado, peles e couros	115	110	142	117	131	0,6	0,6
G Minérios e metais	2 748	1 815	1 870	1 753	1 553	8,4	7,5
H Máq., aparelhos e partes	4 385	4 105	3 971	3 820	3 859	18,4	18,7
I Mat. transp. terr. e partes	1 658	694	1 228	1 130	1 269	5,4	6,2
J Aeronaves, embarc. e partes	681	321	320	1 532	1 586	7,4	7,7
K Produtos acabados diversos	2 925	3 323	2 731	1 465	987	7,1	4,8

Nota: Não incluídos dados da Guiné-Bissau em 2015 e 2016, num total de 267 e 319 mil Euros, indisponíveis por produtos na base de dados do ITC.

Outros África

Grupos de Produtos	milhares de Euros					Estrutura (%)	
	2015	2016	2017	2018	2019	2018	2019
Total	283 695	260 499	262 105	286 236	293 800	100,0	100,0
t.v.h.	-	-8,2	0,6	9,2	2,6	-	-
A Agro-alimentares	37 434	39 482	41 315	39 525	37 787	13,8	12,9
B Energéticos	45 827	36 645	39 560	49 856	42 100	17,4	14,3
C Químicos	39 899	37 529	40 094	41 544	42 478	14,5	14,5
D Madeira, cortiça e papel	6 017	5 862	6 384	7 075	8 009	2,5	2,7
E Têxteis e vestuário	9 922	9 467	10 065	10 551	12 096	3,7	4,1
F Calçado, peles e couros	2 610	2 489	2 492	2 552	3 034	0,9	1,0
G Minérios e metais	28 423	24 643	26 123	27 479	27 287	9,6	9,3
H Máq., aparelhos e partes	56 659	52 321	49 763	51 402	57 614	18,0	19,6
I Mat. transp. terr. e partes	24 016	20 375	21 656	21 847	24 392	7,6	8,3
J Aeronaves, embarc. e partes	13 718	13 346	6 305	12 108	12 334	4,2	4,2
K Produtos acabados diversos	19 171	18 339	18 347	22 296	26 667	7,8	9,1

Fonte: A partir de dados de base de fonte ITC.

2.5. Exportações de mercadorias por grupos de produtos

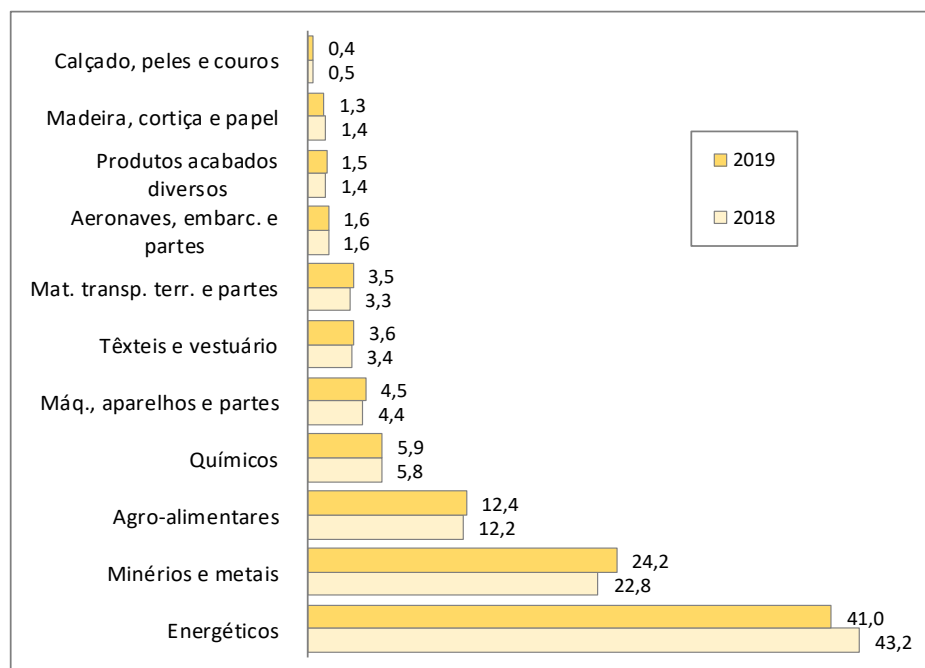
Exportações de mercadorias de África por grupos de produtos (2015 a 2019)

milhares de Euros

	2015	2016	2017	2018	2019
Total	370 089	322 833	376 433	420 478	420 885
t.v.h.	-	-12,8	16,6	11,7	0,1
A Agro-alimentares	51 014	48 926	51 779	51 237	52 217
B Energéticos	155 417	111 483	147 647	181 652	172 564
C Químicos	20 331	20 272	22 901	24 307	24 639
D Madeira, cortiça e papel	5 183	5 161	5 381	6 042	5 539
E Têxteis e vestuário	14 401	15 754	15 265	14 460	15 340
F Calçado, peles e couros	2 230	2 008	1 972	1 893	1 865
G Minérios e metais	73 213	75 885	87 924	95 752	101 743
H Máq., aparelhos e partes	18 871	17 741	17 973	18 293	19 130
I Mat. transp. terr. e partes	12 520	12 578	13 300	14 000	14 917
J Aeronaves, embarc. e partes	11 129	7 298	6 247	6 753	6 788
K Produtos acabados diversos	5 779	5 727	6 043	6 086	6 144

Nota: Não incluídos dados da Guiné-Bissau em 2015 e 2016, num total de 257 e 252 mil Euros, indisponíveis por produtos na base de dados do ITC.

Peso dos grupos de produtos no Total (%) 2018-2019



Fonte: A partir de dados de base de fonte ITC.

África do Norte

Grupos de Produtos	milhares de Euros					Estrutura (%)	
	2015	2016	2017	2018	2019	2018	2019
Total	94 219	89 636	107 100	125 503	125 931	100,0	100,0
t.v.h.	-	-4,9	19,5	17,2	0,3	-	-
A Agro-alimentares	10 692	10 599	11 019	11 477	12 254	9,1	9,7
B Energéticos	43 690	35 389	50 719	66 446	63 742	52,9	50,6
C Químicos	9 041	9 001	10 074	12 041	12 146	9,6	9,6
D Madeira, cortiça e papel	540	560	626	694	648	0,6	0,5
E Têxteis e vestuário	9 125	10 460	9 634	9 060	9 610	7,2	7,6
F Calçado, peles e couros	998	970	959	984	951	0,8	0,8
G Minérios e metais	5 156	6 681	6 817	6 570	6 904	5,2	5,5
H Máq., aparelhos e partes	8 912	9 182	9 865	9 990	10 987	8,0	8,7
I Mat. transp. terr. e partes	2 849	3 444	3 583	3 840	3 979	3,1	3,2
J Aeronaves, embarc. e partes	613	670	856	1 067	1 232	0,9	1,0
K Produtos acabados diversos	2 602	2 681	2 948	3 334	3 479	2,7	2,8

PALOP

Grupos de Produtos	milhares de Euros					Estrutura (%)	
	2015	2016	2017	2018	2019	2018	2019
Total	43 280	28 449	35 189	40 170	35 582	100,0	100,0
t.v.h.	-	-34,3	23,7	14,2	-11,4	-	-
A Agro-alimentares	765	680	760	844	967	2,1	2,7
B Energéticos	38 890	24 346	31 405	34 928	31 411	87,0	88,3
C Químicos	37	441	31	63	61	0,2	0,2
D Madeira, cortiça e papel	107	100	187	188	151	0,5	0,4
E Têxteis e vestuário	67	50	32	41	86	0,1	0,2
F Calçado, peles e couros	4	7	8	9	6	0,0	0,0
G Minérios e metais	2 610	2 176	2 390	2 602	2 661	6,5	7,5
H Máq., aparelhos e partes	382	309	229	245	153	0,6	0,4
I Mat. transp. terr. e partes	44	48	32	20	21	0,1	0,1
J Aeronaves, embarc. e partes	259	178	43	1 187	32	3,0	0,1
K Produtos acabados diversos	114	114	73	43	33	0,1	0,1

Nota: Não incluídos dados da Guiné-Bissau em 2015 e 2016, num total de 257 e 252 mil Euros, indisponíveis por produtos na base de dados do ITC.

Outros África

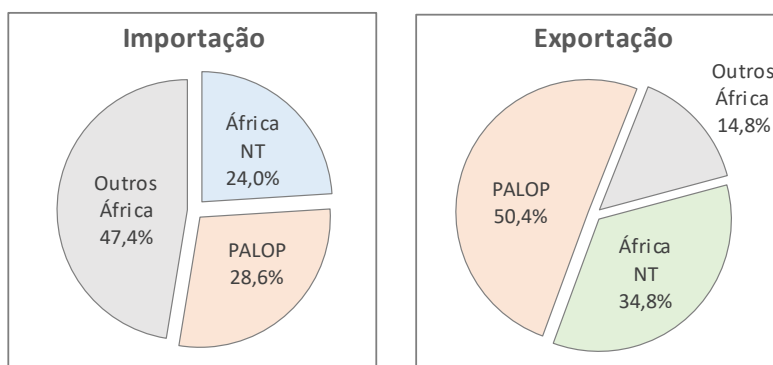
Grupos de Produtos	milhares de Euros					Estrutura (%)	
	2015	2016	2017	2018	2019	2018	2019
Total	232 590	204 748	234 144	254 805	259 373	100,0	100,0
t.v.h.	-	-12,0	14,4	8,8	1,8	-	-
A Agro-alimentares	39 557	37 648	40 001	38 916	38 996	15,3	15,0
B Energéticos	72 837	51 748	65 523	80 278	77 411	31,5	29,8
C Químicos	11 253	10 830	12 795	12 204	12 432	4,8	4,8
D Madeira, cortiça e papel	4 536	4 501	4 569	5 161	4 740	2,0	1,8
E Têxteis e vestuário	5 209	5 243	5 600	5 359	5 645	2,1	2,2
F Calçado, peles e couros	1 227	1 031	1 005	901	908	0,4	0,4
G Minérios e metais	65 447	67 028	78 717	86 580	92 177	34,0	35,5
H Máq., aparelhos e partes	9 577	8 250	7 878	8 058	7 990	3,2	3,1
I Mat. transp. terr. e partes	9 627	9 086	9 685	10 140	10 917	4,0	4,2
J Aeronaves, embarc. e partes	10 257	6 450	5 348	4 499	5 524	1,8	2,1
K Produtos acabados diversos	3 062	2 933	3 022	2 710	2 632	1,1	1,0

Fonte: A partir de dados de base de fonte ITC.

3. Portugal face a África

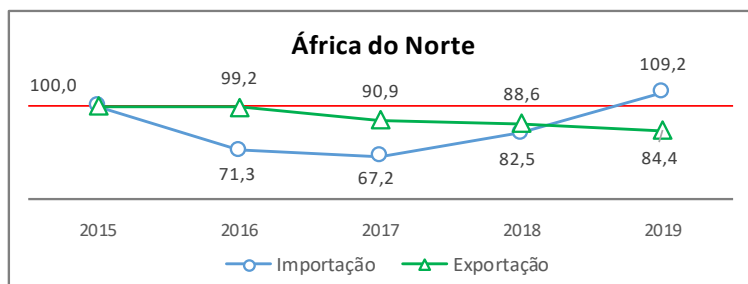
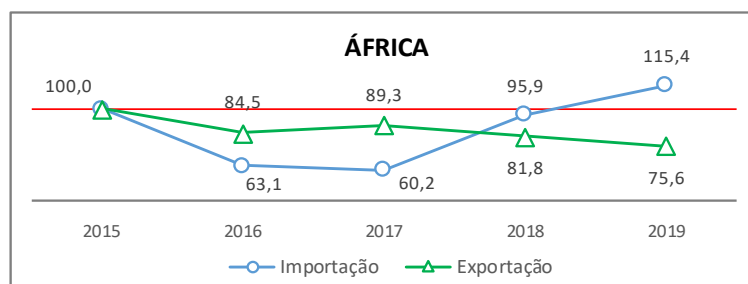
No período em análise, o maior peso das importações portuguesas com origem em África incidiu na componente **Outros África** (47,4% em 2019), seguida dos **PALOP** (28,6%) e dos países da **África do Norte** (24,0%). Na vertente das exportações predominaram os **PALOP** (50,4% em 2019), seguidos dos países da **África do Norte** (34,8%) e dos **Outros África** (14,8%).

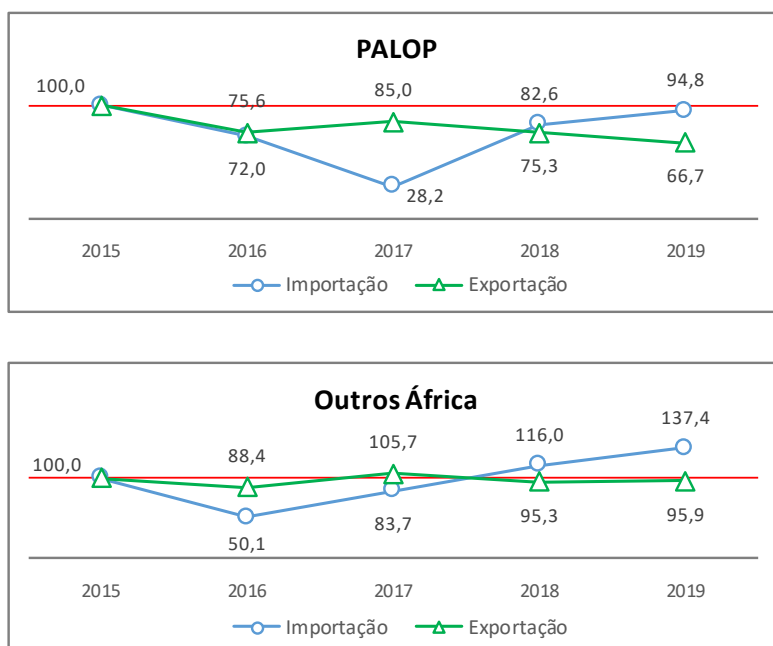
**Peso das importações e exportações de Portugal
por regiões de África (%)**
- 2019 -



As importações globais, após uma quebra em 2017 face ao valor que detinham em 2015 (60,2%), registaram crescimentos sucessivos nos anos seguintes, atingindo 115,4% em 2019. Por sua vez as exportações evoluíram a um ritmo decrescente, situando-se em 2019 em 75,6% do valor de 2015.

**Ritmo de 'crescimento' das importações e exportações
(2015 a 2019 - 2015=100)**





Fonte: A partir de dados de base definitivos do INE

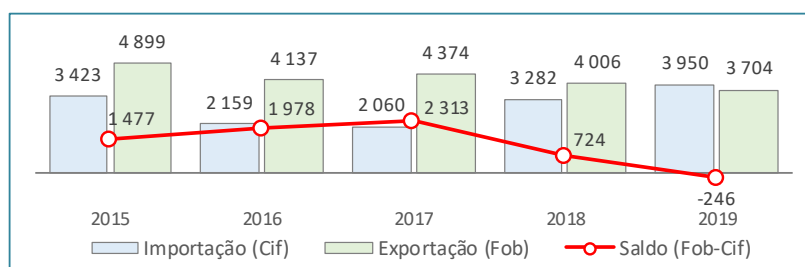
3.1. Balança Comercial

A Balança Comercial de Portugal com o conjunto dos países africanos foi superavitária entre 2015 e 2018, tendo-se tornado deficitária em 2019.

Ao longo do quinquénio foi sempre superavitária para o conjunto dos países da **África do Norte** e **PALOP**, e deficitária para o conjunto dos **Outros África**.

Balança Comercial Portugal-África (2015 a 2019)

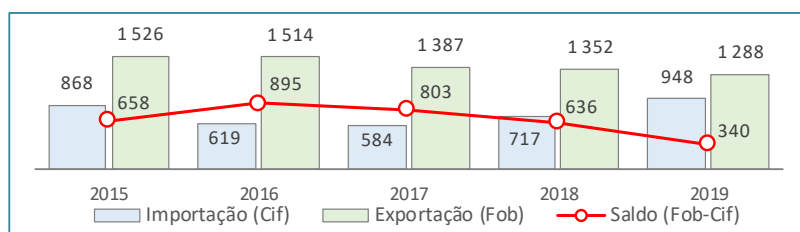
milhões de Euros					
ÁFRICA	2015	2016	2017	2018	2019
Importação (Cif)	3 423	2 159	2 060	3 282	3 950
Exportação (Fob)	4 899	4 137	4 374	4 006	3 704
Saldo (Fob-Cif)	1 477	1 978	2 313	724	-246
Cobertura (Fob/Cif) [%]	143,1	191,6	212,3	122,1	93,8



Balança Comercial Portugal-África do Norte (2015 a 2019)

milhões de Euros

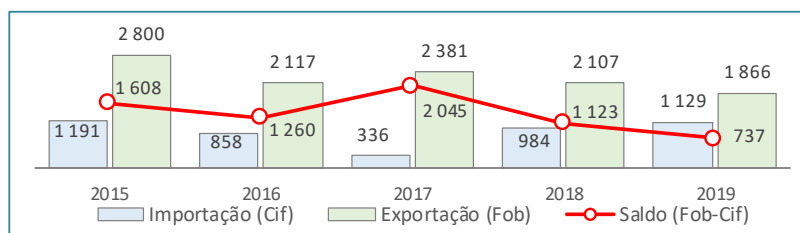
África do Norte	2015	2016	2017	2018	2019
Importação (Cif)	868	619	584	717	948
Exportação (Fob)	1 526	1 514	1 387	1 352	1 288
Saldo (Fob-Cif)	658	895	803	636	340
Cobertura (Fob/Cif) [%]	175,8	244,6	237,6	188,7	135,9



Balança Comercial Portugal-PALOP (2015 a 2019)

milhões de Euros

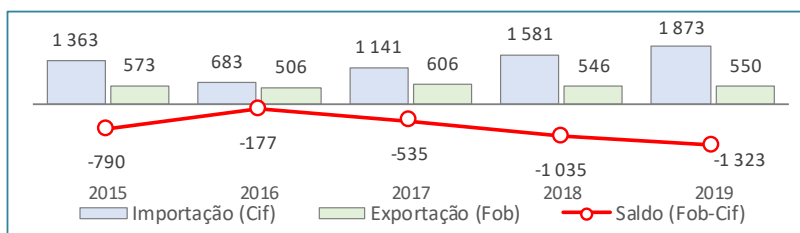
África do Norte	2015	2016	2017	2018	2019
Importação (Cif)	1 191	858	336	984	1 129
Exportação (Fob)	2 800	2 117	2 381	2 107	1 866
Saldo (Fob-Cif)	1 608	1 260	2 045	1 123	737
Cobertura (Fob/Cif) [%]	235,0	246,9	709,0	214,1	165,2



Balança Comercial Portugal-Outros África (2015 a 2019)

milhões de Euros

Outros África	2015	2016	2017	2018	2019
Importação (Cif)	1 363	683	1 141	1 581	1 873
Exportação (Fob)	573	506	606	546	550
Saldo (Fob-Cif)	-790	-177	-535	-1 035	-1 323
Cobertura (Fob/Cif) [%]	42,0	74,1	53,1	34,6	29,4



Fonte: A partir de dados de base definitivos do INE

3.2. Peso relativo das regiões nas importações e exportações portuguesas

Nas importações portuguesas provenientes do continente africano prevalecem as de **Outros África** (47,4% em 2019), seguidas das dos **PALOP** (28,6%) e dos países da **África do Norte** (24,0%).

Nas exportações destacam-se as destinadas aos **PALOP** (50,4% em 2019), ocupando as de países da **África do Norte** a segunda posição (34,8%) com as de **Outros África** em último lugar (14,8%).

**Peso relativo das regiões no comércio internacional português (%)
(2015 a 2019)**

		2015	2016	2017	2018	2019
Importação	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	África do Norte	25,4	28,7	28,3	21,8	24,0
	PALOP	34,8	39,7	16,3	30,0	28,6
	Outros África	39,8	31,6	55,4	48,2	47,4
Exportação	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	África do Norte	31,2	36,6	31,7	33,8	34,8
	PALOP	57,1	51,2	54,4	52,6	50,4
	Outros África	11,7	12,2	13,9	13,6	14,8

Fonte: A partir de dados de base definitivos do INE

Em quadros anexos encontram-se relacionados, para os anos de 2018 e 2019, para todos os países, por regiões, os respectivos valores, taxas de variação homóloga e estrutura das Importações (*Anexo-3*) e das Exportações (*Anexo-4*).

3.3. Importações e exportações de mercadorias por grupos de produtos

As principais **importações** portuguesas com origem em África incidem no grupo de produtos "*Energéticos*", 78,0% do Total em 2019, seguido do grupo "*Agro-alimentares*" (9,9%).

Neste ano as importações de petróleo bruto com origem africana pesaram 45,7% no Total, tendo as de gás de petróleo e outros hidrocarbonetos representado 50,6%.

Em 2019 o principal fornecedor de petróleo foi Angola, seguida da Argélia, da Nigéria, da Guiné Equatorial, dos Camarões, da República Democrática do Congo e de Ghana.

O maior fornecedor de gás foi a Nigéria, seguida da Argélia.

As **exportações** dominantes pertencem aos grupos de produtos "*Máquinas, aparelhos e partes*" (19,7% em 2019), "*Químicos*" (15,8%), "*Agro-alimentares*" (15,5%) e "*Minérios e metais*" (13,4%),

Com pesos da ordem dos 7 a 10% do Total seguiram-se os grupos "*Madeira, cortiça e papel*" (9,7%), "*Produtos acabados diversos*" (8,0%) e "*Energéticos*" (7,4%).

Por fim, com pesos inferiores a 5% do Total, alinharam-se os grupos "*Material de transporte terrestre e partes*" (4,7%), "*Têxteis e vestuário*" (4,3%), "*Calçado, peles e couros*" (1,3%) e "*Aeronaves, embarcações e partes*" (0,2%).

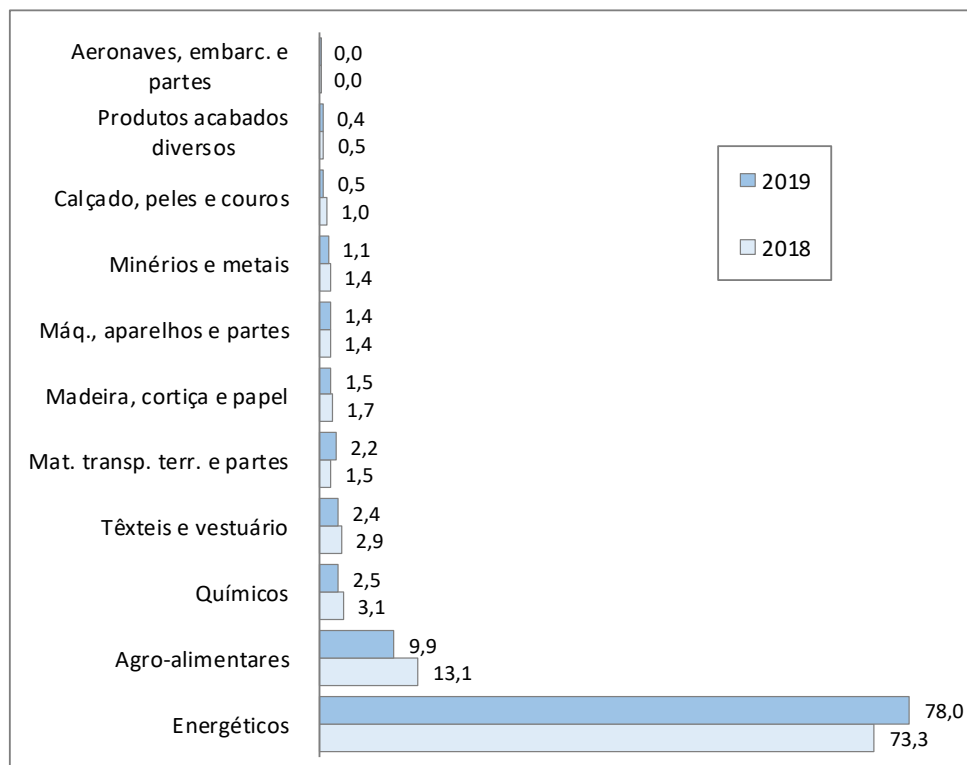
IMPORTAÇÕES

**Importações portuguesas de mercadorias com origem em África
por grupos de produtos
(2015 a 2019)**

milhares de Euros

Grupos de Produtos	2015	2016	2017	2018	2019
Total	3 422 699	2 159 292	2 060 380	3 281 923	3 950 450
t.v.h.	-	-36,9	-4,6	59,3	20,4
A- Agro-alimentares	426 898	392 493	429 869	429 398	391 149
B- Energéticos	2 578 992	1 360 795	1 191 922	2 406 992	3 080 138
C- Químicos	113 370	86 780	99 567	103 355	98 852
D- Madeira, cortiça e papel	51 010	52 308	44 136	55 995	59 344
E- Têxteis e vestuário	77 369	69 982	72 726	95 006	96 522
F- Calçado, peles e couros	43 588	41 695	41 113	31 993	19 660
G- Minérios e metais	19 601	20 254	50 793	45 589	44 869
H- Máq., aparelhos e partes	71 121	81 941	69 013	44 882	55 644
I- Mat. transp. terr. e partes	32 627	46 289	50 672	50 345	86 613
J- Aeronaves, embarc. e partes	1 872	1 864	1 692	650	1 720
K- Produtos acabados diversos	6 251	4 889	8 877	17 717	15 940

**Peso dos grupos de produtos no Total da África (%)
2018-2019**



África do Norte

Grupos de Produtos	milhares de Euros					Estrutura (%)	
	2015	2016	2017	2018	2019	2018	2019
Total	868 456	618 808	583 579	716 723	948 122	100,0	100,0
t.v.h.	-	-28,7	-5,7	22,8	32,3	-	-
A - Agro-alimentares	80 476	51 776	46 986	53 678	29 313	7,5	3,1
B - Energéticos	515 506	329 866	279 393	402 520	610 792	56,2	64,4
C - Químicos	94 941	67 372	70 066	78 538	70 810	11,0	7,5
D - Madeira, cortiça e papel	18 539	21 064	18 004	25 104	28 704	3,5	3,0
E - Têxteis e vestuário	40 935	32 790	32 622	50 056	61 892	7,0	6,5
F - Calçado, peles e couros	35 935	36 311	36 300	27 291	15 342	3,8	1,6
G - Minérios e metais	9 844	12 054	31 917	26 451	38 599	3,7	4,1
H - Máq., aparelhos e partes	62 192	56 352	54 942	33 772	46 485	4,7	4,9
I - Mat. transp. terr. e partes	8 291	8 564	6 266	4 918	31 890	0,7	3,4
J - Aeronaves, embarc. e partes	130	780	292	67	1 655	0,0	0,2
K - Produtos acabados diversos	1 668	1 879	6 793	14 326	12 640	2,0	1,3

PALOP

Grupos de Produtos	milhares de Euros					Estrutura (%)	
	2015	2016	2017	2018	2019	2018	2019
Total	1 191 348	857 564	335 833	984 222	1 129 419	100,0	100,0
t.v.h.	-	-28,0	-60,8	193,1	14,8	-	-
A - Agro-alimentares	42 491	40 168	50 672	48 851	48 629	5,0	4,3
B - Energéticos	1 128 451	784 489	253 585	909 819	1 060 146	92,4	93,9
C - Químicos	220	222	504	362	310	0,0	0,0
D - Madeira, cortiça e papel	817	2 595	4 683	728	2 106	0,1	0,2
E - Têxteis e vestuário	6 953	7 914	6 201	7 227	7 285	0,7	0,6
F - Calçado, peles e couros	3 456	3 377	3 395	3 626	3 078	0,4	0,3
G - Minérios e metais	671	2 916	2 800	3 334	2 592	0,3	0,2
H - Máq., aparelhos e partes	4 394	12 218	10 305	5 951	2 397	0,6	0,2
I - Mat. transp. terr. e partes	791	2 494	1 670	1 663	729	0,2	0,1
J - Aeronaves, embarc. e partes	126	9	825	164	38	0,0	0,0
K - Produtos acabados diversos	2 978	1 164	1 193	2 498	2 108	0,3	0,2

Outros África

Grupos de Produtos	milhares de Euros					Estrutura (%)	
	2015	2016	2017	2018	2019	2018	2019
Total	1 362 894	682 919	1 140 968	1 580 979	1 872 909	100,0	100,0
t.v.h.	-	-49,9	67,1	38,6	18,5	-	-
A - Agro-alimentares	303 932	300 549	332 211	326 868	313 208	20,7	16,7
B - Energéticos	935 036	246 440	658 944	1 094 654	1 409 199	69,2	75,2
C - Químicos	18 208	19 187	28 997	24 455	27 731	1,5	1,5
D - Madeira, cortiça e papel	31 654	28 649	21 450	30 162	28 533	1,9	1,5
E - Têxteis e vestuário	29 482	29 278	33 902	37 723	27 345	2,4	1,5
F - Calçado, peles e couros	4 197	2 008	1 418	1 077	1 239	0,1	0,1
G - Minérios e metais	9 086	5 284	16 077	15 804	3 678	1,0	0,2
H - Máq., aparelhos e partes	4 535	13 372	3 765	5 159	6 762	0,3	0,4
I - Mat. transp. terr. e partes	23 545	35 231	42 736	43 764	53 994	2,8	2,9
J - Aeronaves, embarc. e partes	1 615	1 076	576	419	27	0,0	0,0
K - Produtos acabados diversos	1 605	1 846	891	893	1 192	0,1	0,1

Fonte: A partir de dados de base definitivos do INE.

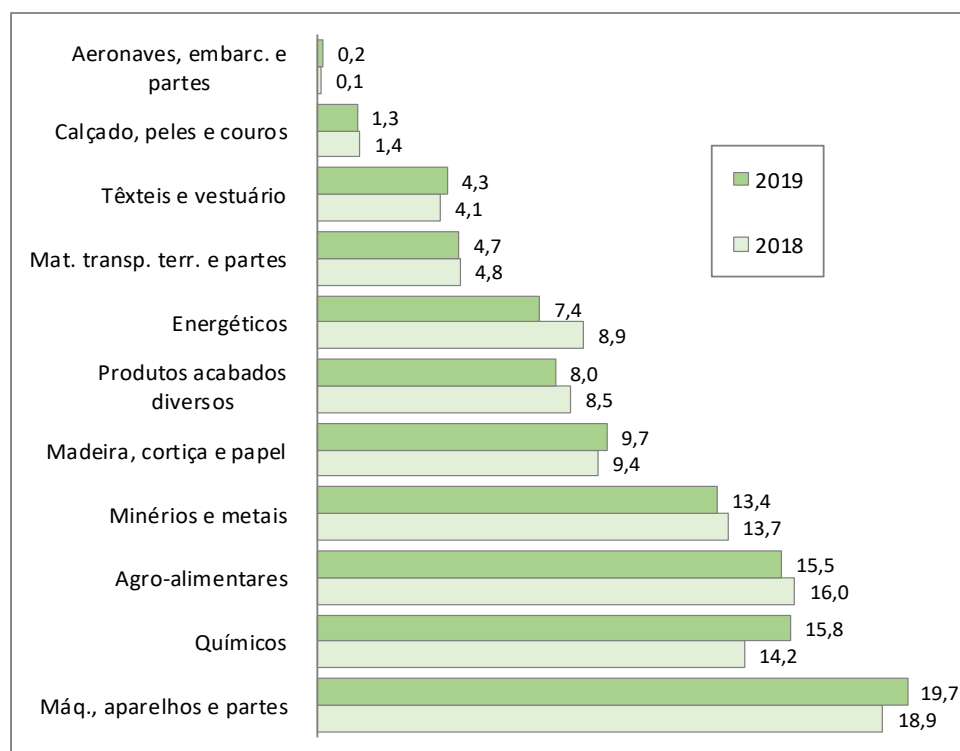
EXPORTAÇÕES

**Exportações de mercadorias com destino a África
por grupos de produtos
(2015 a 2019)**

milhares de Euros

Grupos de Produtos	2015	2016	2017	2018	2019
Total	4 899 296	4 137 465	4 373 595	4 006 073	3 704 374
t.v.h.	-	-15,5	5,7	-8,4	-7,5
A- Agro-alimentares	774 410	669 030	728 903	639 045	573 661
B- Energéticos	359 051	416 472	430 883	356 270	274 919
C- Químicos	545 867	512 411	590 795	570 677	584 507
D- Madeira, cortiça e papel	358 826	330 104	330 047	375 287	357 851
E- Têxteis e vestuário	192 978	160 234	168 350	164 931	160 506
F- Calçado, peles e couros	67 508	59 883	64 731	57 533	49 031
G- Minérios e metais	877 595	648 552	664 912	549 120	494 579
H- Máq., aparelhos e partes	1 067 539	820 632	836 940	756 658	731 595
I- Mat. transp. terr. e partes	193 855	145 829	189 002	191 525	175 445
J- Aeronaves, embarc. e partes	11 366	23 617	9 496	5 899	7 653
K- Produtos acabados diversos	450 300	350 700	359 534	339 128	294 626

**Peso dos grupos de produtos no Total da África (%)
2018-2019**



África do Norte

Grupos de Produtos	milhares de Euros					Estrutura (%)	
	2015	2016	2017	2018	2019	2018	2019
Total	1 526 404	1 513 689	1 386 755	1 352 272	1 288 156	100,0	100,0
<i>t.v.h.</i>	-	-0,8	-8,4	-2,5	-4,7	-	-
A - Agro-alimentares	46 785	51 379	46 186	52 553	41 167	3,9	3,2
B - Energéticos	258 168	325 562	276 910	276 252	186 926	20,4	14,5
C - Químicos	130 813	140 917	143 333	153 309	221 041	11,3	17,2
D - Madeira, cortiça e papel	187 248	177 511	186 757	217 818	207 452	16,1	16,1
E - Têxteis e vestuário	89 373	87 004	75 872	80 145	76 391	5,9	5,9
F - Calçado, peles e couros	23 117	27 328	31 679	30 028	28 880	2,2	2,2
G - Minérios e metais	422 994	357 411	310 304	227 538	199 187	16,8	15,5
H - Máq., aparelhos e partes	249 024	235 980	185 297	179 407	189 536	13,3	14,7
I - Mat. transp. terr. e partes	44 483	37 663	61 876	62 775	66 937	4,6	5,2
J - Aeronaves, embarc. e partes	1 036	476	4 319	1 336	3 687	0,1	0,3
K - Produtos acabados diversos	73 362	72 458	64 223	71 112	66 951	5,3	5,2

PALOP

Grupos de Produtos	milhares de Euros					Estrutura (%)	
	2015	2016	2017	2018	2019	2018	2019
Total	2 799 806	2 117 405	2 380 893	2 107 368	1 866 362	100,0	100,0
<i>t.v.h.</i>	-	-24,4	12,4	-11,5	-11,4	-	-
A - Agro-alimentares	675 714	570 427	626 227	532 073	453 457	25,2	24,3
B - Energéticos	65 464	58 343	63 376	62 074	52 488	2,9	2,8
C - Químicos	371 835	329 763	395 779	359 457	303 775	17,1	16,3
D - Madeira, cortiça e papel	124 098	109 885	101 818	100 646	94 430	4,8	5,1
E - Têxteis e vestuário	77 962	49 074	63 953	53 064	54 501	2,5	2,9
F - Calçado, peles e couros	40 074	28 641	28 530	24 113	17 010	1,1	0,9
G - Minérios e metais	323 321	184 901	236 935	216 175	212 207	10,3	11,4
H - Máq., aparelhos e partes	704 211	503 938	558 107	489 935	444 448	23,2	23,8
I - Mat. transp. terr. e partes	78 614	47 957	51 246	46 569	40 478	2,2	2,2
J - Aeronaves, embarc. e partes	6 861	4 729	3 068	4 004	2 791	0,2	0,1
K - Produtos acabados diversos	331 653	229 748	251 854	219 259	190 776	10,4	10,2

Outros África

Grupos de Produtos	milhares de Euros					Estrutura (%)	
	2015	2016	2017	2018	2019	2018	2019
Total	573 086	506 371	605 946	546 432	549 857	100,0	100,0
<i>t.v.h.</i>	-	-11,6	19,7	-9,8	0,6	-	-
A - Agro-alimentares	51 912	47 223	56 490	54 419	79 037	10,0	14,4
B - Energéticos	35 419	32 567	90 597	17 944	35 505	3,3	6,5
C - Químicos	43 220	41 731	51 683	57 910	59 691	10,6	10,9
D - Madeira, cortiça e papel	47 480	42 709	41 472	56 822	55 969	10,4	10,2
E - Têxteis e vestuário	25 643	24 156	28 525	31 722	29 613	5,8	5,4
F - Calçado, peles e couros	4 317	3 914	4 522	3 391	3 141	0,6	0,6
G - Minérios e metais	131 280	106 240	117 674	105 408	83 186	19,3	15,1
H - Máq., aparelhos e partes	114 303	80 715	93 537	87 316	97 610	16,0	17,8
I - Mat. transp. terr. e partes	70 758	60 209	75 880	82 182	68 030	15,0	12,4
J - Aeronaves, embarc. e partes	3 469	18 413	2 110	560	1 175	0,1	0,2
K - Produtos acabados diversos	45 285	48 495	43 457	48 757	36 899	8,9	6,7

Fonte: A partir de dados de base definitivos do INE.

Anexo - 1

Países africanos
Capitais, população e PIB per capita

	Capital	1000 hab.	PIB p/capita PPP-US\$
África do Norte		190 224	
DZ Argélia	Argel	40 969	15 200
EG Egipto	Cairo	97 041	12 700
LY Líbia	Tripoli	6 653	9 600
MA Marrocos	Rabat	33 987	8 600
TN Tunísia	Tunes	11 404	11 900
XC Ceuta	Ceuta	85	28 207
XL Melilla	Melilla	85	25 748
PALOP		58 438	
AO Angola	Luanda	29 310	6 800
CV Cabo Verde	Praia	561	7 000
GW Guiné-Bissau	Bissau	1 792	1 900
MZ Moçambique	Maputo	26 574	1 300
ST S.Tomé e Pr.	São Tomé	201	3 200
Outros África		973 084	
BF Burkina Faso	Ouagadougou	20 108	1 900
BI Burundi	Bujumbura	11 467	700
BJ Benin	Cotonu	11 039	2 300
BW Botswana	Gaborone	2 215	17 000
CD R.D.Congo	Kinshasa	83 301	800
CF R.C.Africana	Bangui	5 625	700
CG Congo	Brazzaville	4 955	6 800
CI Costa do Marfim	Abidjan	24 185	3 900
CM Camarões	Yaoundé	24 995	3 700
DJ Djibouti	Djibouti	865	3 600
EH Saara Ocidental	Laiune	603	2 500
ER Eritreia	Asmara	5 919	1 600
ET Etiópia	Adisabeba	105 350	2 200
GA Gabão	Libreville	1 772	18 100
GH Ghana	Acra	27 500	4 700
GM Gâmbia	Banjul	2 051	2 600
GN Guiné (Conakri)	Conakri	12 414	2 200
GQ Guiné Equat.	Malabo	778	37 400
IO T.Brit.Oc.Índico	Diego Garcia	4	n.d.
KE Quênia	Nairobi	47 616	3 500
KM Comores	Moroni	808 08	1600
LR Libéria	Monróvia	4 689	1 300
LS Lesoto	Maseru	1 958	3 300
MG Madagáscar	Antananarivo	25 054	1 600
ML Mali	Bamako	17 885	2 200
MR Mauritânia	Nouakchott	3 759	4 500
MU Maurícias	Port Louis	1 356	22 300
MW Malawi	Lilongwe	19 196	1 200
NA Namíbia	Windhoek	2 485	11 200
NE Níger	Niamey	19 245	1 200
NG Nigéria	Abuja	190 632	5 900
RW Ruanda	Kigali	11 901	2 100
SC Seychelles	Victoria	93 92	29300
SD Sudão	Cartum	37 346	4 300
SH Santa Helena	Jamestown	8	7 800
SL Serra Leoa	Freetown	6 163	1 600
SN Senegal	Dakar	14 669	3 500

	Capital	1000 hab.	PIB p/capita PPP-US\$
SO Somália	Mogadiscio	11 031	<i>n.d.</i>
SS Sudão do Sul	Juba	13 026	1 600
SZ Suazi. (Eswatini)	Mbabane	1 467	10 100
TD Chade	N'Djanema	12 076	2 300
TG Togo	Lomé	7 965	1 700
TZ Tanzânia	Dar es Salam	53 951	3 200
UG Uganda	Kampala	39 570	2 400
YT Mayotte	Mamoudzou	270	4 900
ZA África do Sul	Pretória	54 842	13 600
ZM Zâmbia	Lusaka	15 972	4 000
ZW Zimbabwe	Harare	13 805	2 300
Total África>>>		1 221 746	

Fonte: CIA-"The World Factbook" - estimativa 2017, excepto:
População de Ceuta e Melilla-Eurostat; Mayotte-INSEE, França.
PIB de Ceuta e Melilla - Eurostat; Mayotte - World Bank.

Anexo - 2

Definição do conteúdo dos Grupos de Produtos

Grupos de Produtos	NC-2 / SH-2
A - Agro-alimentares	01 a 24
B - Energéticos	27
C - Químicos	28 a 40
D - Madeira, cortiça e papel	44 a 49
E - Têxteis e vestuário	50 a 63, 65 a 67
F - Calçado, peles e couros	41 a 43, 64
G - Minérios e metais	25, 26, 71 a 83
H - Máquinas, aparelhos e partes	84, 85
I - Material de transporte terrestre e partes	86, 87
J - Aeronaves, embarcações e partes	88, 89
K - Produtos acabados diversos	68 a 70, 90 a 99

[1] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veículos e material para via férrea.

[2] Inclui estruturas flutuantes.

Anexo - 3

Países africanos de origem das importações portuguesas Valor global, taxas de variação e estrutura (2018-2019)

	milhares de Euros		TVH	Estrutura (%)	
	2018	2019		2018	2019
TOTAL da África	3 281 923	3 950 450	20,4 ↗	100,0	100,0
ÁFRICA NT	716 723	948 122	32,3 ↗	21,8	24,0
PALOP	984 222	1 129 419	14,8 ↗	30,0	28,6
OUTROS	1 580 979	1 872 909	18,5 ↗	48,2	47,4

	milhares de Euros		TVH	Estrutura (%)	
	2018	2019		2018	2019
África do Norte	716 723	948 122	32,3	100,0	100,0
DZ Argélia	424 622	644 841	51,9	59,2	68,0
MA Marrocos	161 351	199 875	23,9	22,5	21,1
EG Egipto	93 869	63 729	-32,1	13,1	6,7
TN Tunísia	33 926	32 117	-5,3	4,7	3,4
LY Líbia	2 955	7 560	155,8	0,4	0,8
XC Ceuta	0	0	- -	0,0	0,0
XL Melilla	0	0	- -	0,0	0,0
PALOP	984 222	1 129 419	14,8	100,0	100,0
AO Angola	928 579	1 075 480	15,8	94,3	95,2
MZ Moçambique	40 160	40 736	1,4	4,1	3,6
CV Cabo Verde	14 333	12 157	-15,2	1,5	1,1
GW Guiné-Bissau	557	789	41,7	0,1	0,1
ST São Tomé e Pr.	592	257	-56,6	0,1	0,0
Outros África	1 580 979	1 872 909	18,5	100,0	100,0
NG Nigéria	502 233	955 032	90,2	31,8	51,0
ZA África do Sul	232 167	197 328	-15,0	14,7	10,5
GQ Guiné Equat.	487 440	176 405	-63,8	30,8	9,4
CM Camarões	12 006	128 295	968,6	0,8	6,9
CD R.D. Congo	5 293	107 485	1930,9	0,3	5,7
GH Gana	74 123	63 744	-14,0	4,7	3,4
CI Costa Marfim	30 631	33 053	7,9	1,9	1,8
SZ Suazilândia	9 210	28 791	212,6	0,6	1,5
NA Namíbia	24 682	26 832	8,7	1,6	1,4
SN Senegal	21 110	25 977	23,1	1,3	1,4
UG Uganda	24 255	22 713	-6,4	1,5	1,2
TZ Tanzânia	18 173	18 916	4,1	1,1	1,0
CG Congo	6 070	18 272	201,0	0,4	1,0
MR Mauritânia	20 059	14 546	-27,5	1,3	0,8
MU Maurícia	12 866	12 786	-0,6	0,8	0,7
KE Quénia	4 828	8 600	78,1	0,3	0,5
MG Madagáscar	9 030	7 789	-13,7	0,6	0,4
ET Etiópia	6 649	6 814	2,5	0,4	0,4
ML Mali	8 797	3 267	-62,9	0,6	0,2
ZW Zimbabwe	3 996	3 266	-18,3	0,3	0,2
MW Maláui	1 984	2 746	38,4	0,1	0,1
GA Gabão	48 892	2 461	-95,0	3,1	0,1
CF R. C.-Africana	3 046	1 755	-42,4	0,2	0,1
BJ Benim	885	1 347	52,2	0,1	0,1
SL Serra Leoa	582	1 105	89,8	0,0	0,1
BF Burquina Faso	1 563	830	-46,9	0,1	0,0
GM Gâmbia	662	702	6,0	0,0	0,0
TG Togo	4 425	675	-84,7	0,3	0,0
SC Seycheles	2 199	588	-73,3	0,1	0,0
TD Chade	2 306	377	-83,6	0,1	0,0
LR Libéria	113	207	84,1	0,0	0,0
ZM Zâmbia	82	101	22,7	0,0	0,0

	milhares de Euros		TVH	Estrutura (%)	
	2018	2019		2018	2019
DJ Jibuti	0	54	1,3E+04 ↗	0,0	0,0
SH Santa Helena	53	25	-52,5 ↘	0,0	0,0
RW Ruanda	0	10	2,0E+04 ↗	0,0	0,0
GN Guiné	519	7	-98,6 ↘	0,0	0,0
BW Botsuana	0	5	- ↗	0,0	0,0
NE Níger	22	2	-93,0 ↘	0,0	0,0
KM Comores	0	0	- ↗	0,0	0,0
BI Burundi	0	0	- ↗	0,0	0,0
EH Sara Ocidental	0	0	- ↗	0,0	0,0
ER Eritreia	0	0	- ↗	0,0	0,0
IO Terr.Brit.O.Índico	0	0	- ↗	0,0	0,0
LS Lesoto	0,04	0	-100,0 ↘	0,0	0,0
SD Sudão	27	0	-100,0 -	0,0	0,0
SO Somália	0	0	- -	0,0	0,0
SS Sudão do Sul	0	0	- -	0,0	0,0
YT Mayotte	0	0	- -	0,0	0,0

Fonte: A partir de dados de base definitivos do INE.

Anexo - 4

Países africanos de destino das exportações portuguesas Valor global, taxas de variação e estrutura (2018-2019)

	milhares de Euros		TVH	Estrutura (%)	
	2018	2019		2018	2019
TOTAL da África	4 006 073	3 704 374	-7,5 ↘	100,0	100,0
ÁFRICA NT	1 352 272	1 288 156	-4,7 ↘	33,8	34,8
PALOP	2 107 368	1 866 362	-11,4 ↘	52,6	50,4
OUTROS	546 432	549 857	0,6 ↗	13,6	14,8
África do Norte	1 352 272	1 288 156	-4,7 ↘	100,0	100,0
MA Marrocos	687 624	715 684	4,1 ↗	50,8	55,6
EG Egito	133 601	225 786	69,0 ↗	9,9	17,5
DZ Argélia	281 473	214 045	-24,0 ↘	20,8	16,6
TN Tunísia	217 861	99 726	-54,2 ↘	16,1	7,7
LY Líbia	25 514	28 272	10,8 ↗	1,9	2,2
XC Ceuta	5 822	3 891	-33,2 ↘	0,4	0,3
XL Melilla	377	752	99,3 ↗	0,0	0,1
PALOP	2 107 368	1 866 362	-11,4 ↘	100,0	100,0
AO Angola	1 512 775	1 238 801	-18,1 ↘	71,8	66,4
CV Cabo Verde	254 146	284 288	11,9 ↗	12,1	15,2
MZ Moçambique	185 818	203 179	9,3 ↗	8,8	10,9
GW Guiné-Bissau	94 881	91 306	-3,8 ↘	4,5	4,9
ST São Tomé e Pr.	59 748	48 787	-18,3 ↘	2,8	2,6

		milhares de Euros		TVH	Estrutura (%)	
		2018	2019		2018	2019
Outros África		546 432	549 857	0,6	100,0	100,0
ZA	África do Sul	172 517	188 668	9,4	31,6	34,3
CI	Costa Marfim	57 441	40 852	-28,9	10,5	7,4
SN	Senegal	49 763	33 971	-31,7	9,1	6,2
CM	Camarões	39 000	33 956	-12,9	7,1	6,2
NG	Nigéria	25 327	31 415	24,0	4,6	5,7
TG	Togo	4 773	26 447	454,1	0,9	4,8
GH	Gana	21 817	18 402	-15,7	4,0	3,3
MR	Mauritânia	14 268	13 570	-4,9	2,6	2,5
GN	Guiné	17 473	12 937	-26,0	3,2	2,4
KE	Quênia	10 609	11 883	12,0	1,9	2,2
GA	Gabão	7 398	11 581	56,5	1,4	2,1
SD	Sudão	12 875	10 891	-15,4	2,4	2,0
BF	Burquina Faso	9 402	10 470	11,4	1,7	1,9
NE	Níger	1 101	9 815	791,3	0,2	1,8
GQ	Guiné Equat.	11 223	9 538	-15,0	2,1	1,7
MU	Maurícia	10 886	9 172	-15,7	2,0	1,7
ET	Etiópia	6 338	9 027	42,4	1,2	1,6
CG	Congo	6 807	8 194	20,4	1,2	1,5
CD	R.D. Congo	7 783	7 133	-8,3	1,4	1,3
UG	Uganda	4 011	6 816	69,9	0,7	1,2
RW	Ruanda	5 260	6 709	27,5	1,0	1,2
MG	Madagáscar	5 649	6 200	9,8	1,0	1,1
ML	Mali	9 973	5 060	-49,3	1,8	0,9
SC	Seycheles	2 170	4 418	103,6	0,4	0,8
BJ	Benim	4 124	3 765	-8,7	0,8	0,7
SZ	Suazilândia	2 305	2 689	16,6	0,4	0,5
MW	Maláui	2 538	2 559	0,8	0,5	0,5
NA	Namíbia	3 955	2 165	-45,3	0,7	0,4
TZ	Tanzânia	8 323	1 872	-77,5	1,5	0,3
GM	Gâmbia	1 326	1 602	20,8	0,2	0,3
SL	Serra Leoa	914	1 243	36,1	0,2	0,2
ZM	Zâmbia	1 659	1 147	-30,8	0,3	0,2
BI	Burundi	1 030	855	-17,0	0,2	0,2
BW	Botsuana	204	828	305,5	0,0	0,2
KM	Comores	182	763	318,5	0,0	0,1
ZW	Zimbabwe	2 943	748	-74,6	0,5	0,1
LR	Libéria	698	659	-5,5	0,1	0,1
SO	Somália	259	566	118,2	0,0	0,1
LS	Lesoto	0	415	1,3E+05	0,0	0,1
DJ	Jibuti	344	351	2,0	0,1	0,1
ER	Eritreia	324	289	-10,8	0,1	0,1
CF	R. C.-Africana	169	184	8,7	0,0	0,0
TD	Chade	1 267	35	-97,2	0,2	0,0
SS	Sudão do Sul	5	0	-98,1	0,0	0,0
EH	Sara Ocidental	0	0	- -	0,0	0,0
IO	Terr.Brit.O.Índico	0	0	- -	0,0	0,0
SH	Santa Helena	0	0	- -	0,0	0,0
YT	Mayotte	0	0	- -	0,0	0,0

Fonte: A partir de dados de base definitivos do INE.

Acréscimos e decréscimos das exportações por produtos e mercados - Evolução mensal - Outubro de 2020

Walter Anatole Marques¹

1. Nota introdutória

Neste trabalho pretende-se analisar onde incidiram os maiores acréscimos e decréscimos nas exportações portuguesas de mercadorias, por produtos e por mercados, ao longo dos dez primeiros meses de 2020, acumulados e não acumulados, face ao período homólogo de 2019. São para este fim utilizados dados de base divulgados no portal do Instituto Nacional de Estatística (INE), em versão definitiva para 2019 e preliminar para 2020, com última actualização em 10 de Dezembro de 2020.

2. Exportações no período acumulado de Janeiro-Outubro 2019-2020

Em 2020, no período acumulado de Janeiro a Outubro, as exportações de mercadorias decresceram em valor -11,5% face a igual período do ano anterior (-5,8 mil milhões de Euros), abrangendo todos os grupos de produtos à excepção do grupo "Agro-alimentares", que aumentou 135 milhões de Euros, +2,2% (*definição do conteúdo dos grupos em Anexo*).

O maior **decréscimo**, em Euros, incidiu no grupo "Material de transporte terrestre e partes" (-1,4 mil milhões de Euros).

Seguiram-se os grupos "Energéticos" (-831 milhões), "Químicos" (-581 milhões), "Minérios e metais" (-562 milhões), "Têxteis e vestuário" (-540 milhões), "Produtos acabados diversos" (-483 milhões), "Máquinas, aparelhos e partes" (-475 milhões), "Madeira, cortiça e papel" (-439 milhões), "Calçado, peles e couros" (-316 milhões) e "Aeronaves, embarcações e partes" (-269 milhões de Euros).

Exportações por grupos de produtos - Janeiro a Outubro de 2019 e 2020 -

Grupos de produtos	2019		2020		TVH	Δ
		%		%		
TOTAL	50 097	100,0	44 334	100,0	-11,5	-5 763
A - Agro-alimentares	6 018	12,0	6 152	13,9	2,2	135
B - Energéticos	2 841	5,7	2 010	4,5	-29,2	-831
C - Químicos	6 444	12,9	5 864	13,2	-9,0	-581
D - Madeira, cortiça e papel	3 759	7,5	3 320	7,5	-11,7	-439
E - Têxteis e vestuário	4 470	8,9	3 929	8,9	-12,1	-540
F - Calçado, peles e couros	1 845	3,7	1 529	3,4	-17,1	-316
G - Minérios e metais	4 693	9,4	4 131	9,3	-12,0	-562
H - Máquinas, aparelhos e partes	6 911	13,8	6 436	14,5	-6,9	-475
I - Mat. transp. terrestre e partes	7 525	15,0	6 124	13,8	-18,6	-1 402
J - Aeronaves, embarc. e partes	692	1,4	423	1,0	-38,9	-269
K - Produtos acabados diversos	4 899	9,8	4 416	10,0	-9,9	-483

Fonte: A partir de dados de base do INE: 2019 definitivos e 2020 preliminares com última actualização em 10 de dezembro de 2020.

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP).

Considerando a partição entre espaço Intra UE-27 (Reino Unido excluído) e Extra-UE, verifica-se que neste período, no seio da Comunidade, as exportações, que representaram 71,6% do Total, decresceram -10,5% face ao ano anterior (-3,7 mil milhões de Euros). Por sua vez, para fora da Comunidade as exportações registaram uma quebra de -14,0% (-2,1 mil milhões).

O Total do espaço Intracomunitário foi aqui calculado, para ambos os anos, por somatório dos valores dos atuais parceiros de Portugal, acrescido das provisões de bordo, países não determinados e confidencialidade, quando atribuídos à União Europeia.

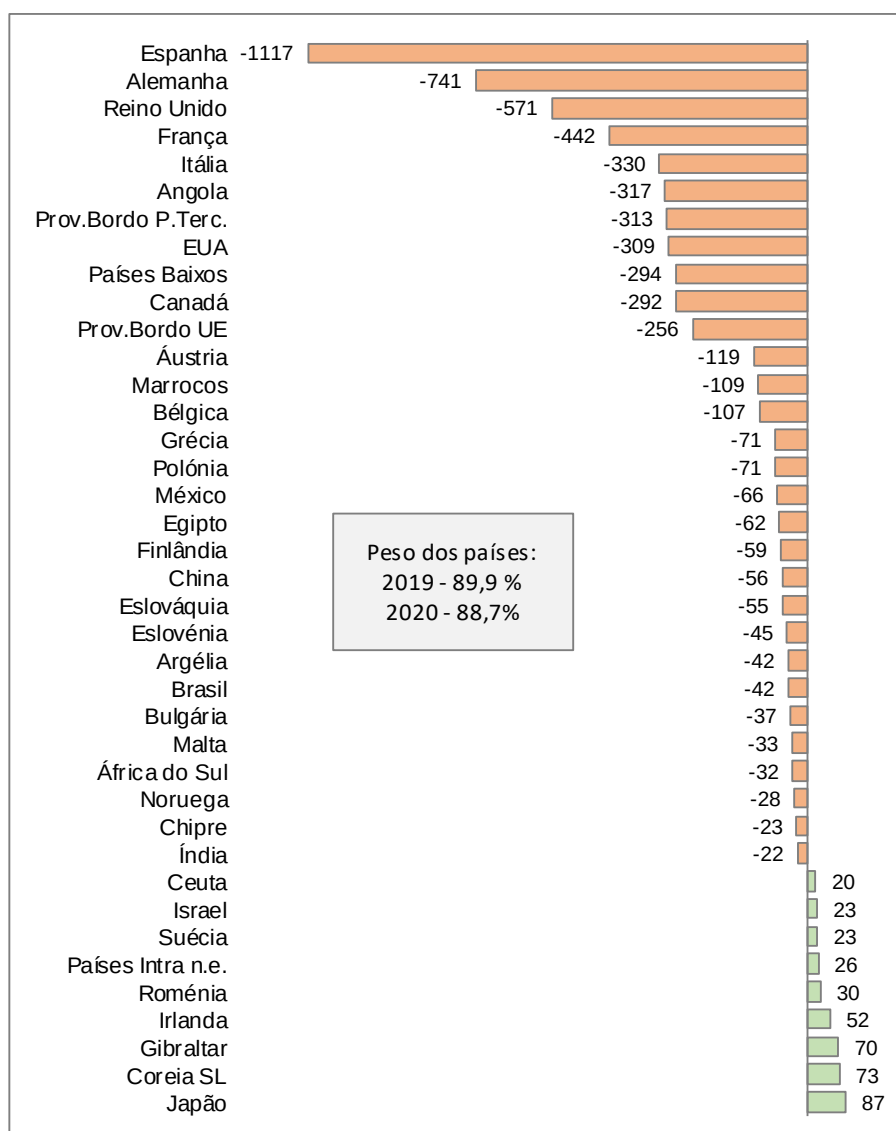
**Principais acréscimos e decréscimos das exportações
por mercados de destino (meses acumulados)
(Janeiro a Outubro de 2019 e 2020)**

	milhões de Euros			TVH	Estrutura (%)	
	2019	2020	Δ		2019	2020
Total	50 097	44 334	-5 763	-11,5	100,0	100,0
Intra-UE (27)	35 430	31 726	-3 704	-10,5	70,7	71,6
Extra-UE (27)	14 667	12 609	-2 058	-14,0	29,3	28,4
Acréscimos:						
Japão	122	209	87	70,9	0,2	0,5
Coreia SL	82	156	73	88,6	0,2	0,4
Gibraltar	81	151	70	86,5	0,2	0,3
Irlanda	353	405	52	14,6	0,7	0,9
Roménia	371	401	30	8,1	0,7	0,9
Países Intra n.e.	9	35	26	270,5	0,0	0,1
Suécia	480	504	23	4,9	1,0	1,1
Israel	197	219	23	11,6	0,4	0,5
Ceuta	4	24	20	519,1	0,0	0,1
Sub. Total	1 499	1 860	361	-	3,0	4,2
Decréscimos:						
Espanha	12 335	11 218	-1 117	-9,1	24,6	25,3
Alemanha	6 071	5 329	-741	-12,2	12,1	12,0
Reino Unido	3 064	2 493	-571	-18,6	6,1	5,6
França	6 517	6 075	-442	-6,8	13,0	13,7
Itália	2 236	1 906	-330	-14,8	4,5	4,3
Angola	1 040	724	-317	-30,4	2,1	1,6
P.Bordo P.Terc.	579	266	-313	-54,1	1,2	0,6
EUA	2 520	2 211	-309	-12,3	5,0	5,0
Países Baixos	1 941	1 647	-294	-15,2	3,9	3,7
Canadá	551	259	-292	-53,0	1,1	0,6
P.Bordo UE	478	222	-256	-53,6	1,0	0,5
Áustria	452	332	-119	-26,4	0,9	0,7
Marrocos	557	447	-109	-19,6	1,1	1,0
Bélgica	1 153	1 046	-107	-9,3	2,3	2,4
Grécia	201	130	-71	-35,3	0,4	0,3
Polónia	664	593	-71	-10,6	1,3	1,3
México	273	207	-66	-24,3	0,5	0,5
Egipto	197	136	-62	-31,2	0,4	0,3
Finlândia	283	225	-59	-20,7	0,6	0,5
China	507	451	-56	-11,0	1,0	1,0
Eslováquia	352	297	-55	-15,6	0,7	0,7
Eslovénia	106	61	-45	-42,0	0,2	0,1
Argélia	187	144	-42	-22,6	0,4	0,3
Brasil	620	578	-42	-6,7	1,2	1,3
Bulgária	101	64	-37	-36,6	0,2	0,1
Malta	56	22	-33	-60,2	0,1	0,0
África do Sul	154	122	-32	-20,7	0,3	0,3
Noruega	165	137	-28	-17,2	0,3	0,3
Chipre	54	31	-23	-42,3	0,1	0,1
Índia	103	81	-22	-21,5	0,2	0,2
Sub. Total	43 520	37 457	-6 063	-	86,9	84,5
<i>Contributo destes países para o Total >></i>				-5 660	-	89,9 88,7

Em termos globais, os maiores **decréscimos** couberam a Espanha (-1,1 mil milhões de Euros), Alemanha (-741 milhões), Reino Unido (-571 milhões), França (-442 milhões), Itália (-330 milhões), Angola (-317 milhões), Provisões de Bordo para Países Terceiros (-313 milhões), EUA (-309 milhões), Países Baixos (-294 milhões), Canadá (-292 milhões), Provisões de Bordo para a UE (-256 milhões), Áustria (-119 milhões), Marrocos (-109 milhões) e Bélgica (-107 milhões).

O **acréscimo** mais significativo pertenceu ao Japão (+87 milhões de Euros), seguido da Coreia do Sul (+73 milhões), de Gibraltar (+70 milhões), da Irlanda (+52 milhões), da Roménia (+30 milhões), de Países não determinados Intra-UE (+26 milhões), da Suécia e Israel (+23 milhões cada) e de Ceuta (+20 milhões).

**Acréscimos e decréscimos das exportações
acima de 20 milhões de Euros no período acumulado
de Janeiro a Outubro de 2020 face a 2019
(milhões de Euros)**



*Fonte: A partir de dados de base do INE: 2019 definitivos e 2020 preliminares
com última actualização em 10-12-2020.*

3. Exportações no mês de Outubro de 2020 (não acumulado) face a 2019, por Grupos de Produtos

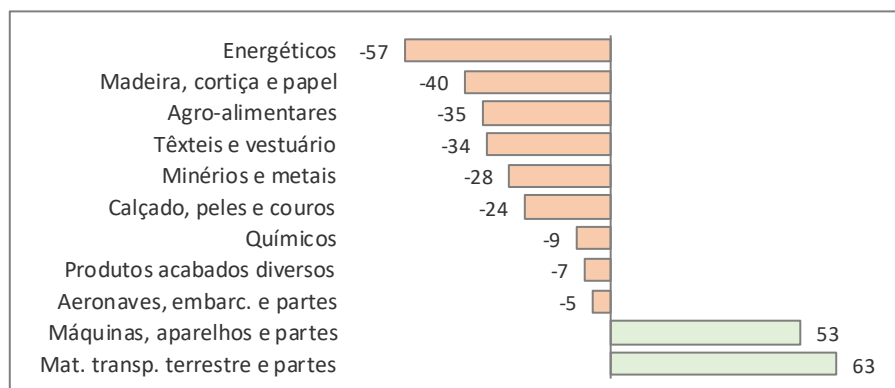
Os grupos de produtos com maior peso nas exportações portuguesas no mês de Outubro de 2020, não acumulado, foram "Máquinas, aparelhos e partes" (16,0%), "Material de transporte terrestre e partes" (15,7%), "Químicos" (13,0%), "Agro-alimentares" (12,7%), e "Produtos acabados diversos" (10,3%).

Seguiram-se os grupos "Minérios e metais" (8,8%), "Têxteis e vestuário" (8,5%), "Madeira, cortiça e papel" (6,7%), "Energéticos" (3,7%) "Calçado, peles e couros" (2,9%), e "Aeronaves, embarcações e partes" (1,9%).

Exportações por grupos de produtos - mês de Outubro de 2020 face a 2019 -

Grupos de produtos	milhões de Euros			TVH	Estrutura (%)	
	2019	2020	Δ		2019	2020
TOTAL	5 574	5 450	-124	-2,2	100,0	100,0
A - Agro-alimentares	728	692	-35	-4,9	13,1	12,7
B - Energéticos	257	200	-57	-22,2	4,6	3,7
C - Químicos	715	706	-9	-1,3	12,8	13,0
D - Madeira, cortiça e papel	404	364	-40	-10,0	7,3	6,7
E - Têxteis e vestuário	495	461	-34	-6,9	8,9	8,5
F - Calçado, peles e couros	180	156	-24	-13,2	3,2	2,9
G - Minérios e metais	509	481	-28	-5,5	9,1	8,8
H - Máquinas, aparelhos e partes	817	870	53	6,5	14,7	16,0
I - Mat. transp. terrestre e partes	792	854	63	7,9	14,2	15,7
J - Aeronaves, embarc. e partes	107	102	-5	-4,4	1,9	1,9
K - Produtos acabados diversos	570	563	-7	-1,2	10,2	10,3

Acréscimos e decréscimos (milhões de Euros)



Fonte: A partir de dados de base do INE: 2019 definitivos e 2020 preliminares com última actualização em 10 de dezembro de 2020.

O maior **decréscimo**, face ao mês de Outubro de 2019, ocorreu no grupo "Energéticos" (-57 milhões de Euros), seguido dos grupos "Madeira, cortiça e papel" (-40 milhões), "Agro-alimentares" (-35 milhões), "Têxteis e vestuário" (-34 milhões), "Minérios e metais" (-28 milhões), "Calçado, peles e couros" (-24 milhões), "Químicos" (-9 milhões), "Produtos acabados diversos" (-7 milhões) e "Aeronaves, embarcações e partes" (-5 milhões de Euros).

Registaram-se **acréscimos** nos restantes dois grupos de produtos, "Máquinas, aparelhos e partes" (+53 milhões de Euros) e "Material de transporte terrestre e partes" (+63 milhões).

No quadro seguinte encontram-se relacionados, por grupos de produtos, os acréscimos e decréscimos verificados nas exportações dos principais tipos de produtos definidos a dois dígitos da Nomenclatura Combinada (NC-2).

**Acréscimos e decréscimos nas principais exportações
por grupos de produtos desagregados por Capítulos da NC
- mês de Outubro de 2020 face a 2019 -**

milharess de Euros

Grupos de produtos	mês de Outubro			
	2019	2020	TVH	Δ
TOTAL	5 574 245	5 450 301	-2,2 ↓	-123 944
A - Agro-alimentares	727 556	692 237	-4,9 ↓	-35 320
22 Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	126 083	121 787	-3,4	-4 296
08 Frutas, cascas de citrinos e melões	80 636	71 833	-10,9	-8 804
24 Tabaco e seus sucedâneos manufacturados	48 161	66 611	38,3	18 450
15 Gorduras e óleos animais e vegetais	68 762	64 748	-5,8	-4 015
03 Peixes, crustáceos e moluscos	89 707	61 467	-31,5	-28 240
20 Prep de produtos hortícolas, frutas ou plantas	43 060	42 676	-0,9	-384
19 Prep base cereais ou leite; produtos de pastelaria	39 527	34 478	-12,8	-5 049
04 Leite e lacticínios, ovos, mel	35 363	30 436	-13,9	-4 927
07 Prod hortícolas, raízes e tubérculos comestíveis	32 031	30 430	-5,0	-1 601
16 Preparações carnes/peixes/crustáceos/moluscos	29 444	27 428	-6,8	-2 016
02 Carnes e miudezas comestíveis	21 694	22 920	5,7	1 226
21 Preparações alimentícias diversas	18 156	20 592	13,4	2 436
01 Animais vivos	16 894	18 778	11,2	1 885
<i>Peso no Grupo (%) >>></i>	<i>89,3</i>	<i>88,7</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
B - Energéticos	256 934	199 992	-22,2 ↓	-56 942
27 Combustíveis e óleos minerais; betumes e ceras	256 934	199 992	-22,2	-56 942
<i>Peso no Grupo (%) >>></i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
C - Químicos	715 365	706 115	-1,3 ↓	-9 250
39 Plástico e suas obras	271 799	266 579	-1,9	-5 219
40 Borracha e suas obras	119 661	125 987	5,3	6 325
30 Produtos farmacêuticos	118 826	101 452	-14,6	-17 375
29 Produtos químicos orgânicos	78 914	91 884	16,4	12 970
38 Produtos diversos das indústrias químicas	37 089	42 177	13,7	5 088
34 Sabões; lubrificant; ceras artif; velas; prep dentista	18 931	17 763	-6,2	-1 168
<i>Peso no Grupo (%) >>></i>	<i>90,2</i>	<i>91,5</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
D - Madeira, cortiça e papel	404 338	363 982	-10,0 ↓	-40 356
48 Papel, cartão e suas obras; obras pasta celulose	167 266	150 099	-10,3	-17 166
45 Cortiça e suas obras	104 092	90 948	-12,6	-13 144
44 Madeira e suas obras; carvão vegetal	72 139	64 439	-10,7	-7 700
47 Pastas madeira/celulose; desperdíc papel/cartão	53 686	52 351	-2,5	-1 336
<i>Peso no Grupo (%) >>></i>	<i>98,2</i>	<i>98,3</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
E - Têxteis e vestuário	494 821	460 561	-6,9 ↓	-34 259
61 Vestuário de malha e seus acessórios	203 286	191 044	-6,0	-12 242
63 Outr arrtefact têxt; calçado/chapéus usados; trapos	64 240	77 995	21,4	13 754
62 Vestuário excepto de malha e seus acessórios	91 028	67 582	-25,8	-23 446
59 Tecid impregnad/revest; art uso técnico mat têxteis	27 248	27 413	0,6	165
55 Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	24 444	18 730	-23,4	-5 714
56 Pastas (ouates), feltros e falsos tecidos, cordoaria	17 440	17 264	-1,0	-176
52 Algodão	17 416	15 229	-12,6	-2 187
<i>Peso no Grupo (%) >>></i>	<i>90,0</i>	<i>90,2</i>	<i>-</i>	<i>-</i>

F - Calçado, peles e couros	180 309	156 489	-13,2 ↓	-23 820
64 Calçado e suas partes	149 934	130 350	-13,1	-19 584
42 Obras de couro; artig viagem/bolsas; obras tripa	19 769	15 207	-23,1	-4 562
<i>Peso no Grupo (%) >>></i>	<i>94,1</i>	<i>93,0</i>	-	-
G - Minérios e metais	508 689	480 762	-5,5 ↓	-27 927
73 Obras de ferro fundido, ferro ou aço	150 750	144 164	-4,4	-6 587
72 Ferro fundido, ferro e aço	119 588	115 267	-3,6	-4 321
76 Alumínio e suas obras	68 224	68 725	0,7	502
83 Obras diversas de metais comuns	35 596	37 840	6,3	2 244
25 Sal, enxofre, terras e pedras; gesso, cal e cimento	28 743	25 640	-10,8	-3 103
71 Pérolas; pedras prec e semi; metais prec; bijutaria	32 097	25 122	-21,7	-6 975
26 Minérios, escórias e cinzas	33 412	20 238	-39,4	-13 175
<i>Peso no Grupo (%) >>></i>	<i>92,1</i>	<i>90,9</i>	-	-
H - Máquinas, aparelhos e partes	817 306	870 131	6,5 ↑	52 825
85 Máq/aparelh eléctric; gravad. som/imagem; s/partes	458 816	488 552	6,5	29 736
84 Máq/aparelh mecânic; react nucl; caldeiras; s/partes	358 491	381 579	6,4	23 089
<i>Peso no Grupo (%) >>></i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	-	-
I - Mat. transp. terrestre e partes	791 695	854 484	7,9 ↑	62 789
87 Automóv/tractores/ciclos/outr terrest; partes/acess	791 232	854 134	7,9	62 902
<i>Peso no Grupo (%) >>></i>	<i>99,9</i>	<i>100,0</i>	-	-
J - Aeronaves, embarc. e partes	106 909	102 198	-4,4 ↓	-4 711
88 Aeronaves/outr aparelh aéreos/espaciais; s/partes	103 811	96 742	-6,8	-7 069
89 Embarcações e estruturas flutuantes	3 098	5 456	76,1	2 358
<i>Peso no Grupo (%) >>></i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	-	-
K - Produtos acabados diversos	570 323	563 349	-1,2 ↓	-6 974
94 Mobiliário/colchões/almofad/candeeiros/pré-fabric	194 682	187 151	-3,9	-7 531
90 Aparelh óptic/fotog/medida/precisão/médic; s/partes	159 280	172 378	8,2	13 098
69 Produtos cerâmicos	68 391	69 296	1,3	905
68 Obras de pedra/gesso/cimento/amianto/mica	50 306	47 236	-6,1	-3 070
70 Vidro e suas obras	45 517	44 440	-2,4	-1 077
<i>Peso no Grupo (%) >>></i>	<i>90,9</i>	<i>92,4</i>	-	-

Fonte: A partir de dados de base do INE: 2019 definitivos e 2020 preliminares com última actualização em 10 de dezembro de 2020.

O grupo "Máquinas, aparelhos e partes", o grupo com maior peso entre os onze grupos considerados (16,0% do Total), engloba máquinas e aparelhos mecânicos e eléctricos muito diversificados. No quadro seguinte encontram-se, desagregados a um nível mais fino da Nomenclatura Combinada (NC-4), os principais produtos exportados por Portugal no período em análise e respectivos acréscimos e decréscimos com um valor superior a 750 mil Euros.

milhares de Euros				
Grupo de produtos	mês de Outubro			
	2019	2020	TVH	Δ
H - Máquinas, aparelhos e partes	817 306	870 131	6,5	52 825
Acréscimos	459 507	591 166	28,7	131 660
8541 Díodos, transistores, outros dispositivos c/semicondutores	13 502	40 102	197,0	26 600
8414 Bombas ar/vácuo, compressores, ventiladores/exaustores	15 248	27 211	78,5	11 962
8543 Máq e aparelh elétric c/função própria n.e.	14 364	24 584	71,1	10 219
8421 Centrifugadores, aparelhos p/filtrar líquidos/gases	48 314	57 811	19,7	9 497
8527 Receptores rádiodifusão/telefonía/telegrafia	61 321	70 481	14,9	9 160
8544 Fios/cabos/fibra óptica/conduz electr, isolados	50 673	58 578	15,6	7 905
8412 Outros motores e máquinas motrizes	2 421	10 161	319,7	7 740
8534 Circuitos impressos	360	6 126	1 600,0	5 765
8516 Aquecedores água/ambiente; outr electrotérmicos domést	22 369	27 484	22,9	5 115
8480 Caixas fundição; moldes p/metals/vidro/borracha/plástico	55 387	59 961	8,3	4 574
8415 Aparelh ar condic c/ventilador e regulador temp/humidade	4 356	8 151	87,1	3 794
8525 Emissores de rádio/telegrafia/TV; câmaras TV	7 237	10 663	47,3	3 425
8517 Aparelh telefonía/telegrafia/telecomunicação, por fios	15 615	18 836	20,6	3 221
8428 Elevadores/escadas rolantes/transportadores/teleféricos	3 864	6 578	70,2	2 714
8419 Aparelh aquecimento/torrefacção/esteriliz/secagem, etc	17 548	20 148	14,8	2 600
8471 Máq automáticas p/processamento dados e unidades	7 806	9 782	25,3	1 976
8539 Lâmpadas/tubos/faróis/projectores em unidades seladas	1 791	3 592	100,6	1 801
8426 Cábreas; guindastes; pontes rolantes; pórticos descarga	6 328	8 016	26,7	1 688
8536 Interrupt/seccionadores/aparelh protecção/ligação <= 1 KV	26 105	27 276	4,5	1 170
8481 Torneiras e válvulas	27 323	28 432	4,1	1 109
8436 Outras máquinas agrícolas, germinadores e chocadeiras	987	1 997	102,4	1 010
8424 Aparelh projectar líq/ pós/extintores/jacto areia/vapor	2 247	3 251	44,7	1 004
8405 Geradores gás pobre/água, acetileno, com/sem depurador	495	1 409	184,5	914
8529 Partes de emissores/radares/receptores rádio/TV	11 637	12 490	7,3	853
8407 Motores de explosão	413	1 164	181,6	750
<i>Peso no total dos acréscimos (%) >>></i>	<i>90,9</i>	<i>92,1</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
Decréscimos:	357 800	278 965	-22,0	-78 835
8526 Radares e aparelhos rádionavegação/radiotelecomando	27 603	17 706	-35,9	-9 897
8528 Receptores TV	20 900	11 503	-45,0	-9 397
8542 Circuitos integrados e microconjuntos electrónicos	35 604	26 886	-24,5	-8 717
8504 Transformad/conversor, bobinas reactância/auto-indução	18 556	11 707	-36,9	-6 848
8409 Partes de motores de explosão ou diesel	25 819	19 928	-22,8	-5 891
8537 Quadros/armários p/comando/distribuição de energia	40 718	37 709	-7,4	-3 010
8451 Máq lavar/espremer/secar/passar/tingir/revestir têxteis	3 358	1 110	-66,9	-2 248
8475 Máq montar lâmpadas vidro/fabricar vidro a quente	1 969	26	-98,7	-1 943
8460 Máq-ferramenta p/rebarbar/afiar/rectificar/polir metais	2 242	349	-84,5	-1 894
8482 Rolamentos de esferas/roletes/agulhas	5 075	3 214	-36,7	-1 861
8431 Partes macacos/guindastes/empilhadores/bulldozers/etc	7 845	6 079	-22,5	-1 765
8531 Aparelh sinaliz acústica/visual (sirenes/alarmes)	9 562	7 868	-17,7	-1 695
8443 Máquinas de impressão	9 817	8 228	-16,2	-1 589
8413 Bombas p/líquidos; elevadores de líquidos	9 244	7 736	-16,3	-1 508
8473 Partes/acess máq escrever/calcular/processamento dados	3 974	2 660	-33,0	-1 313
8462 Máq-ferram p/forjar/martelar/enrolar/dobrar metais	3 112	2 002	-35,7	-1 110
8507 Acumuladores eléctricos e seus separadores	11 728	10 620	-9,5	-1 109
8432 Máq uso agrícola/hortícola/florestal/rolos para relvados	1 757	782	-55,5	-975
8523 Suportes virgens para gravação de som	3 075	2 118	-31,1	-957
8440 Máquinas para brochar/encadernar/costurar cadernos	2 199	1 346	-38,8	-853
8441 Máquinas p/trabalhar pasta papel, papel e cartão	1 643	826	-49,7	-817
8448 Máq aux p/têxteis (fusos/pentes/lançadeiras/agulhas/etc)	2 898	2 134	-26,4	-765
8511 Aparelh ignição/arranque (bobinas/velas/geradores, etc.)	10 101	9 346	-7,5	-754
<i>Peso no total dos decréscimos (%) >>></i>	<i>72,3</i>	<i>68,8</i>	<i>-</i>	<i>-</i>

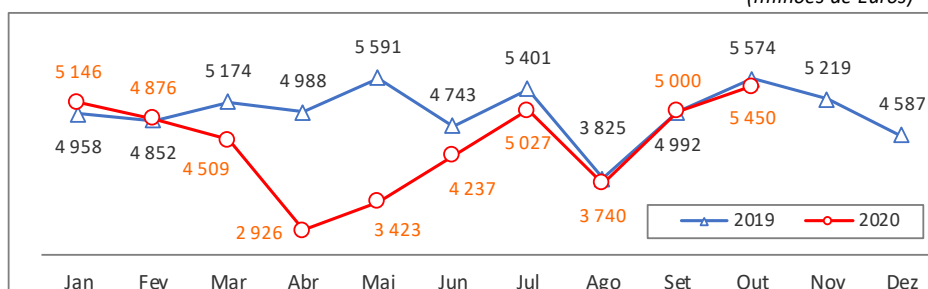
4. Evolução mensal comparada das exportações por grupos de produtos

Numa análise das exportações de mercadorias por meses não acumulados ao longo de 2020, face a 2019, por grupos de produtos, verifica-se que após uma quebra acentuada das exportações da generalidade dos grupos, em particular nos meses de Abril e Maio, se está a assistir ao longo dos meses seguintes a uma aproximação aos níveis mensais do ano anterior, que foram já mesmo ultrapassados em alguns dos grupos, como se pode observar nos gráficos que se seguem.

Exportações por grupos de produtos Meses homólogos não acumulados de 2020 face a 2019 (milhões de Euros)

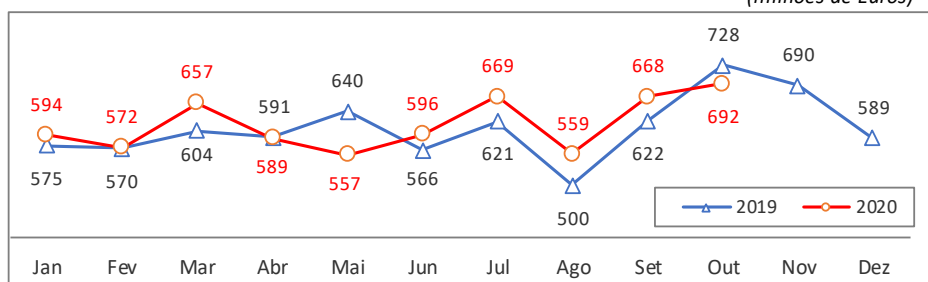
TOTAL

(milhões de Euros)



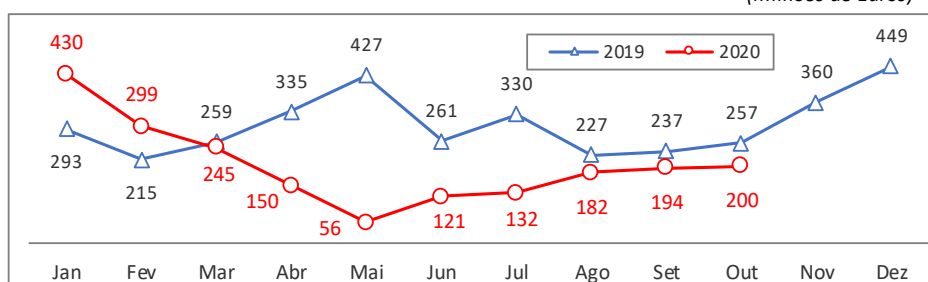
Agro-alimentares

(milhões de Euros)



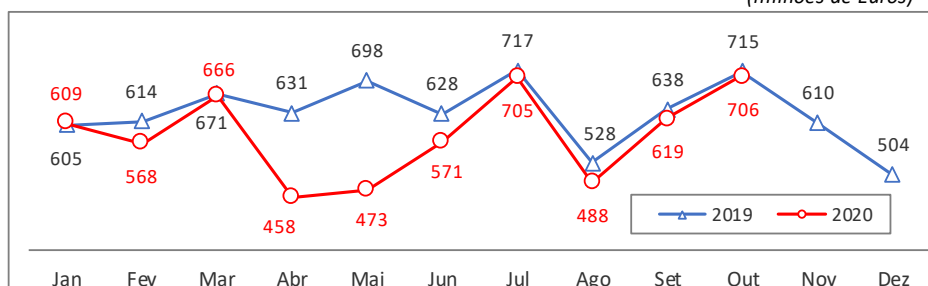
Energéticos

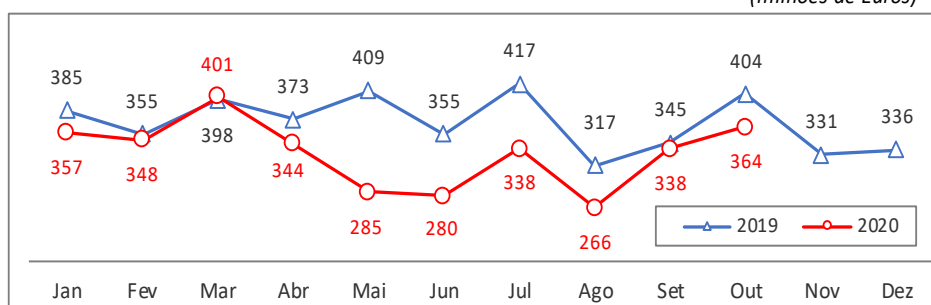
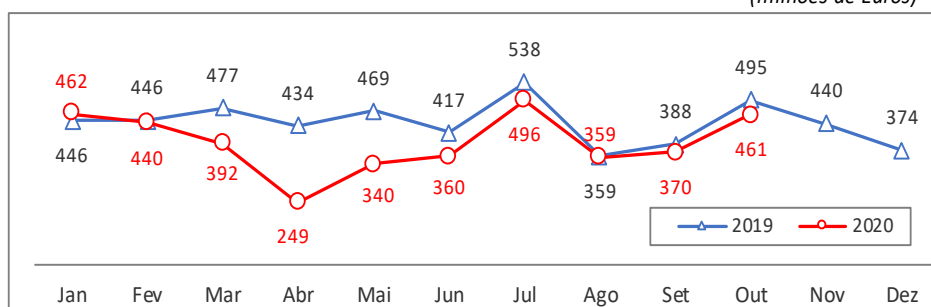
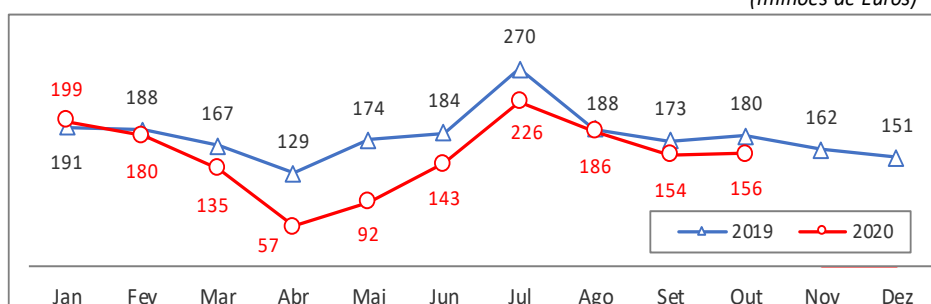
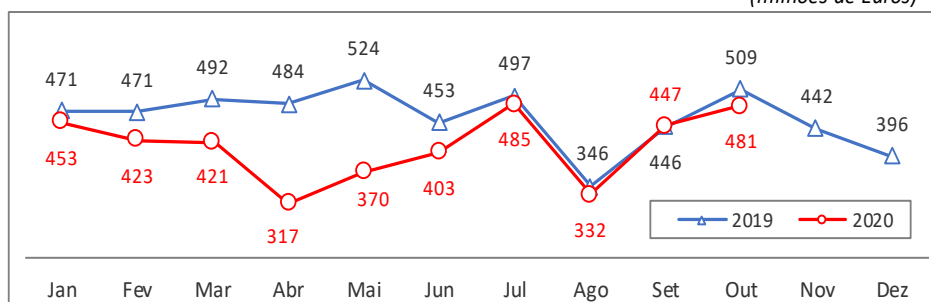
(milhões de Euros)



Químicos

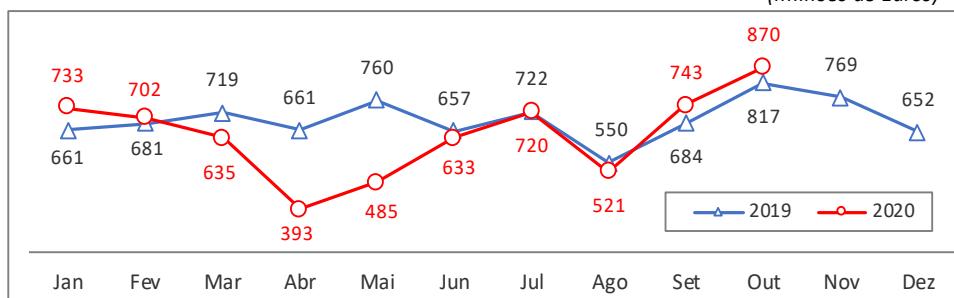
(milhões de Euros)



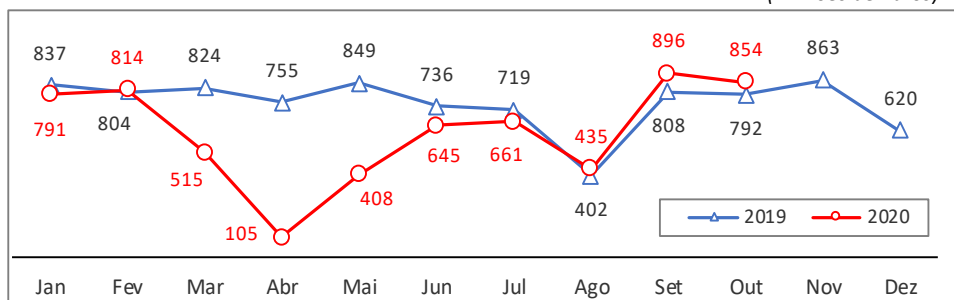
Madeira, cortiça e papel*(milhões de Euros)***Têxteis e vestuário***(milhões de Euros)***Calçado, peles e couros***(milhões de Euros)***Minérios e metais***(milhões de Euros)*

Máquinas, aparelhos e partes

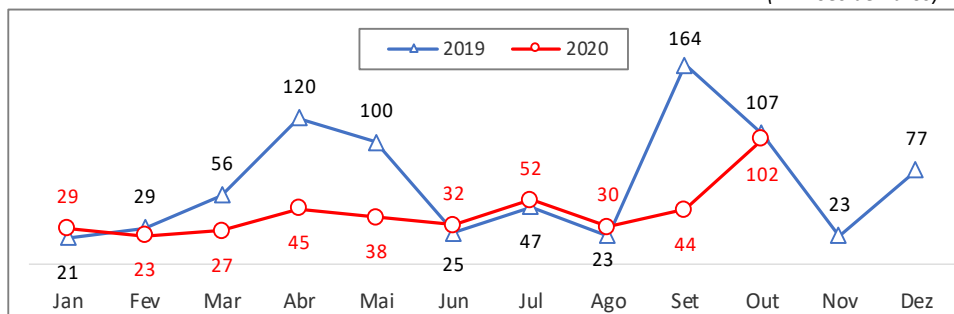
(milhões de Euros)

**Material transp. terrestre e partes**

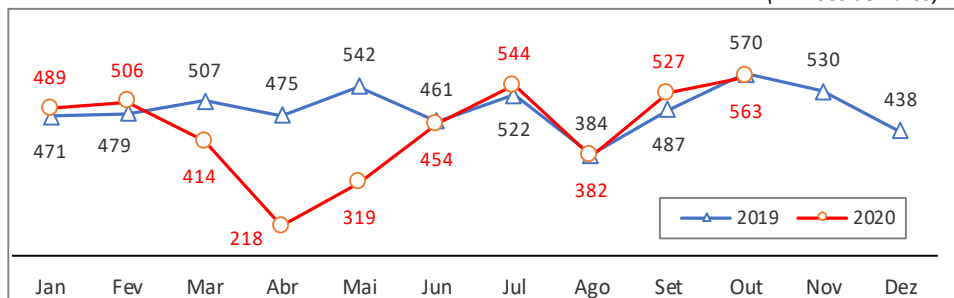
(milhões de Euros)

**Aeronaves, embarcações e partes**

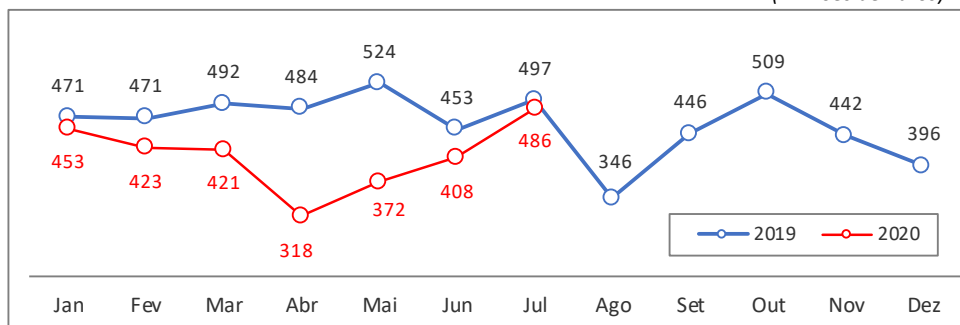
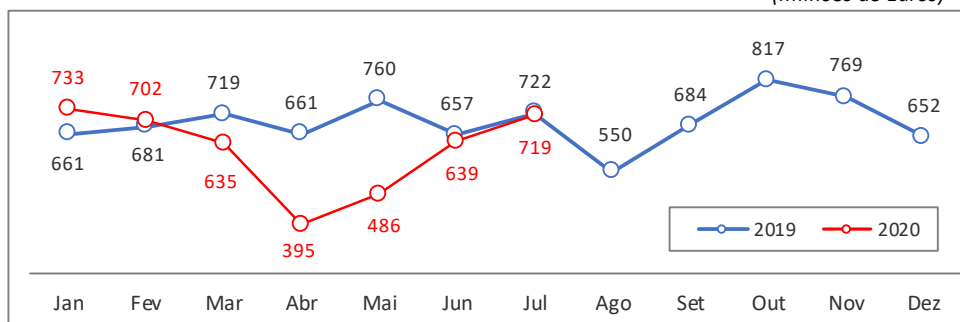
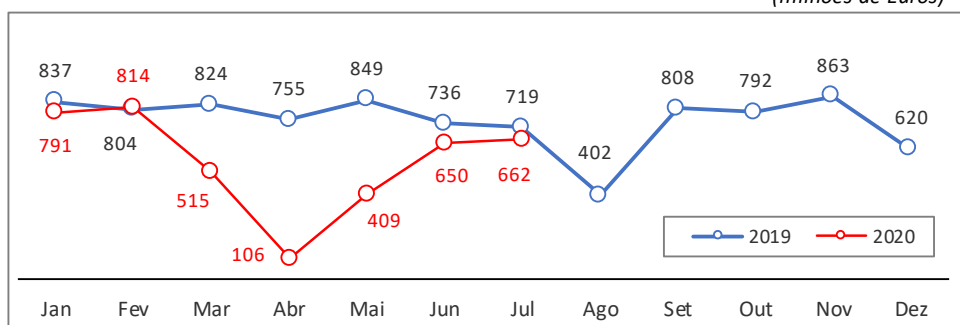
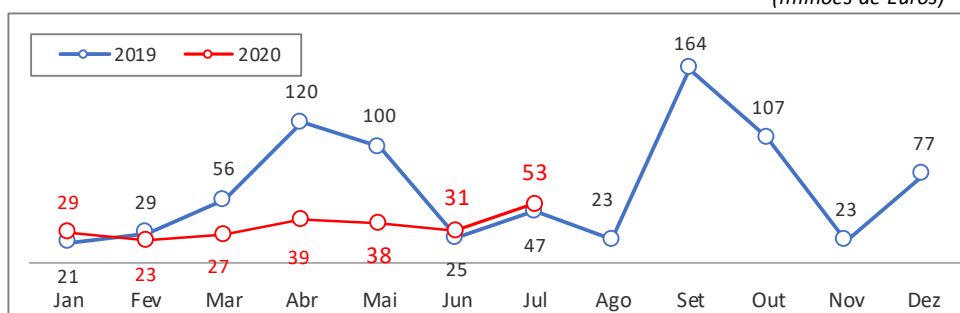
(milhões de Euros)

**Produtos acabados diversos**

(milhões de Euros)



Fonte: A partir de dados de base do INE: 2019 definitivos e 2020 preliminares com última actualização em 10 de dezembro de 2020.

Minérios e metais*(milhões de Euros)***Máquinas, aparelhos e partes***(milhões de Euros)***Material transp. terrestre e partes***(milhões de Euros)***Aeronaves, embarcações e partes***(milhões de Euros)*

ANEXO

Definição do conteúdo dos Grupos de Produtos

Grupos de Produtos	NC-2 / SH-2
A - Agro-alimentares	01 a 24
B - Energéticos	27
C - Químicos	28 a 40
D - Madeira, cortiça e papel	44 a 49
E - Têxteis e vestuário	50 a 63, 65 a 67
F - Calçado, peles e couros	41 a 43, 64
G - Minérios e metais	25, 26, 71 a 83
H - Máquinas, aparelhos e partes	84, 85
I - Material de transporte terrestre e partes	86, 87
J - Aeronaves, embarcações e partes	88, 89
K - Produtos acabados diversos	68 a 70, 90 a 99

[1] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veículos e material para via férrea.

[2] Inclui estruturas flutuantes.

Produtividade do trabalho em Portugal - Análise comparada ao nível da empresa

Eva Pereira¹ e Guida Nogueira²

1. Introdução

Durante o período recente de recuperação económica, que se verificou depois da crise de 2008, Portugal continuou a apresentar níveis de crescimento da produtividade do trabalho comparativamente inferiores à generalidade dos países da União Europeia (UE). Como resultado, em 2017, a produtividade do trabalho em Portugal correspondia a 76,6% da média da UE e 71,9% da Área Euro (a 4.º mais baixa deste grupo)³. Neste contexto, o desempenho da produtividade, nomeadamente do trabalho, constitui um importante desafio de política económica, determinante para o crescimento de longo-prazo e para a competitividade da economia portuguesa.

Neste *Em Análise*, complementa-se o conhecimento atual sobre as dinâmicas e o posicionamento da produtividade do trabalho em Portugal face aos parceiros europeus, recorrendo a uma abordagem microeconómica ao nível da empresa. A produtividade aparente do trabalho das empresas portuguesas, nos diversos pontos da distribuição, é posicionada no contexto europeu, através de uma base de dados ao nível da empresa harmonizada e comparável para 19 países Europeus. Esta análise encontra-se estruturada em três partes: a primeira parte desenvolve a importância metodológica, de complementar dados agregados de produtividade com dados de natureza micro e apresenta a base de dados utilizada neste trabalho; a segunda parte, procede à caracterização geral do posicionamento e da evolução da produtividade das empresas portuguesas face aos países parceiros europeus e, na terceira parte, são analisadas medidas de heterogeneidade da produtividade do trabalho das empresas.

A importância da análise de produtividade ao nível da empresa

Os diversos trabalhos de investigação empírica orientados para o estudo de dinâmicas microeconómicas têm vindo a demonstrar a importância dos indicadores de desempenho das empresas para compreender a evolução dos indicadores agregados da economia. Mayer e Ottaviano (2008) e Bernard *et al.* (2012) apresentam contributos importantes neste sentido: a análise de dados ao nível da empresa para um conjunto de países europeus e para os Estados Unidos da América (EUA) apontam para uma distribuição enviesada do desempenho das empresas, caracterizada por um reduzido número de empresas no topo da distribuição, responsável por uma parte significativa do valor acrescentado, das exportações e da produtividade perante uma maioria de empresas com um desempenho relativamente baixo. Num estudo realizado para a economia portuguesa, publicado pelo Banco de Portugal (2019), é verificado um padrão semelhante no comportamento da produtividade das empresas portuguesas, caracterizado por uma distribuição da produtividade significativamente enviesada à esquerda, com uma massa significativa de empresas com produtividade muito reduzida.

Em suma, a evidência empírica aponta para uma distribuição dos dados ao nível da empresa, para a generalidade dos países e indicadores, próxima de uma distribuição de Pareto. Como se pode observar na Figura 1, em contraste com uma distribuição normal - caracterizada por um número significativo de empresas com um desempenho próximo da média e um número

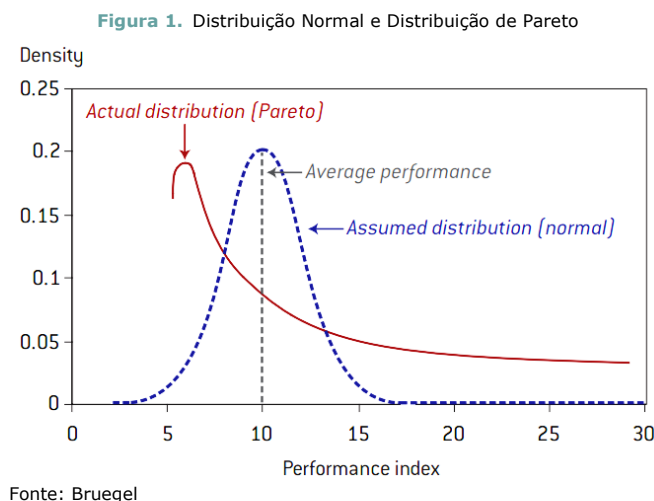
As opiniões expressas não coincidem necessariamente com a posição do Gabinete de Estratégia e Estudos ou do Ministério da Economia e Transição Digital.

¹ Gabinete de Estratégia e Estudos (eva.pereira@gee.gov.pt)

² Gabinete de Estratégia e Estudos (guida.nogueira@gee.gov.pt)

³ A Produtividade da Economia Portuguesa- 1º Relatório do Conselho para a Produtividade (2019)

relativamente simétrico de empresas com um desempenho inferior e superior à média - na realidade, observa-se uma elevada heterogeneidade, traduzida de forma mais aproximada pela distribuição de Pareto, que descreve um elevado número de empresas com um desempenho significativamente inferior à média e um conjunto de empresas (de número menor) com um desempenho relativamente alto.



Perante a assimetria e a elevada heterogeneidade verificada na distribuição destes indicadores, uma medida de tendência central como a média apresenta reduzido poder explicativo como agregado económico: dois setores/países podem apresentar uma média semelhante para diferentes tipos de distribuição, heterogeneidade e tecido empresarial.

Na dimensão de política económica, a análise da distribuição de indicadores ao nível da empresa pode contribuir para o desenho de políticas públicas orientadas para as necessidades específicas de empresas, atendendo aos seus níveis de desempenho.

A Base de Dados CompNet

A base de micro-dados CompNet é um projeto desenvolvido pela *Competitiveness Research Network*, uma rede de investigação criada em 2012 pelo Banco Central Europeu (BCE), com o objetivo de promover o debate sobre a competitividade na UE.

Atualmente, participam nesta rede de investigação 19 países, colaborando na elaboração da base de dados e no trabalho de harmonização e de comparabilidade dos indicadores. O Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE) do Ministério da Economia e da Transição Digital tornou-se parceiro da rede em 2018 e participou no desenvolvimento da *7th vintage* da base de dados, encontrando-se a *8th vintage* em preparação.

A base de dados CompNet disponibiliza indicadores de nível microeconómico de produtividade, competitividade, desempenho financeiro, comércio internacional, entre outros, apresentados para os vários momentos da distribuição, com destaque para os percentis da distribuição, a média, o desvio padrão e o enviesamento).

Análise da Produtividade Real do Trabalho

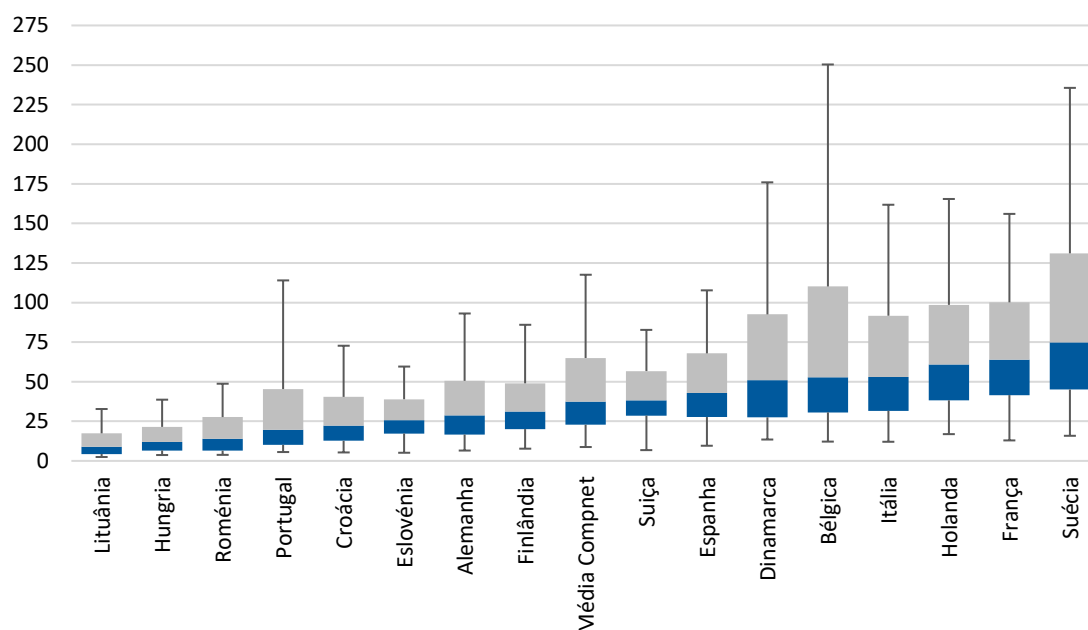
Esta análise da produtividade real do trabalho utiliza a informação ao nível da empresa da *7th vintage* da base CompNet, publicada em 2020. A produtividade real do trabalho é definida como o valor acrescentado real sobre o número de trabalhadores. À data da publicação deste artigo, e para o indicador considerado, a informação é facultada para 16 países, incluindo

Portugal. Estes 16 países compõem a amostra de comparação utilizada para analisar o posicionamento da produtividade das empresas portuguesas no contexto europeu: Alemanha, Bélgica, Croácia, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Itália, Lituânia, Portugal, Roménia, Suécia e Suíça. Uma vez que o horizonte temporal difere para cada país, e até à data da presente publicação nem todos os países disponibilizavam dados para 2017, o exercício de comparação é realizado para o ano de 2016, garantido, assim, o maior conjunto de países para o exercício comparativo. Contudo, a análise de evolução temporal estende o horizonte dos dados para Portugal até 2017, sem interferir com o exercício de comparação.

2.1. Posição das empresas portuguesas: uma análise comparada

O Gráfico 1 apresenta, para cada país, os diagramas de extremos e quartis (momentos da distribuição percentis p10, p25, p50, p75 e p90) da produtividade real do trabalho, em 2016. Os países estão ordenados por ordem crescente, de acordo com o nível de produtividade real do trabalho da empresa do percentil 50 de cada país. Este critério de ordenação assume a empresa mediana como a empresa representativa de cada país.

Gráfico 1. Dispersão da Produtividade Real do Trabalho (2016)



Fonte: GEE, base de dados CompNet

Tendo em consideração o critério definido, **em 2016, o nível de produtividade do trabalho para a empresa mediana em Portugal, apresenta um diferencial significativo face aos parceiros europeus**: Portugal ocupa, aliás, a 4.^a posição entre os países com um menor nível de produtividade, correspondente a cerca de metade da média⁴ dos parceiros e aproximadamente um quarto da produtividade mais elevada, correspondente à Suécia.

Não obstante este resultado para a empresa mediana, a riqueza da informação de nível micro permite caracterizar diferentes dinâmicas ao longo da distribuição da produtividade das empresas portuguesas. De facto, **no topo da distribuição, definido pelo percentil 75 e pelo percentil 90**, observa-se um posicionamento contrastante das empresas portuguesas, carac-

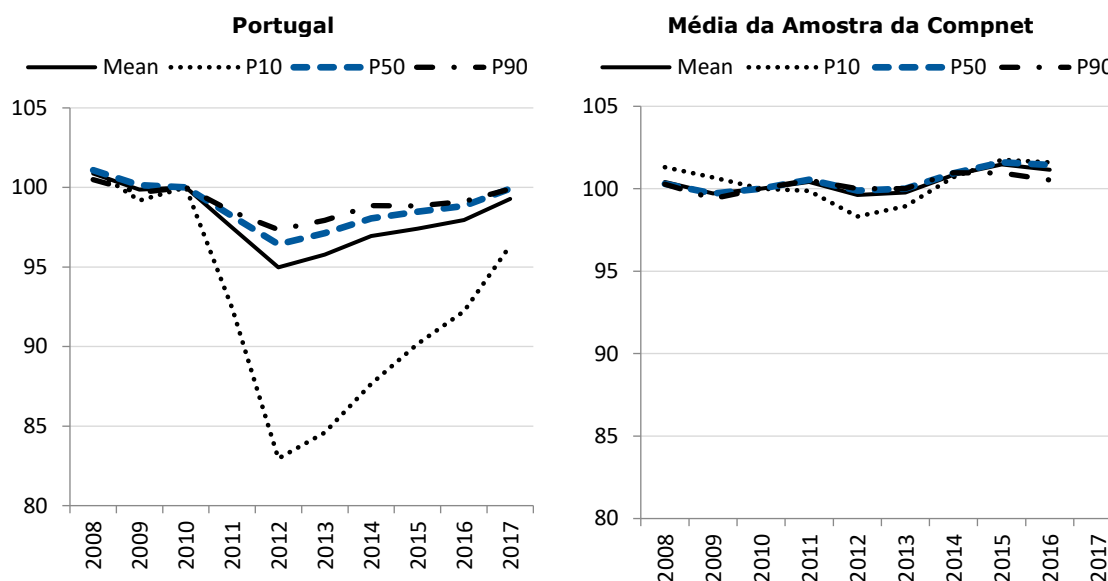
⁴ Média não ponderada: média aritmética do nível de produtividade da empresa mediana dos países considerados.

terizado por uma **diminuição progressiva do diferencial de produtividade face aos países da amostra**. Em particular, **no percentil 90**, representativo das empresas com o melhor desempenho de produtividade, **as empresas portuguesas em 2016 apresentam um nível de produtividade próximo da média dos parceiros** e numa posição contrastante (ordenando os países com base no nível de produtividade da *top performer*, **Portugal ocupa a 7.ª posição entre os países de nível de produtividade mais alta** no topo da distribuição).

2.2. Evolução da produtividade do trabalho face aos outros países

O Gráfico 2 permite comparar o crescimento acumulado da produtividade real do trabalho, nos diferentes pontos da distribuição, entre Portugal e a média do conjunto de países da base de dados CompNet.

Gráfico 2. Crescimento acumulado da Produtividade Real do Trabalho (log) 2010=100



Fonte: GEE, base de dados CompNet

No período 2010-2012, verifica-se um decréscimo significativo da produtividade do trabalho em todos os percentis da distribuição das empresas portuguesas, em particular, para as empresas menos produtivas (percentil 10). Em comparação com a média do conjunto dos países que exibe um comportamento relativamente estável durante praticamente todo o período, constata-se que **o período foi particularmente penalizador para as empresas portuguesas**.

O processo de recuperação económica em Portugal é visível a partir de 2012/2013, ao longo de toda a distribuição, e em particular nas empresas menos produtivas. Os dados mais recentes para 2017 mostram que **somente as empresas mais produtivas** (percentis 50 e 90) **conseguiram convergir para o ritmo de crescimento que registavam em 2010**. As empresas **menos produtivas** (percentil 10) **continuam com um ritmo de crescimento ligeiramente abaixo daquele que se verificava em 2010**.

No caso do conjunto dos países disponível para comparação, e apesar do menor impacto da crise e diferente perfil de recuperação, constata-se que, em 2014, mesmo as empresas menos produtivas, já tinham conseguido superar o ritmo de crescimento que registavam em 2010.

2.3. Medidas de heterogeneidade de produtividade

De acordo com a evidência empírica, as distribuições de produtividade ao nível da empresa, para níveis diferentes de agregação sectorial e nacional, são caracterizadas por um **nível significativo e persistente de heterogeneidade**.

Num contexto de desaceleração global do crescimento da produtividade, a existência de elevada dispersão no desempenho das empresas poderá sugerir diferentes dinâmicas de crescimento não observáveis através de dados agregados. De facto, num estudo desenvolvido pela OCDE, Andrews *et al.* (2016) sugere que a estagnação do crescimento da produtividade deve ser entendida como um fenómeno da “empresa média”, acompanhado por um crescimento significativo da produtividade observado para um conjunto reduzido de empresas no topo da distribuição; e que origina aumentos consistentes do *gap* entre as *top performers* e as empresas do resto da distribuição.

Seguindo a abordagem proposta pela OCDE para a análise da heterogeneidade na distribuição de produtividade, foram calculados os rácios P90-P10 e P75-P25, que comparam respetivamente o nível de produtividade em diferentes momentos da distribuição. Os resultados são apresentados na tabela 1.

Tabela 1. Heterogeneidade na distribuição da Produtividade do Trabalho

	Rácio P90-P10		Rácio P75-P25	
	2010	2016	2010	2016
Bélgica	8,97	13,56	2,90	2,07
Croácia	9,86	9,88	3,23	1,79
Dinamarca	12,93	12,53	3,26	2,04
Finlândia	7,14	6,94	2,53	1,80
França	4,91	5,45	2,26	1,54
Alemanha	11,42	9,22	3,04	2,34
Hungria	14,74	13,59	3,39	1,74
Itália	8,95	8,27	2,98	1,82
Lituânia	22,49	17,06	4,67	2,00
Holanda	6,90	7,75	2,47	1,67
Portugal	23,12	25,17	4,53	2,49
Roménia	27,78	18,46	5,18	2,06
Eslovénia	5,17	4,90	2,32	1,49
Espanha	5,53	5,94	2,33	1,56
Suécia	7,15	8,06	2,74	1,74
Suíça	3,57	3,79	1,83	1,47
Média	11,29	10,66	3,10	1,85

Fonte: GEE, com base nos dados CompNet

Em linha com a literatura sobre heterogeneidade, **os dados apontam para uma dispersão significativa: em 2016**. Em média, a empresa do percentil 90 é aproximadamente 11 vezes mais produtiva que a empresa do percentil 10. Quando comparado com 2010, o rácio P90-P10 não evidencia alterações relevantes, para a generalidade dos países.

O rácio P75-P25 apresenta, de forma consistente nos dois anos e para todos os países, valores menores de heterogeneidade, confirmando a interpretação sugerida por Andrews *et al.* (2016) de que o diferencial entre empresas é determinado por um conjunto reduzido de *top performers* (acima do percentil 90) com crescimentos substanciais de produtividade.

A heterogeneidade na distribuição de produtividade em Portugal é significativa, nas duas medidas, e superior à média do conjunto dos países. Em particular, enquanto a maioria dos países regista uma diminuição do diferencial entre as *top performers* e as empresas de desempenho inferior (rácio P90-P10), **em Portugal verifica-se um aumento deste indicador entre 2010 e 2016.** A evolução da produtividade do percentil 10, neste período, descrito neste trabalho, poderá explicar parte do aumento do *gap* observado.

Considerações Finais

Diversos trabalhos de investigação empírica têm vindo a demonstrar a importância e complementaridade de uma análise de dinâmicas microeconómicas para compreender a evolução dos indicadores agregados da economia. O presente trabalho recorre a uma base de dados de natureza microeconómica, harmonizada por forma a possibilitar a comparação internacional entre um conjunto de países europeus, com o objetivo de contribuir para a atual investigação de produtividade das empresas portuguesas, avaliando o seu desempenho no contexto europeu.

A elevada heterogeneidade de produtividade verificada nas empresas portuguesas consubstancia a necessidade de aprofundar a investigação numa abordagem microeconómica. Neste contexto, um importante desenvolvimento passa por compreender as dinâmicas sectoriais através de indicadores ao nível da empresa.

Referências

- Altomonte, C., Navaretti, G., Di Mauro, F. e Ottaviano, G. (2011). "Assessing competitiveness: How firm-level data can help" *Bruegel Policy Contribution*, Issue 2011/16, November, https://www.bruegel.org/wp-content/uploads/imported/publications/pc_2011_16__2_.pdf, [Acedido em 15/09/2020].
- Andrews, D., Criscuolo, C. e Gal, P. (2016). "The Best versus the Rest: The Global Productivity Slowdown, Divergence across Firms and the Role of Public Policy" *OECD Productivity working papers* no.5, November, <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/63629cc9-en.pdf?expires=1609101949&id=id&accname=guest&checksum=749E8B599901078597171B00BAF9FC4F> [Acedido em 21/09/2020].
- Berlingieri, G., Blanchenay, P., Calligaris, S., and Criscuolo, C. (2017), "Firm-level Productivity Differences: Insights from the OECD's MultiProd Project" *International Productivity Monitor*, Number 32
- Banco de Portugal (2019). Boletim Económico, A economia portuguesa em 2018, Tema em destaque: "Produtividade aparente do trabalho em Portugal na última década: uma abordagem ao nível da empresa", pp- 95-117, https://www.bportugal.pt/sites/default/files/ane-xos/pdf-boletim/be_mai2019_p.pdf [Acedido em 17/08/2020].
- Bernard A., J. Jensen, S. Redding and P. Schott (2011) 'The empirics of firm heterogeneity and international trade', *Annual Review of Economics*, *forthcoming*.

Conselho para a Produtividade (2019), "A Produtividade da Economia Portuguesa- 1º Relatório do Conselho para a Produtividade" https://conselhoproductividade.files.wordpress.com/2019/04/relatorio_produtividade_cpp_mar_2019_pt.pdf, [Acedido em 15/09/2020]

Mayer, P. and Ottaviano, G.I.P. (2007) The Happy Few: the internationalisation of European firms, Blueprint 3, Bruegel, https://www.bruegel.org/wp-content/uploads/imported/publications/BP_Nov2008_The_happy_few.pdf, [Acedido em 15/09/2020]

Evolução das projeções macroeconómicas para 2020 e 2021 - Breve comparação

José Nuno Santos

As projeções para 2020 e 2021 do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da economia portuguesa, emanadas pelas diferentes instituições oficiais ao longo do ano de 2020, denotam diferenças significativas tendo em conta as variáveis, os pressupostos, os modelos e as datas das respetivas publicações, e que coincidem – em certa medida – com a evolução e o impacto da pandemia de COVID-19 na economia portuguesa ao longo do ano que ora finda.

Para 2020, numa perspetiva cronológica (Gráfico 1), e até fevereiro de 2020 (data em que ainda não se conheciam os efeitos que a pandemia de COVID-19 teria na economia mundial), a primeira estimativa publicada, pertencente à Comissão Europeia (CE), refere uma taxa de crescimento do produto para Portugal na ordem dos 1,7%.

A partir de março em diante (data em que se começam a incorporar nos modelos as informações relativas aos efeitos na economia da pandemia de COVID-19), as estimativas de crescimento das diversas instituições oficiais para 2020 começam a ser mais pessimistas. Refira-se que nesta data (março de 2020) as previsões do Banco de Portugal (BdP) já começam a evidenciar sinais de quebra profunda do PIB (-3,7%).

Assumindo como referência as projeções efetuadas para 2020 pelo Ministério das Finanças (MF) no Orçamento de Estado (OE) Suplementar em junho de 2020 (-6,9%), pode verificar-se que as projeções de outras instituições oficiais, no período que decorre entre abril e outubro de 2020, foram mais pessimistas face aos valores previstos pelo MF (exceto a CE em maio), rondando, em média, uma contração do PIB na ordem dos -8,8%.

De novembro em diante, e tendo como referência as estimativas efetuadas pelo MF no OE 2021 para o ano de 2020 (-8,5%), apenas a CE é mais pessimista relativamente à quebra do crescimento do produto da economia portuguesa, com -9,3%.

Gráfico 1 - Projeções para a taxa de variação em volume do PIB em 2020 (por mês) (variação, %)



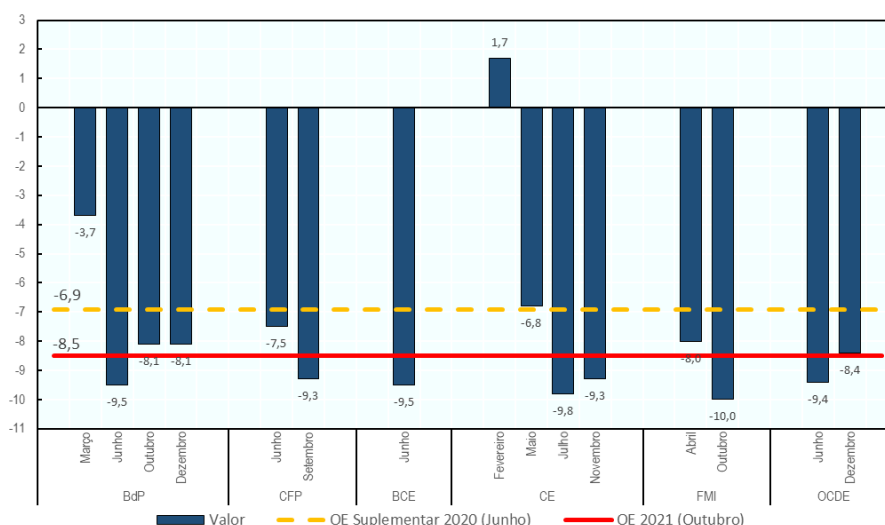
Fontes: Banco de Portugal [BdP] - Boletins Económicos: (i) 12 de março 2020; (ii) 16 de junho 2020; (iii) 06 de outubro 2020; (iv) 14 de dezembro 2020; Conselho de Finanças Públicas [CFP] - (i) Perspetivas Económicas e Orçamentais 2020-2022, 03 de junho 2020; e, (ii) Perspetivas Económicas e Orçamentais 2020-2024 (Atualização), 17 de setembro 2020; Banco Central Europeu [BCE] - ECB Macroeconomic projections (cenário *baseline*), 04 de junho 2020; Comissão Europeia [CE] - European Economic Forecast: (i) Winter 2020, 13 de fevereiro de 2020; (ii) Spring 2020, 06 de maio 2020; (iii) Summer 2020, 07 de julho 2020; (iv) Autumn 2020, 5 de novembro 2020; Fundo Monetário Internacional [FMI] - World Economic Outlook: (i) 06 de abril 2020; e, (ii) 13 de outubro 2020; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE] - Economic Outlook, (i) 10 de junho 2020 (cenário *single-hit*); e, (ii) 01 de dezembro 2020.

Numa perspectiva evolutiva das projeções por instituição (Gráfico 2), as projeções para a taxa de variação em volume do PIB em 2020 de outras instituições oficiais, não obstante denotarem diferenças significativas, exibem, contudo, alguns sinais de convergência em torno do valor apresentado no OE 2021.

As estimativas de quebra do produto de todas as instituições oficiais para 2020 rondam, em média, os -7,7%, o que compara com previsão da contração da economia do MF para 2020, no OE Suplementar e no OE 2021, de -6,9% e -8,5%, respetivamente.

Realce, contudo, para a evolução das projeções do BdP, da CE e da OCDE, as quais, após um pessimismo mais forte no verão, vieram a convergir para valores mais próximos da estimativa apresentada pelo MF no OE 2021.

Gráfico 2 - Projeções para a taxa de variação em volume do PIB em 2020 (por instituição)
(variação, %)



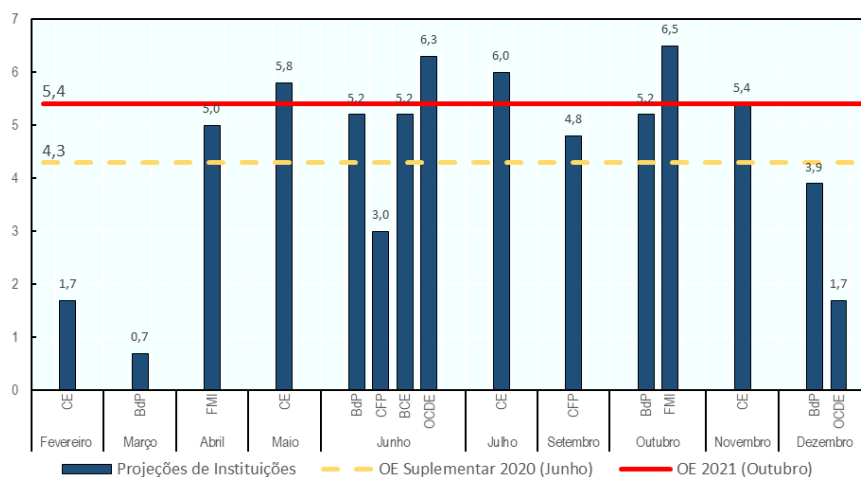
Fontes: Banco de Portugal [BdP] - Boletins Económicos: (i) 12 de março 2020; (ii) 16 de junho 2020; (iii) 06 de outubro 2020; (iv) 14 de dezembro 2020; Conselho de Finanças Públicas [CFP] - (i) Perspetivas Económicas e Orçamentais 2020-2022, 03 de junho 2020; e, (ii) Perspetivas Económicas e Orçamentais 2020-2024 (Atualização), 17 de setembro 2020; Banco Central Europeu [BCE] - ECB Macroeconomic projections (cenário *baseline*), 04 de junho 2020; Comissão Europeia [CE] - European Economic Forecast: (i) Winter 2020, 13 de fevereiro de 2020; (ii) Spring 2020, 06 de maio 2020; (iii) Summer 2020, 07 de julho 2020; (iv) Autumn 2020, 5 de novembro 2020; Fundo Monetário Internacional [FMI] - World Economic Outlook: (i) 06 de abril 2020; e, (ii) 13 de outubro 2020; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE] - Economic Outlook, (i) 10 de junho 2020 (cenário *single-hit*); e, (ii) 01 de dezembro 2020.

No que concerne às previsões das diferentes instituições para 2021, numa perspetiva cronológica (Gráfico 3), até março de 2020 (data em que se começou a fazer sentir o impacto da pandemia de COVID-19 na economia portuguesa), as previsões das taxas de crescimento anual para 2021 rondavam em média os 1,2%.

De abril a outubro de 2020, e tendo como referência as projeções efetuadas para 2021 pelo MF no OE Suplementar (4,3%), as projeções de outras instituições oficiais – excetuando o Conselho de Finanças Públicas (CFP) – foram sempre mais otimistas face aos valores previstos pelo MF, rondando, em média, uma taxa de crescimento na ordem dos 5,3%.

De novembro de 2020 em diante, e tendo como referência as projeções efetuadas pelo MF no OE 2021 (5,4%), as projeções das outras instituições apresentam valores inferiores quando comparados com aquele valor. Note-se, no entanto, que as previsões da CE em novembro são coincidentes com as do MF (5,4%).

Gráfico 3 - Projeções para a taxa de variação em volume do PIB em 2021 (por mês)
(variação, %)



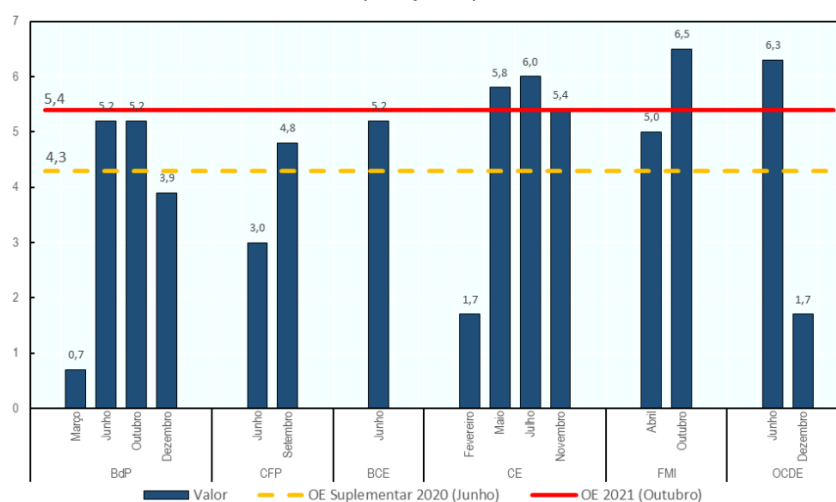
Fontes: Banco de Portugal [BdP] - Boletins Económicos: (i) 12 de março 2020; (ii) 16 de junho 2020; (iii) 06 de outubro 2020; (iv) 14 de dezembro 2020; Conselho de Finanças Públicas [CFP] - (i) Perspetivas Económicas e Orçamentais 2020-2022, 03 de junho 2020; e, (ii) Perspetivas Económicas e Orçamentais 2020-2024 (Atualização), 17 de setembro 2020; Banco Central Europeu [BCE] - ECB Macroeconomic projections (cenário *baseline*), 04 de junho 2020; Comissão Europeia [CE] - European Economic Forecast: (i) Winter 2020, 13 de fevereiro de 2020; (ii) Spring 2020, 06 de maio 2020; (iii) Summer 2020, 07 de julho 2020; (iv) Autumn 2020, 5 de novembro 2020; Fundo Monetário Internacional [FMI] - World Economic Outlook: (i) 06 de abril 2020; e, (ii) 13 de outubro 2020; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE] - Economic Outlook, (i) 10 de junho 2020 (cenário *single-hit*); e, (ii) 01 de dezembro 2020.

Novamente numa perspectiva evolutiva das projeções por instituição (Gráfico 4), as projeções para a taxa de variação em volume do PIB em 2021 de outras instituições oficiais não só denotam diferenças significativas como apresentam, mais recentemente, um pessimismo face à recuperação que contrasta com a perspetiva do MF no OE 2021.

Refira-se, nomeadamente, a tendência observada nas instituições com publicações mais periódicas ao longo do ano, nomeadamente o BdP e a CE, cujas projeções observam um máximo em meados do ano para depois diminuírem já no final do ano de 2020, no caso da CE para igualar o valor previsto pelo MF, e no caso do BdP um valor inferior.

Casos contrastantes são o FMI e a OCDE, o primeiro com um otimismo crescente para 6,5%, a segunda com um pessimismo intenso, prevendo um crescimento de apenas 1,7% em 2021.

Gráfico 4 - Projeções para a taxa de variação em volume do PIB em 2021 (por instituição)
(variação, %)



Fontes: Banco de Portugal [BdP] - Boletins Económicos: (i) 12 de março 2020; (ii) 16 de junho 2020; (iii) 06 de outubro 2020; (iv) 14 de dezembro 2020; Conselho de Finanças Públicas [CFP] - (i) Perspetivas Económicas e Orçamentais 2020-2022, 03 de junho 2020; e, (ii) Perspetivas Económicas e Orçamentais 2020-2024 (Atualização), 17 de setembro 2020; Banco Central Europeu [BCE] - ECB Macroeconomic projections (cenário *baseline*), 04 de junho 2020; Comissão Europeia [CE] - European Economic Forecast: (i) Winter 2020, 13 de fevereiro de 2020; (ii) Spring 2020, 06 de maio 2020; (iii) Summer 2020, 07 de julho 2020; (iv) Autumn 2020, 5 de novembro 2020; Fundo Monetário Internacional [FMI] - World Economic Outlook: (i) 06 de abril 2020; e, (ii) 13 de outubro 2020; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE] - Economic Outlook, (i) 10 de junho 2020 (cenário *single-hit*); e, (ii) 01 de dezembro 2020.

Investment dynamics in Portugal

José Salvado Garcia

Abstract

This paper studies the dynamics of Portuguese investment throughout the past years. This important economic variable has been decaying since the beginning of the century. The magnitude of this development was amplified by the Global Financial Crisis and subsequent European Debt Crisis. This paper starts by summarizing relevant stylized facts, a to describe pertinent developments on investment dynamics. Besides studying aggregate dynamics, we decompose investment into different sectors and assets, in order to understand their role in recent dropout. The results point that part of this investment slowdown is probably explained by output dynamics. Other important determinants as uncertainty, financial fragmentation, high leverage and market structure are proven to influence investment over the span of the analysis.

1. Introduction

Portuguese private and public investments have fallen significantly in the wake of the crisis, as in other countries heavily hit by the crisis (European Commission, 2017). For the particular case of Portugal, the Global Financial Crisis contributed to increase the impact of the negative trend in investment that started in the beginning of the century. Although there are signs of a recovery, investment still remains below the levels registered before the crisis.

The intensity and duration of the slowdown in investment suggests that this negative trend may not be just an effect of the crisis but could be a more structural development. The study of this hypothesis is of special interest, as economic theory suggests that investment is a crucial source of productivity and economic growth, providing workers with more capital that increases labor productivity and raises living standards. For this reason, it is important to study the dynamics and determinants of this slowdown, as to provide a strong and reasoned foundation for economic policy work.

Chapter 2 presents stylized facts summarizing important investment developments in Portugal over the last years. The analysis is complemented with a decomposition of investment for both sectors and asset classes.

Chapter 3 provides a complete analysis to this decomposition, which hopefully will help to identify the sectors (and asset classes) that contributed to the fall of aggregate investment. In this chapter it is conducted a shift-share analysis that breaks down the change in total investment in three different effects: within-sector, redistribution and dynamic shift effects. Ultimately, it is done a distinction between tradable and non-tradable sectors, as to evaluate the efficiency of the Portuguese resource allocation in the global economic system.

After a comprehensive characterization of the Portuguese investment developments, chapter 4 reviews the main approaches for modeling investment developments and its main determinants.

Chapter 5 develops an empirical analysis of the determinants behind the slowdown in investment. Firstly, it is developed a baseline accelerator model, which analyzes the explanatory power of output developments alone. Secondly, non-output variables are fed into the model.

The final section is reserved to stress the main conclusions taken from the analysis developed, to point possible extensions to this investigation and to recommend potential policy applications.

2. Investment Dynamics

In order to study the investment dynamics for the Portuguese economy, we must seek a broad and representative set of economic indicators. Over this characterization it will be done a comparison between the Portuguese evolution and the one of its main partners. The most interesting benchmarks for the Portuguese case are Spain, Greece, Italy and Ireland, as they went through similar processes and conditions over the last years, with special regard to the years following the Global Financial Crisis. It is also helpful to evaluate the performance within the European context, looking at the European Union (EU28) average and also two of the best-performing economies: Germany and France.

Table 1 – Average growth rate of GFCF at 2010 prices (%)

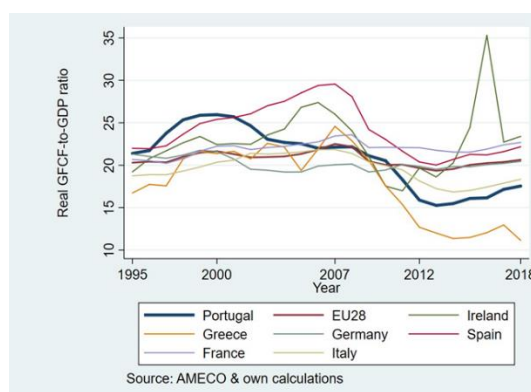
Country	1995/2000	2001/2007	2008/2013	2014/2018
Portugal	6.8	-1.2	-7.3	4.3
EU28	3.5	2.7	-2.4	2.9
Italy	3.1	1.7	-4.8	2.7
Ireland	29.6	6.6	-3.9	11.6
Greece	7.3	5.3	-14.6	0.2
Spain	5.9	5.1	-6.9	3.9
Germany	1.8	0.7	-0.1	2.1
France	3.7	2.3	-1	2.2

Source: Eurostat & own calculations

Over the last lustrum of past century, Portugal presented one of the highest average nominal growth of Gross Fixed Capital Formation (6.8%), only surpassed by Greece (7.3%) and Ireland (29.6%). This evolution virtually doubled the European average (3.5%) and was significantly higher than the ones of its main economic partners (see Table 1). This situation is antithetical relatively to the following period, with Portugal presenting a negative average growth rate (- 1.2%) between 2001 and 2007, contrary to what happened in other European economies, whose average growth rate decreased but stood positive. This situation worsened after the Global Financial Crisis and the consequent debt crisis, with the average nominal growth rate of GFCF of Portugal peaking at -7.3%. The magnitude of the fall in investment in Portugal in this period was widely higher than for the European average (-2.4%) and it was only surpassed by Greece (-14.6%). The evolution of investment between 2014 and 2018 in Portugal was positive, with the average growth rate of GFCF getting closer to 1995/2000 figures (6.8%) and presenting higher values than the European average and relevant economic partners.

In sum, Portugal departed as one of the countries which presented higher investment rates between 1995 and 2000. The shortfall of investment rates started well before the global economic crisis, with worrisome levels during the first years of the century. The evolution of the last five years points to a recovery of this indicator, with Portugal outperforming its main partners.

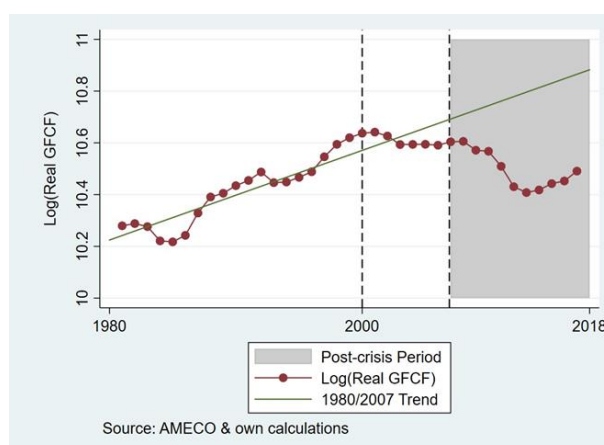
Figure 1 – Dynamics of GFCF at 2010 prices



For a better perspective on investment dynamics, it is interesting to analyze the evolution of the real GFCF-to-GDP ratio (Figure 1). The investment effort of Portugal until 2000 was the highest between the countries in analysis, with a clear positive divergence from the European average. By year 2000, Portugal's GFCF-to-GDP ratio was set at 26%, while the European average was 21.6%. The convergence process began with the decline in the investment rates of early 2000s, with both ratios pairing around 2007 (at approximately 22%). From this point on, the Portuguese ratio negatively diverged, peaking at 15.2% in 2013, while the European ratio decreased at a slower rate (19.3%). The positive evolution of the investment rates between 2013 and 2018 started a new convergence process to the European average. By 2018, Portugal's GFCF-to-GDP ratio was 17.5% while the European average was set at 20.6%.

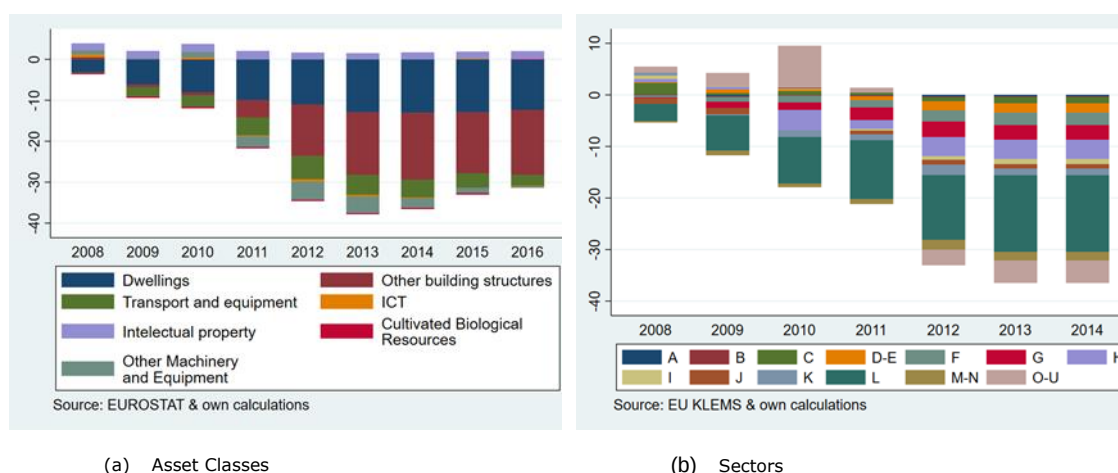
At this point it is convenient to study the particular evolution and drivers of Portuguese investment indicators. Figure 2 plots the dynamics of GFCF, complemented with its trend between 1980 and 2007. As it has been introduced, the beginning of the century marked a shift on the evolution, as GFCF started to decay. Between 2003 and the sprout of the global Financial Crisis, this indicator stagnated. The shaded area represents the post-crisis period, where it can be perceived the dramatic effects of the crisis on investment in Portugal.

Figure 2 – GFCF Dynamics - Portugal



A specially relevant period that should be studied to understand this shift is 2007-2016. In order to understand the impact of the crisis on the economy and to understand the main drivers of the investment decline, it was conducted an analysis on the main asset classes and sectors driving the decline in GFCF.

Figure 3 – Drivers of the decline in GFCF

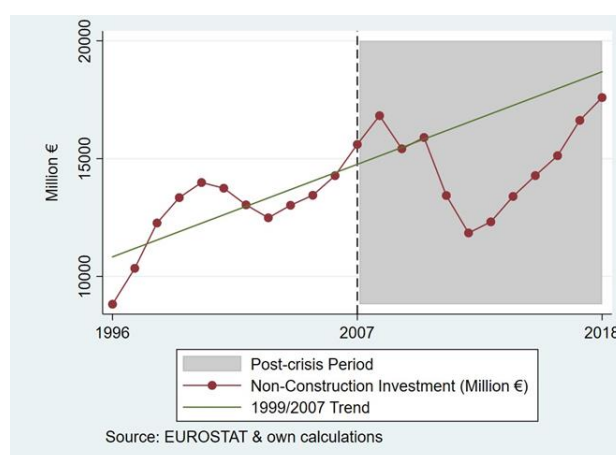


Starting with the analysis for asset classes, figure 3a presents a decomposition of the cumulative variation relatively to 2007. Generally, investment declined in all asset classes, with special regard for investment in infrastructures. Investment in intellectual property was an exception, as its evolution was positive for all years following the crisis.

The time frame for analysis of economy' sectors¹ (figure 3b) was reduced, as data was only available until 2014. By 2014, the cumulative variation relative to 2007 was negative for all sectors in the economy. The main sector driving the decline was Real Estate Activities (L), followed by Transportation and Storage (H).

One of the main objects of study throughout this article will be business investment. As a proxy for it, we will use real Non-Residential Investment (ECB 2016), which represents the gross fixed capital formation adjusted for construction (i.e. disregarding dwellings and residential investment). Figure 4 provides evidence regarding the impact of the Global Financial

Figure 4 – Non-Construction Investment dynamics



Crisis on the business side of the economy. Business investment dynamics were fairly positive between 1996 (8800 million e) and 2008, when it peaked at around 16820 million e. However, the Global Financial Crisis interrupted this positive trend and decaying business investment was registered between 2008 and 2013 (around 12320 million e). After 2013, business investment appears to be recovering at a faster rate than the one presented for the 1999/2007

¹ For a clarification on sectoral classification, remit to subsection 3.1 on page 8.

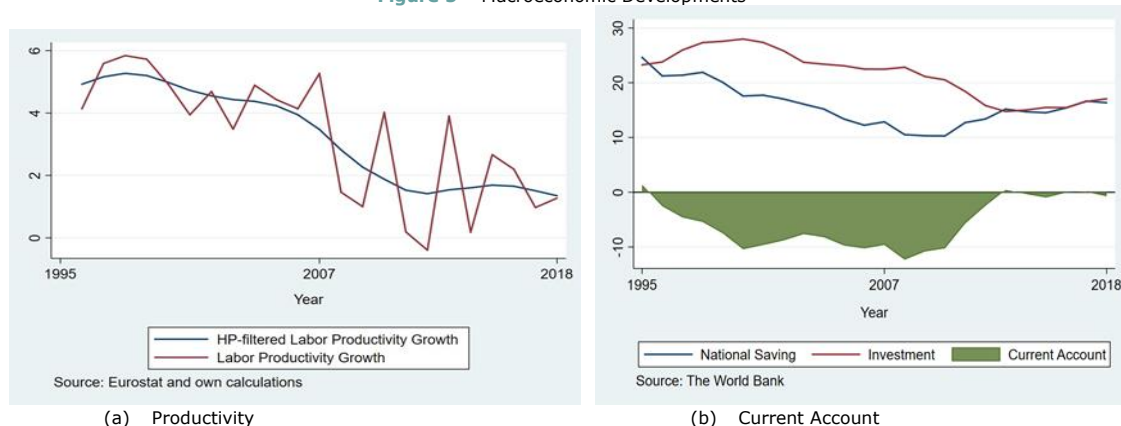
period. In 2018, Non-Residential Investment recorded in Portugal surpassed the maximum value presented before the financial crisis hit the Portuguese economy (17600 million e), which confirms the recovery path of business investment.

Basing the following points on economic theory assumptions, there are some macroeconomic developments directly linked to the previously described fall in investment that should be pointed out.

For instance, a fall in investment is expected to lead to a reduction in the capital-to-labor ratio, which would imply a decline in labor productivity². Indeed, as it can be perceived in Figure 5a, Portugal's labor productivity growth has plummeted over the period in analysis. Effectively, labor productivity growth was set at 4.92% in 2000, conversely to the average growth rate of 1.59% of the 2008/2018 period.

Additionally, recalling accounting identities³, a fall in investment is expected to lead to an increase in the Current Account Balance, assuming constant aggregate savings. As it can be perceived in Figure 5b, between 1995 and 2000, the growth in investment was tied to a fall in national savings, which led to a current account deficit of around 10% of GDP in 2000. The fall in aggregate savings was continued until around 2010, which explains the current account deficit oscillating around 10% of GDP between this period. However, the reaction to the Global Financial Crisis led to an increase in national saving, which translated in the expected surge in the current account balance. The current account balance finally stabilized around 0% between 2013 and 2018.

Figure 5 – Macroeconomic Developments



3. Sectoral perspective on Investment Dynamics

Throughout this section it will be delivered a breakdown analysis of the investment dynamics between different sectors, as to understand specific trends and as to point out the main sectors driving investment slowdown. In order to understand the role of each sector in the fall of aggregate investment in Portugal, it will be analyzed the evolution of each sector's share of total gross value added and sectoral investment rates⁴ over the last two decades. A shift-share analysis be used in order to decompose sectoral investment rates between three different effects: within-sector, redistribution and dynamic-shift effect. Additionally, in order to gain

² First of all, a slowdown in investment (I) would imply a fall in the capital stock (K): $K_t = I_t + \delta \cdot K_{t-1}$. As a result, the fall in capital stock would imply the degradation of labor productivity, which is assumed as the output-to-labor ratio:

$$\frac{Y}{L} = A \left(\frac{K}{L} \right)^\alpha.$$

³ Current Account Balance = Saving – Investment.

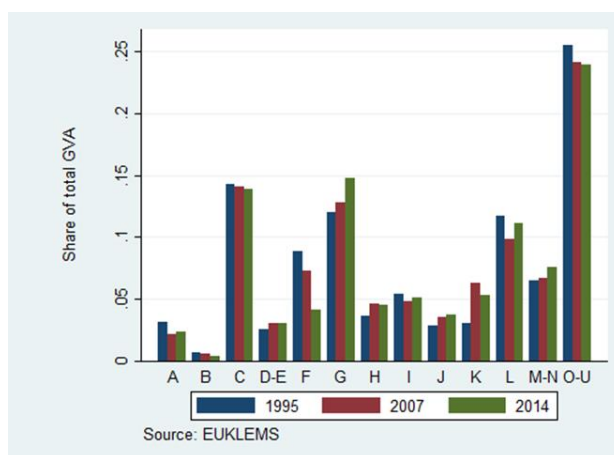
⁴ For each sector j: $ij = \frac{I_j}{GVA_j}$

important insights regarding the economy's resource allocation, the sectors will be classified as tradable or non-tradable.

3.1. Sectoral Investment Rates and Share of GVA of different sectors

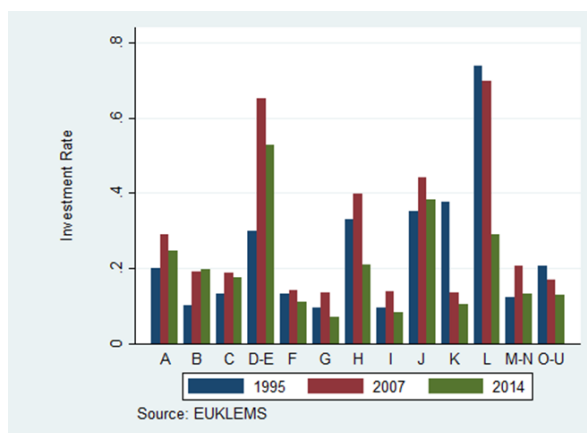
The analysis was conducted using sectoral data (NACE-Rev.2) retrieved from EU KLEMS Database. It was used annual data from 1995 to 2014 (last year available for sectoral GFCF and GVA data) for the following sectors: Agriculture, Forestry and Fishing (NACE sector A), Mining and Quarrying (B), Manufacturing (C), Electricity, Gas and Water supply (D-E), Construction (F), Wholesale, Retail Trade, Repair of Motor Vehicles and Motorcycles (G), Transportation and Storage (H), Accommodation and Food Service activities (I), Information and Communication (J), Financial and Insurance activities (K), Real Estate activities (L), Professional, Scientific, Technical, Administrative and Support Service Activities (M-N) and Community Social and Personal Services (O-U).

Figure 6 – Share of GVA by sector



At a first stage, it will be analyzed the dynamics of the sectoral investment rates and the share of total GVA of the different sectors. This analysis is essential, as the interplay between sectoral investment rates and the weight of each sector in total economy will influence and explain the dynamics of investment rates. Effectively, the fall in investment rates is often pointed to be related with a reallocation of investment, characterized by a shift towards less investment-intensive sectors, mainly focused to the services sector⁵. Hopefully, the following analysis will help to understand if that is the case for the Portuguese economy.

Figure 7 – Sectoral Investment Rates



⁵ See EC 2017

Figure 6 shows the evolution of each sector's share in total GVA. The share of services (J-U) in total GVA has increased from 50% in 1995 to 52% in 2014. However, this evolution was not homogeneous between sectors, as real estate activities and community social and personal services reduced their respective shares of total GVA between this period. Supporting the servicification hypothesis introduced before, in addition to the wide share of services in total GVA, there is evidence of a contraction on both Agriculture (A) and Construction (F) sectors (from 3% to 2% in the first case and from 9% to 4% in the second).

Figure 7 shows the evolution of investment rates by sector. There is evidence of declining rates in almost every sector. It is interesting to highlight that all sectoral investment rates fell between 2007 and 2014, with the exception of Mining and Quarrying sector.

All in all, although the previous analysis shows relevant trends, it is not possible to reach a general conclusion within the determinants of the fall in general investment rate in recent years. Thus, a more focused analysis is necessary to study the effect of reallocation between sectors with regard to investment dynamics.

3.2. Shift-Share Analysis

In order to perform a wider analysis on the dynamics of the investment-to-output ratio, it was performed a shift-share analysis. We start by defining investment as the gross fixed capital formation (GFCF). Assuming j different sectors and formalizing the investment rate (i) as the ratio between total investment (GFCF) and the economy's gross value added (GVA), it is possible to decompose the ratio the following way:

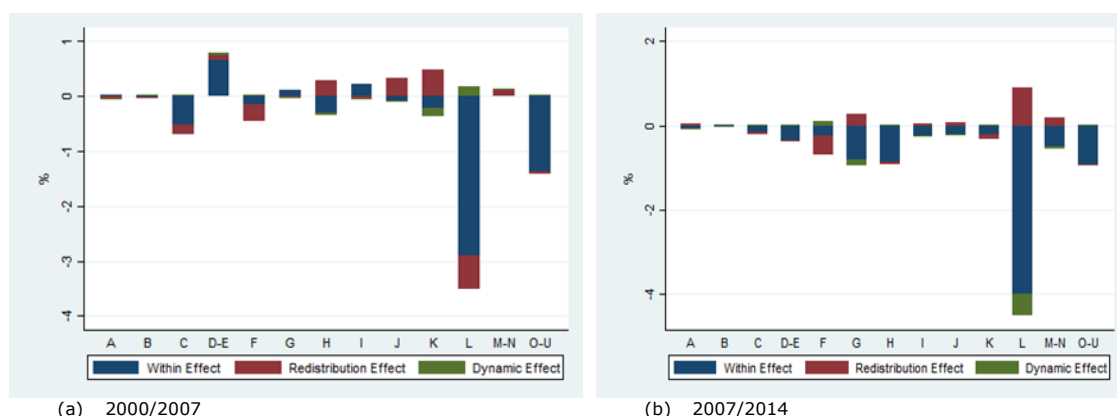
$$i = \frac{I}{GVA} = \sum_j \frac{I_j}{GVA_j} * \frac{GVA_j}{GVA} = \sum_j i_j * s_j$$

Departing from a discrete perspective and basing our analysis in the methodology followed by EC(2017), the change in total investment rate between two different periods can be decomposed further in three driving effects:

$$i_1 - i_0 = \sum_j (i_j^1 - i_j^0) s_j^0 + \sum_j (s_j^1 - s_j^0) i_j^0 + \sum_j (s_j^1 - s_j^0) (i_j^1 - i_j^0)$$

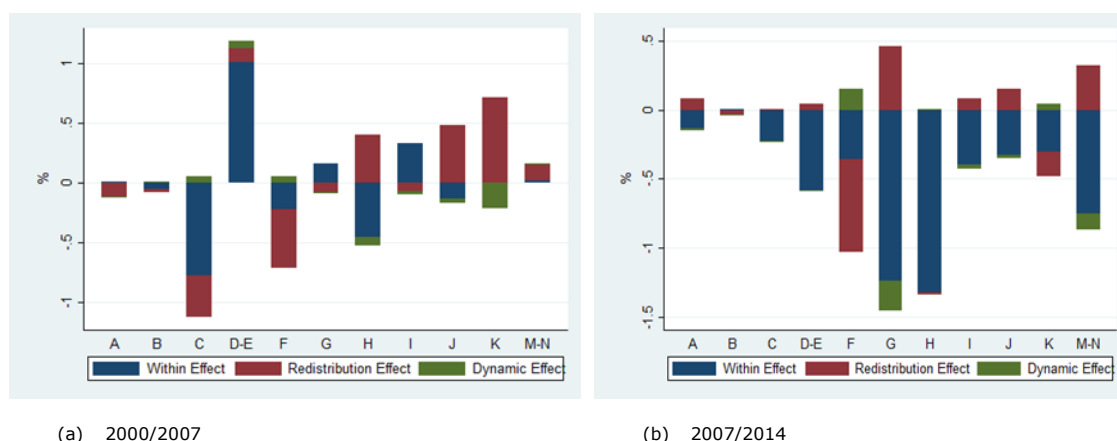
Effectively, each sector's contribution in the change in total investment rate can be decomposed in three effects. The first term of the previous equation represents the within-sector effect, which accounts for changes in investment within each sector under the assumption that there are no variation in each sector's GVA between the two periods. Moving to the second term of the equation, the Redistribution effect represents the impact explained by changes in the economy's structure, measuring variations in each sector's share in aggregate output. Hence, it is this effect that we have to analyze when studying the servicification of the economy. Last, the third term represents the dynamic shift effect, which delivers an approximation to the joint effect of changes in sectoral investment rates and variation in sectoral representation in the economy, accounting for a fall (rise) in investment rates for sectors that have been contracting (expanding).

Figure 8 – Shift-Share Analysis, All sectors



The analysis was first conducted for all sectors and for two different time horizons. Firstly, it was studied the period 2000/2007, as to capture the first downturn on Portuguese investment. Secondly, the time horizon was changed as to describe the evolution between 2007 and 2014, capturing relevant dynamics triggered by the Global Financial Crisis and the European Debt Crisis.

Figure 9 – Shift-Share Analysis, excluding sectors L & O-U



Starting by the decomposition between 2000 and 2007 for all sectors, the GFCF-to-GVA ratio declined by 4.51%. The main driver of this evolution was the within effect (-4.57 pp), followed by the redistribution effect (-0.01 pp). On the other hand, the dynamic effect had a positive impact (although almost negligible) in the dynamics of the GFCF-to-GVA ratio (0.07 pp). Furthermore, when analyzing figure 8(a), it is possible to conclude that there are sectors as D-E, G, J and K that present positive investment dynamics, but these are counterbalanced by negative dynamics in other sectors, mainly L and O-U. When analyzing the redistribution effect by sectors, the information regarding the presence of the servicification effect is not clear⁶ Under this data setting, the fall in investment rates was mainly explained by negative dynamics within sectors. The picture worsens when considering the period 2007/2014, where all sectors experienced negative dynamics (Figure 8 (b)). In this period, the GFCF-to-GVA ratio decreased 8.43%. This was mainly explained by within effect (-8.63 pp) and dynamic effect (-0.59 pp), while redistribution effect registered a positive variation (0.78 pp). While the servicification effect was not directly observable on the preceding period, the latest sub-sample appears to support the hypothesis of a structural transformation to the services sector, as it can be seen from the positive redistribution effect on sectors L and M-N.

⁶ Recall that sectors J to U are the ones that are treated as services.

A robustness check was conducted, keeping the same data frame setup but excluding sectors L and O-U. These sectors suffered extreme transformations, which were mainly explained by the financial crisis, hence not representing structural changes. In particular, sectors O-U are mainly characterized by public investment. By excluding them we are avoiding the interpretation of effects derived from the application of austerity policies right after the Global Financial Crisis. Under this setting, the total variation of the GFCF-to-GVA ratio between 2000 and 2007 (figure 9 (a)) was slightly positive (0.4%). This was mainly explained by the redistribution effect (0.72 pp), while the dynamic effect (-0.17 pp) and the within effect (-0.14 pp) negatively contributed to this variation. When considering the 2007/2014 frame, the GFCF-to-GVA ratio reduced 5.63%. This variation was mainly driven by within-sector dynamics (-5.63 pp) and dynamic effects (-0.2 pp), while the redistribution effect was positive (0.24 pp).

The restricted analysis points to the existence of the previously unveiled hypothesis of servification. For both periods in analysis, sectors J and M-N experienced positive redistribution effect. Although some non-service sectors registered positive redistribution effects (D-E and H between 2000/2007 and A, G and I between 2007/2014), the combined effect of all sectors in both periods is negative.

The following table summarizes the previously characterized decomposition:

Table 2 – Effects (%)

Effect	00/07, Total	07/14, Total	00/07, Reduced	07/14, Reduced
Within	-4.57	-8.63	-0.14	-5.63
Redistri-	-0.01	0.78	0.72	0.24
Dynamic	0.07	-0.59	-0.17	-0.2
Total	-4.51	-8.43	0.41	-5.59

3.3. Tradable and non-tradable sectors

Economic theory suggests that in order to maintain a continuous and sustainable growth path, the economies should efficiently allocate their resources. Following this assumption, the aim of this subsection is to analyze the investment dynamics of the Portuguese tradable and non-tradable sectors, complementing the analysis that we have conducted so far.

For the coming analysis we will proceed to a categorization of sector between tradable and non-tradable, following the methodology implemented by GPEARI (2018), which differentiated sectors based on their exposure to international competition. The authors postulate that the sector should be classified as tradable if their trade-to-output ratio⁷ exceeds 10%. Under this setting, we will follow the authors approach for Portuguese sectors A to N. Due to lack of disaggregation, sectors O to U will be classified following IMF's and AMECO's designation.

⁷ Trade-to-Output ratio = $\frac{Imports+Exports}{Gross\ Value\ Added}$

Table 3 – Sectoral classification: Exposure to international competition

Sector	IMF	AMECO	GPEARI (2018)	Our approach
A	NTR	TR	TR	TR
B	TR	TR	TR	TR
C	TR	TR	TR	TR
D-E	NTR	TR	Note ¹	TR ²
F	NTR	NTR	NTR	NTR
G	NTR	TR	NTR	NTR
H	NTR	TR	TR	TR
I	NTR	TR	TR	TR
J	NTR	TR	TR	TR
K	NTR	NTR	TR	TR
L	NTR	NTR	NTR	NTR
M-N	NTR	TR	TR	TR
O-U	NTR	Note ³	Note ⁴	NTR ⁵

1 D: TR; E: NTR

2 Given that we are using D-E as a group, the classification reverts to the one of sector D as it systematically reports higher GVA than sector E.

3 O-Q: NTR; R-S: TR; U: Not Considered.

4 O-Q and U: Not considered; R-S: TR.

5 Following IMF and AMECO classification for the most representative sectors in the subgroup O-Q.

Figure 10 shows both the investment rate and the share of total GVA in both types of sectors. Starting by analyzing the evolution of the investment rate, there is a clear decrease on the investment effort in non-tradable sector, which changed substantially between 1995 (27.9%) and 2014 (14.6%). On the other hand, the investment rate of the tradable sector presented a positive variation between 1995 (18.9%) and 2007 (25.5%). The aftermath of the GFC shifted this trend, with the investment rate of 2014 (19.7%) considerably close to the one presented in 1995.

At the same time, the weight of the tradable sector has been growing over the last two decades, departing from 41.9% in 1995 to 46% in 2014. Nonetheless, the non-tradable sector continues to be the most representative type of sector of the Portuguese economy in 2014.

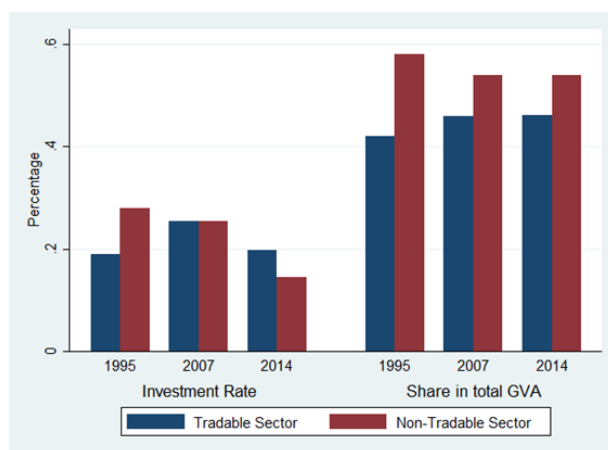
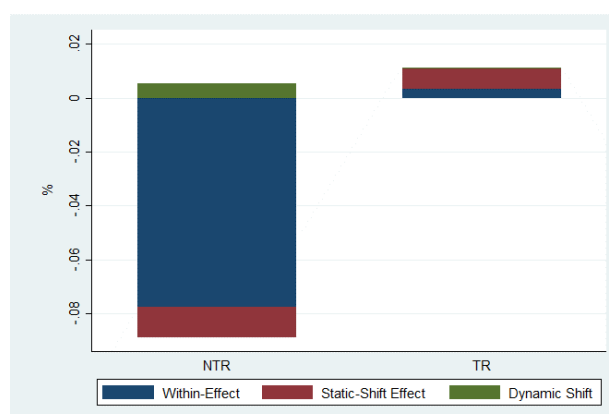
Figure 10 – Tradable vs Non-Tradable sectors: Share of GVA & Investment Rates

Figure 11 – Shift Share Analysis by exposure to international competition - 1995-2014



A shift-share analysis was conducted, following the methodology used in the previous subsection. Figure 11 shows that the decline of 7.2% in the GFCF-to-GVA ratio was mainly driven by within-sector developments, which were responsible for a 7.4 pp fall on the ratio (Where the NTR sector effect was -7.7 pp against the positive variation of 0.3 pp on the TR sector). The redistribution effect slightly contributed to the negative variation [0.07 pp (TR) - 1.1 pp (NTR) = -0.04 pp], while the overall effect was vaguely counterbalanced by the dynamic-shift effect [0.003 pp (TR) - 0.054 pp (NTR) = 0.06 pp].

As noted on the previously explained factors⁸, there is evidence of a favorable reallocation towards the TR Sector. While the sector's share of total GVA has been increasing, the sectoral investment rate has not presented a consistent upward trend. It would be interesting to have more recent data as to understand if the decrease in the investment effort between 2007 and 2014 was explained by the Global Financial Crisis. The shift-share analysis illustrates that the fall in investment to GVA ratio was mainly explained by negative dynamics within the NTR sector. The dynamics of the TR sector, although positive, were almost insignificant.

4. Determinants of Investment Slowdown

The determinants of investment have been studied throughout the years by economists, providing an important set of literature and empirical approaches to this subject. Oliner et. al. (1995) stresses over the multiple models that have been employed on modern empirical research. From between a multiple set of frequently applied models as Tobin's Q, neoclassical and different formulations of the Euler Equation, the authors present a model where investment is influenced by lagged desired changes in capital stock, which are expected to be a function of output growth-the Accelerator model. This model was previously postulated by Clark (1917) and Jorgenson (1971).

Focusing on this concept, important research has been delivered by the IMF (Lee and Rabanal (2010), Barbku et. al. (2015), IMF (2015), Poghosyan (2018)), EC (EC (2017)) and ECB (ECB (2017)).

While Lee and Rabanal (2010) used the accelerator model assumptions to forecast non-residential investment in the US, IMF (2015) provides empirical evidence to the importance of output dynamics when explaining changes in Gross Fixed Capital Formation. Barkbu et. al.

⁸ In any case, it is important to notice that the results of the analysis are highly dependent on the assumptions followed. For an analysis with a tighter classification criteria (trade-to-output ratio should exceed 15%) see Alexandre et. al. (2017).

(2015) also support this evidence, pointing that changes in output explained investment vulnerabilities, principally before the European Debt Crisis. These findings are further supported by Poghosyan (2018), who studied Denmark's investment slowdown. In a like manner, EC(2017) and ECB(2017) reach equivalent conclusions.

An important finding of the aforementioned literature is that output dynamics are not always sufficient when explaining investment fluctuation. In effect, this proved to be true specially when trying to model investment dynamics on the aftermath of the GFC. In this line, additional variables have been studied and proved to influence aggregate investment dynamics:

- **Uncertainty:** Uncertainty has been proved to be an important determinant of firms' investment behavior (Baum et. al. 2008). Bloom (2009) highlights the ability of uncertainty shock to cause short sharp recessions and recoveries. In fact, uncertainty may hold investors back as expected profits and overall conditions depend on future economic conditions that are not known a priori. Hence, uncertainty has a major role when balancing risk and expected return (IMF 2015; Barkbu et. al. 2015; Poghosyan 2018).
- **Indebtedness:** Private leverage has been rising. Kuchler (2015) points that this factor reduced the ability of private firms to raise funding for investment projects, with special regard to small and medium-sized ones.
- **Financial Constraint:** After the Global Financial Crisis, firms' access to credit became more difficult, as the value of collaterals had depreciated throughout that period. Following this line, the lack of funding resources may help to explain the barriers to firm's investment. Supporting this idea, Barkbu et. al. (2015) point financial constraints as negatively associated with investment for Portugal.
- **Interest Rates:** Economic theory suggests that with lower interest rates, it is expected higher investment. Interest Rates are a specially interesting variable to consider when studying investment barriers, as it is one of the main policy instruments of monetary authorities throughout the global financial system.
- **Competition and Labor Market Regulations:** Investment incentives may be jeopardized by some specific market structures. Greater market concentration and reduced competition reduces willingness to invest and future profits prospect for firms investment, who may face barriers to entry and unbearable technological barriers. The legal framework regarding labor market is another important feature of market' structure.

4.1. Empirical Analysis

In this section it will be used the accelerator model to explore the role of output and non-output factors when explaining investment dynamics. The empirical approach will be similar to the one employed by Lee and Rabanal (2010) and later by Barkbu et.al. (2015).

Throughout the following sections, it will be studied the behavior of Portuguese Non- Residential Investment, which is used as a proxy for business investment. In a first stage it will be estimated a baseline accelerator model, which will be used to understand the explanatory value of changes in output when studying investment dynamics. In the second stage the model will be augmented, adding the previously stressed additional explanatory factors.

4.1.1. Accelerator Model

As mentioned, the baseline accelerator model will be used to assess if variations in investment can be explained by changes in output.

Departing from the idea initially postulated by Clark (1917) and Jorgenson (1971), the accelerator model relates the current investment (I_t) to lagged changes (up to N periods) in the desired level of capital stock (K_t^*) and to the capital depreciation rate (δ). Additionally, it is

postulated a proportional relationship between changes in the desired stock capital and changes in output⁹:

$$I_t = \alpha + \sum_{j=0}^N \omega \Delta K_{t-j}^* + \delta K_{t-1} \quad (1)$$

$$= \alpha + \sum_{j=0}^N \beta_j \Delta Y_{t-j} + \delta K_{t-1}$$

An empirical common procedure is to divide the previous equation by the lagged capital stock, adding an stochastic error term (et):

$$\frac{I_t}{K_{t-1}} = \frac{\alpha}{K_{t-1}} + \sum_{i=1}^N \beta_i \frac{\Delta Y_{t-i}}{K_{t-1}} + \delta + e_t \quad (2)$$

where I represents Private Non-Residential Investment, K is the total capital stock and Y is real GDP¹⁰. For the scaled equation, the current value of GDP is excluded as to avoid endogeneity concerns.

For the estimation we will implement heteroskedasticity and autocorrelation consistent (HAC) estimators, reporting Newey-West standard errors that control for serial correlation in the residuals. The bandwidth (i.e. the number of lags specified for the residuals) will be set up to 12 lags. The results of the estimation of the second equation are reported in table 4.

All 12 lagged output variables are individually and jointly significant, at least at 10% level. Furthermore, also the α and the δ terms are significant. Additionally, the results of the Ramsey test indicate that the model is correctly specified. This results support the hypothesis of the importance of output developments when explaining investment dynamics. By analyzing the actual vs fitted plot in figure 12, we can point that the residuals of the baseline accelerator model become mainly negative after the developments of the Debt Crisis, which suggests that a part of investment dynamics were not captured by output developments.

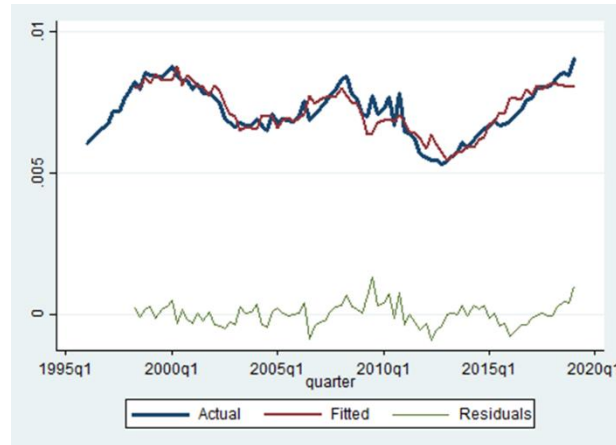
Table 4 – Baseline accelerator model

	Coefficient	Robust Std. Err.
α	-2,043.50***	541.80
β_1	0.40***	(0.09)
β_2	0.28**	(0.11)
β_3	0.30***	(0.07)
β_4	0.19***	(0.07)
β_5	0.21***	(0.06)
β_6	0.25***	(0.05)
β_7	0.25***	(0.06)
β_8	0.13*	(0.07)
β_9	0.19**	(0.08)
β_{10}	0.15*	(0.08)
β_{11}	0.17***	(0.05)
β_{12}	0.27***	(0.09)
δ	0.01***	(0.00)
Observations	84	
R-squared	0.81	
Robust standard errors in parentheses		
*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1		

⁹ $\Delta K_t^* = c\Delta Y_t$

¹⁰ All data definition and sources can be found in the appendix

Figure 12 – Actual/Fitted/Residuals



4.1.2. Accelerator Model+

As it has been previously explained, besides output developments there are other important macroeconomic variables that may support our endeavor to explain investment downturn. In this subsection there are presented the results of several augmented accelerator models. For the estimation of these models, it was used the same specification as in the baseline model. The additional controls are in line with the review in the beginning of this chapter and an extensive description can be found in Annex A. The model (1) column of Table 5 shows the results of the estimation of our augmented accelerator model (where all additional variables are considered):

$$\frac{I_t}{K_{t-1}} = \frac{\alpha}{K_{t-1}} + \sum_{i=1}^N \beta_i \frac{\Delta Y_{t-i}}{K_{t-1}} + \text{Uncertainty}_{t-1} + \text{FinCons}_{t-1} + \text{Indebtedness}_{t-1} + \text{InterestRate}_{t-1} + \text{PRM}_{t-1} + \text{EPL}_{t-1} + \delta + e_t \quad (3)$$

Models (2) to (7) provide estimations where each non-output variable was individually added to the model, as to study their individual explanatory power. Control variables as Financial Constraints, Indebtedness and Product Market Barriers proved not to be individually significant when added one by one to the regression.

When considering the wide set of estimations and basing on the R-squared while trying to avoid multicollinearity issues in the regressors¹¹ (see table 6), Model (8) represents the specification that proved to better capture investment dynamics for Portugal in the time in analysis. The additional control variables seem to be significant (at least at 10% level). When analyzing Model (8) column in Table 5, it is important to highlight:

- Indebtedness, which is proxied by total credit to private non-financial sector as a share of GDP, presents a positive and significant effect on investment dynamics. This may reflect the fact that credit effectively channeled to investment, but one must not forget that extreme leverage may compromise future access to credit and therefore to investment.
- Contrary to what was expected, uncertainty has a positive and significant effect on investment dynamics, although it's magnitude is considerably small.
- Interest Rate has a negative significant effect on investment. This supports the idea that higher interest rates can be faced as a barrier to investment.

¹¹ According to the literature, having multicollinearity in the control variables is not a problem as long as the variables of interest are not affected. If it is the case, the coefficients of the variables of interest are not affected. Please see "A Summary of Introductory Econometrics By Wooldridge."

- In line with the findings of Félix (2018), Financial Constraints have a negative and significant effect. Following this, this variable should be regarded as a factor holding back investment.
- Employment Protection Legislation, which serves as a proxy to labor market barriers, has a positive and significant effect on investment. This result goes against the idea that the decision whether to investment or not considers the capacity of the firm to adjust its labor structure over time.

Figure 13 provides the plot of the fitted model compared to the actual variable. It can be retrieved that the residuals of this model point that the added variables help to capture investment dynamics, as the recurrent positive residuals after the crisis appear to be smoother and closer to zero, when compared to figure 12.

Table 5 – Accelerator model+

VARIABLES	Model (1)	Model (2)	Model (3)	Model (4)	Model (5)	Model (6)	Model (7)	Model (8)
α	9.019.04 (5,665.31)	-1.538.80*** (536.43)	-1.333.74 (988.61)	-1.770.79** (811.41)	-1.688.16*** (450.58)	-2.267.17** (970.24)	-2.034.68*** (657.04)	-1670.891 (1,760.9)
β_1	0.07 (0.18)	0.18** (0.08)	0.37*** (0.11)	0.40*** (0.10)	0.32*** (0.07)	0.39*** (0.09)	0.36*** (0.10)	0.05 (0.18)
β_2	-0.13 (0.09)	0.08 (0.08)	0.13 (0.16)	0.29*** (0.08)	0.23** (0.09)	0.27** (0.11)	0.23** (0.11)	-0.16* (0.08)
β_3	0.09 (0.20)	0.15* (0.08)	0.26*** (0.08)	0.30*** (0.06)	0.27*** (0.06)	0.28*** (0.06)	0.26*** (0.05)	0.04 (0.08)
β_4	0.01 (0.07)	0.13** (0.06)	0.18*** (0.06)	0.18** (0.07)	0.17*** (0.06)	0.17** (0.07)	0.16* (0.08)	0.01 (0.08)
β_5	0.10 (0.09)	0.19*** (0.06)	0.17** (0.08)	0.19*** (0.06)	0.19*** (0.06)	0.19*** (0.06)	0.17** (0.07)	0.11 (0.09)
β_6	0.05 (0.12)	0.21*** (0.04)	0.25*** (0.09)	0.25*** (0.07)	0.23*** (0.05)	0.23*** (0.05)	0.20*** (0.06)	0.06 (0.01)
β_7	-0.04 (0.09)	0.18*** (0.06)	0.15** (0.07)	0.27*** (0.08)	0.23*** (0.06)	0.23*** (0.06)	0.23** (0.09)	-0.06 (0.09)
β_8	0.21** (0.08)	0.13** (0.06)	0.15* (0.08)	0.13* (0.07)	0.14** (0.06)	0.10 (0.07)	0.12* (0.07)	0.18** (0.07)
β_9	0.19** (0.07)	0.20*** (0.07)	0.21** (0.10)	0.17* (0.10)	0.19*** (0.07)	0.16* (0.09)	0.19** (0.09)	0.15** (0.06)
β_{10}	0.08 (0.11)	0.15** (0.07)	0.13 (0.09)	0.13 (0.09)	0.14** (0.07)	0.12 (0.08)	0.15* (0.08)	0.1 (0.09)
β_{11}	-0.02 (0.09)	0.16*** (0.04)	0.19*** (0.06)	0.17*** (0.05)	0.15*** (0.04)	0.15*** (0.05)	0.14*** (0.05)	0.001 (0.09)
β_{12}	-0.03 (0.06)	0.23** (0.10)	0.26*** (0.09)	0.27*** (0.09)	0.24*** (0.08)	0.24*** (0.08)	0.22** (0.09)	0.02 (0.06)
Uncertainty	0.00003*** (0.000007)	0.00003*** (0.00001)						0.00003** (0.00001)
Fin. Cons.	-0.01 (0.01)		-0.01 (0.01)					-0.01* (0.005)
Indebtedness	0.002 (0.001)			0.0002 (0.001)				0.001* (0.001)
Interest Rate	-0.01*** (0.003)				-0.01*** (0.002)			-0.06* (0.003)
PMR	-0.01* (0.003)					0.0004 (0.0004)		
EPL	0.002*** (0.0006)						0.001* (0.0003)	0.001*** (0.0001)
δ	-0.03** (0.01)	-0.004 (0.005)	0.01*** (0.002)	0.01*** (0.003)	0.01*** (0.001)	0.01*** (0.001)	0.01*** (0.002)	-0.01 (0.01)
Observations	41	84	65	83	84	80	60	41
R-squared	0.90	0.83	0.78	0.82	0.83	0.82	0.82	0.90

Robust standard errors in parentheses
*** p < 0.01, ** p < 0.05, * p < 0.1

Figure 13 – Actual/Fitted/Residuals - Model (8)

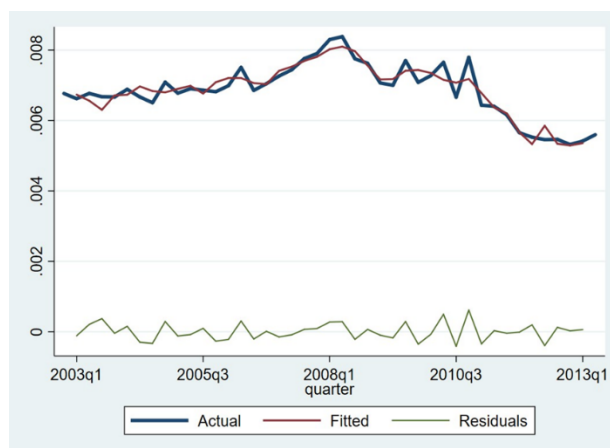


Table 6 – Testing for multicollinearity - Variance Inflation Factor

VARIABLES	Model (1)	Model (2)	Model (3)	Model (4)	Model (5)	Model (6)	Model (7)	Model (8)
α	706.2	4	1.95	8.13	1.34	11.62	6.02	16.88
β_1	5.86	3.02	1.75	1.78	1.77	1.56	1.93	5.31
β_2	5.62	2.79	2.02	1.8	1.84	1.59	1.78	3.52
β_3	7.19	2.32	1.94	1.86	1.83	1.69	1.82	3.21
β_4	7.87	1.82	1.82	1.82	1.79	1.72	1.78	2.31
β_5	7.48	1.77	1.77	1.83	1.73	1.77	1.86	2.19
β_6	7.24	1.74	1.7	1.81	1.67	1.7	1.8	2.39
β_7	7.51	1.88	1.65	1.89	1.58	1.76	1.76	2.3
β_8	6.14	1.78	1.61	1.84	1.66	1.79	1.65	1.79
β_9	4.9	1.77	1.64	1.8	1.61	1.78	1.59	1.53
β_{10}	4.59	1.74	1.56	1.77	1.59	1.75	1.54	1.51
β_{11}	3.07	1.65	1.44	1.66	1.56	1.67	1.48	1.63
β_{12}	3.01	1.66	1.43	1.65	1.33	1.66	1.58	1.83
Uncertainty	11.29	6.71						10.54
Fin. Cons.	2.83		2.96					2.93
Indebtedness	44.84			18.41				29.93
Interest Rate	22.04				1.64			5.68
PMR	1021.08					9.93		
EPL	66.5						2.48	7.99
Mean VIF	75.04	2.48	1.8	3.43	1.64	3	2.08	5.75

5. Conclusions

The slowdown registered in Portuguese private and public investment since the beginning of the century cannot be completely explained by output dynamics. Although the latter explains a considerable share of the variation, there are other factors that contribute to a more accurate fit, specially after the Global Financial Crisis. Our empirical analysis suggests that factors as political uncertainty, indebtedness, market restrictions and interest rates enhance the fitness of the baseline accelerator model.

The magnitude and duration of the investment slowdown in Portugal justified a profound analysis of important developments on economy's sectors and asset classes. There was a general decay in investment on all asset classes (except intellectual property), with investment in infrastructures recording the worst performance in the group. The shift-share analysis identified that the fall in sectorial investment rates was mainly explained by negative dynamics within sectors. There appears to be a shift to less investment-intensive sectors, as services.

A wide share of the fall in investment during the period in analysis can be explained by negative dynamics within the Non-Tradable group of sectors. Further research must be conducted in order to understand whether these negative dynamics may indicate a structural inefficiency on the resource allocation of the Portuguese economy in the global economic system.

A future extension to this study should focus on firm-level data. Given the wide and rich micro-data available for the Portuguese economy, it would be interesting to study the role of financial constraints and indebtedness, specifically in SMEs. It would also be important to decompose investment between private and public investment, in order to better understand the differences in the dynamics of the two since the surge of the slowdown.

6. Bibliography

- Alexandre, F., et al, 2017, "Investimento Empresarial e o Crescimento da Economia Portuguesa", Fundac_ão Calouste Gulbenkian
- Barkbu, B., Berkmen, P., Lukyantsau, P. Saksonovs, S., and H. Schoelermann, 2015, "Investment in the Euro Area: Why Has It Been Weak", IMF Working Paper 15/32, International Monetary Fund, Washington.
- Baum, C., Caglayan, M., Talavera, O., 2008, "On the Sensitivity of Firms' Investment to Cash Flow and Uncertainty", Boston College Working Papers in Economics.

- Bloom, N., 2009, "The Impact of Uncertainty Shocks", *Econometrica*, Vol.77, No. 3, pp. 623-685.
- Clark, J.M., 1917, "Business Acceleration and the Law of Demand: A Technical Factor in Economic Cycles", *Journal of Political Economy*, Vol.25, pp. 217-235.
- Esteban, J., 2000, "Regional convergence in Europe and the industry mix: a shift-share analysis", *Regional Science and Urban Economics*
- European Central Bank (ECB) (2016), "Business Investment Developments in the Euro Area Since the Crisis", *Economic Bulletin* No. 7.
- European Commission (EC) (2017), "Investment in the EU Member States: An Analysis of Drivers and Barriers", *Institutional Paper* 062.
- Félix, S., 2018, "Borrowing constraints and firm dynamics", *Banco de Portugal*.
- Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) (2017), "The Portuguese economy: Short essays on structural changes".
- International Monetary Fund (IMF) (2015), "Private Investment: What's the Holdup?" *World Economic Outlook*, April, Chapter 4, pp. 111-143.
- Jorgenson, D., 1971, "Econometric Studies of Investment Behavior: A Survey", *Journal of Economic Literature*, Vol. 9: pp. 1111-1147.
- Lee, J., and Rabanal, P., 2010, "Forecasting U.S. Investment", *IMF Working Paper* 10/246, International Monetary Fund, Washington.
- Oliner, S., Rudebusch, G., and Sichel, D., 1995, "New and Old Models of Business Investment: A Comparison of Forecasting Performance", *Journal of Money, Credit, and Banking*, 27 (3): pp. 806-826.
- Poghosyan, 2018, "Investment Slowdown in Denmark: Diagnosis and Policy Options", *IMF Working Paper* 18/161, International Monetary Fund, Washington.
- van Oordt, M., "A Summary of Introductory Econometrics by Wooldridge", *African Tax Institute*, University of Pretoria.

Data definition, sources and overview

Accelerator Model

Business Investment: Investment data is retrieved from EUROSTAT quarterly national accounts. The data used is expressed in real terms (2010 prices) and seasonally and calendar adjusted. Following ECB (2017) and using data broken down by main asset classes, total investment is adjusted for construction (Non-Construction Investment). This adjusted variable will be used as a proxy for business investment, covering investment in transport, information and communication technology (ICT) equipment, other machinery and equipment, weapon systems, intellectual property products and agricultural products.

Capital Stock: The capital stock series was retrieved from AMECO at a yearly frequency and expressed in real terms (2010 prices). Linear interpolation is used to transform the series into quarterly frequency, with the capital stock in the last quarter of the year corresponding to the annual figure.

Gross Domestic Product: Data on real GDP (2010 prices) was taken from EUROSTAT quarterly national accounts.

Financial Constraints: The data is from European Commission's Business and Consumer Survey, at a quarterly frequency and seasonally adjusted. It expresses the percent of correspondents from manufacturing sector listing financial constraints as a factor limiting production.

Uncertainty: To proxy uncertainty it was used European Commission's economic sentiment indicator for Portugal. Monthly frequency was transformed into quarterly by taking the simple average of the economic sentiment indicator for the months of each quarter. (Natural log of uncertainty*100).

Indebtedness: It is used total credit to private non-financial sector as a share of GDP, for all sectors at market value and adjusted for breaks. The series was retrieved from Bank for International Settlements.

Product Market barriers: This variable is used as a proxy of barriers to investment in the product market. The data is retrieved from OECD's index of product market regulations (Overall PMR Indicator) - for 1998, 2003, 2008, 2013 and 2018. Linear interpolation was used to compute the quarters in between.

Labor Market barriers: Data is retrieved from OECD's indicator for employment protection legislation (EPL) - Regular contracts, including additional provision for collective dismissals Indicator (Version 1). Yearly data ranging from 1985 to 2013 was linearly interpolated as to have quarterly data.

Interest Rate: It was used EUROSTAT's quarterly data regarding long-term lending rate (Maastricht criterion interest rate).

Data overview

Table 7 – Data overview

Variable	Range	Unit	Nr. Obs.	Mean	Std. dev.	Min.	Max.
GDP	1995q1 to 2019q1	Million e	97	42358.46	3106.069	33766	46579
GFCF	1995q1 to 2019q1	Million e	97	8830.154	1467.908	6302.1	11191.3
Capital Stock ¹	1975q1 to 2018q1	Million e	173	362159.4	139637.1	147801.1	545755.9
NCI	1996q1 to 2019q1	Million e	93	3461.04	532.8	2082.4	4732.5
Financial Constraints	2003q1 to 2019q1	Ratio	65	0.0793	0.02	0.036	0.131
Uncertainty ²	1987q1 to 2019q1	natural log *100	129	461.54	11.05	433.3	484.6
Indebtedness	1975q1 to 2018q4	Ratio	176	1.419	0.474	0.768	2.315
PRM ¹	1998q1 to 2018q1	0 to 5 scale	81	1.77	0.42	1.29	2.59
EPL ¹	1985q1 to 2013q1	0 to 6 scale	113	4.53	0.359	3.18	5
Interest Rate	1986q1 to 2019q1	Rate/100	133	0.076	0.046	0.015	0.166

¹ After linear interpolation

² After transformation

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Videoconferência dos Ministros das Finanças da União Europeia 1 dezembro de 2020	Do debate ocorrido na videoconferência dos Ministros da Finanças da União Europeia de 1 de dezembro de 2020, destacam-se os seguintes temas: ▪ Cooperação administrativa no domínio da fiscalidade – Os Ministros confirmaram o seu apoio ao acordo alcançado a nível técnico sobre as alterações da Diretiva do Conselho relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade (DAC 7). Com estas alterações, a partir de 2023 as autoridades fiscais dos estados-membros procederão a uma troca automática de informações sobre os rendimentos auferidos pelos vendedores nas plataformas digitais. Esta medida pretende contribuir para prevenir a evasão e a elisão fiscais relacionadas com as atividades realizadas nessas plataformas, reforçar a justiça fiscal e promover condições de concorrência equitativas, tanto para as plataformas, como para os vendedores. As novas regras melhorarão igualmente o intercâmbio de informações e a cooperação entre as autoridades fiscais dos estados-membros, além de proporcionarem um quadro para que as autoridades competentes de dois ou mais estados-membros realizem auditorias conjuntas. Este quadro deverá estar operacional em todos os estados-membros, o mais tardar, a partir de 2024. ▪ União dos mercados de capitais – Conclusões do Conselho – Os Ministros discutiram conclusões do Conselho sobre o novo Plano de Ação da Comissão, adotadas posteriormente por procedimento escrito. As conclusões identificam as medidas mais urgentes, que devem ser tratadas no curto prazo, incentivando também a Comissão a trabalhar também nas iniciativas mais complexas e morosas. ▪ Questões internacionais – Alívio da dívida – Os Ministros das Finanças debateram as conclusões do Conselho sobre o alívio da dívida internacional, na sequência da reunião dos Ministros das Finanças e dos governadores dos bancos centrais do G20, que teve lugar a 13 de novembro de 2020. Neste contexto, as conclusões consideram essencial uma coordenação internacional dos esforços de alívio da dívida a favor dos países africanos, congratulam a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (ISSD), promovida pelo G20 e pelo Clube de Paris, bem como a sua prorrogação, e saúdam o acordo do G20 sobre um Quadro Comum para o Tratamento da Dívida para além da ISSD. As conclusões foram adotadas posteriormente por procedimento escrito. ▪ Fiscalidade internacional – Os Ministros procederam a um debate sobre esta temática, na sequência da adoção de conclusões do Conselho, por procedimento escrito, a 27 de novembro de 2020. Nessas conclusões, o Conselho congratulou-se com os progressos significativos realizados a nível do Quadro Inclusivo da OCDE sobre a erosão da base tributável e a transferência de lucros (BEPS) no que se refere à atualização do quadro de fiscalidade internacional das sociedades e confirmou que continua a apoiar estes trabalhos tendo em vista alcançar uma solução consensual a nível mundial o mais tardar até meados de 2021. O Conselho manifestou a disponibilidade da UE e dos seus estados-membros para analisarem as possibilidades de

Iniciativa

Sumário

implementar o acordo mundial o mais rapidamente possível. O Conselho sublinhou igualmente os progressos realizados no âmbito do Grupo do Código de Conduta no domínio da Fiscalidade das Empresas relativamente à promoção de normas de boa governação fiscal na UE e no resto do mundo, iniciando debates sobre a revisão do mandato do grupo de 1997 e prosseguindo os trabalhos sobre a lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais.

Destaca-se também a apresentação, por parte da Comissão, de um relatório sobre o mecanismo de alerta e de um projeto de recomendação do Conselho sobre política económica da área do euro. Esta recomendação deverá ser adotada pelos Ministros das Finanças da UE em janeiro de 2021, em formato presencial ou através de procedimento escrito, no contexto da Presidência Portuguesa do Conselho da UE.

Destaca-se ainda, no domínio dos serviços financeiros, a adoção pelo COREPER:

- No dia 9 de dezembro do acordo provisório do Parlamento Europeu e do Conselho referente a alterações ao Regulamento (UE) 2016/1011 no que respeita à isenção de determinados índices de referência de taxas de câmbio de países terceiros e à designação de índices de referência de substituição para determinados índices de referência em cessação.
- No dia 16 de dezembro do acordo provisório do Parlamento Europeu e do Conselho referente às quatro propostas constantes do pacote de recuperação dos mercados de capitais adotadas pela Comissão Europeia em julho para apoiar a recuperação económica em resposta à pandemia de COVID-19. O pacote inclui alterações à seguinte legislação da UE: i) Diretiva 2014/65/UE (DMIF II); Regulamento (UE) 575/2013 (Regulamento dos Requisitos de Capital); Regulamento (UE) 2017/2402 (Regulamento da Titularização Simples, Transparente e Padronizada); ii) Regulamento (UE) 2017/1129 (Regulamento do prospeto); iii) Diretiva 2014/65/UE (DMIF II), Diretiva (UE) 2019/878 e Diretiva 2013/36/UE.
- No dia 18 de dezembro de Conclusões do Conselho relativas ao relatório especial 21/2020 do Tribunal de Contas Europeu quanto "Controlo dos auxílios estatais às instituições financeiras na UE: é necessário um balanço de qualidade".

Videoconferência dos
Ministros das Finanças da
área do euro da União
Europeia em formato
inclusivo

30 novembro de 2020

Reforma do Mecanismo Europeu de Estabilidade – Os Ministros das Finanças da área do euro acordaram prosseguir com a reforma do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), com a assinatura do Tratado revisto que cria o MEE e com o seu processo de ratificação. Esta reforma do MEE irá permitir reforçar o conjunto de instrumentos para assistência financeira a título cautelar do MEE e fortalecer o seu papel no desenho, negociação e monitorização de programas de assistência financeira. Também permite estabelecer o mecanismo de apoio comum ao Fundo Único de Resolução. Relativamente a este último, os Ministros acordaram ainda na antecipação da entrada em vigor deste mecanismo para 2022 (anteriormente prevista para o final de 2023), bem como numa alteração ao Acordo Intergovernamental relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, aumentando a mutualização. Estas iniciativas possibilitam reforçar a resiliência da área do euro, através de uma ação mais atempada e eficaz na resposta a crises económicas e financeiras.

Iniciativa	Sumário
Videoconferência dos Líderes da União Europeia 10 e 11 de dezembro de 2020	Quadro Financeiro Plurianual e Plano de Recuperação – Com o objetivo de encontrar uma solução satisfatória e de dar resposta às preocupações manifestadas por alguns estados-membros, o Conselho Europeu alcançou um acordo sobre o projeto de Regulamento relativo a um regime geral de condicionalidade para a proteção do orçamento da UE. Em particular, os Líderes da União Europeia salientam que este regulamento deve ser aplicado em pleno respeito das identidades nacionais dos estados-membros, e dos princípios da atribuição, objetividade, não discriminação e igualdade de tratamento dos diversos estados-membros. Neste contexto, o Conselho Europeu convidou o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia a assegurarem, de forma imediata, as medidas necessárias para a adoção de todos dos instrumentos pertinentes, incluindo o Regulamento que estabelece o Quadro Financeiro Plurianual para 2021-2027 e a Decisão Recursos Próprios.
Regime Jurídico das Contraordenações Económicas Conselho de Ministros de 22 de dezembro de 2020	Aprovou o Regime Jurídico das Contraordenações Económicas, um diploma estruturante para a atividade dos operadores económicos e para a atuação das entidades fiscalizadoras.
Regime jurídico das autorizações de residência para investimento Conselho de Ministros de 22 de dezembro de 2020	Aprovou o decreto-lei que altera o regime jurídico das autorizações de residência para investimento tendo por objetivo favorecer a promoção do investimento de estrangeiros nas regiões de baixa densidade, nomeadamente na requalificação urbana, no património cultural, nas atividades de alto valor ambiental ou social, no investimento produtivo e na criação de emprego.
Isenção de imposto do selo sobre as apólices de seguros de crédito à exportação Conselho de Ministros de 22 de dezembro de 2020	Aprovou o decreto-lei que estabelece uma isenção de imposto do selo sobre as apólices de seguros de crédito à exportação, incluindo os seguros de crédito financeiros, os seguros caução na ordem externa e as garantias bancárias na ordem externa, concedidos com ou sem garantia do Estado.
Regime da moratória bancária Conselho de Ministros de 22 de dezembro de 2020	Aprovou uma alteração ao regime da moratória bancária, permitindo novas adesões até 31 de março de 2021. Esta alteração visa acautelar os constrangimentos de liquidez e tesouraria decorrentes do impacto económico da segunda vaga da pandemia.
Isenção de IVA Conselho de Ministros de 22 de dezembro de 2020	Aprovou a proposta de lei, a submeter à Assembleia da República, que consagra uma isenção de IVA, até 31 de dezembro de 2021, aplicável às transmissões de dispositivos médicos para diagnóstico in vitro da doença COVID-19 e de vacinas contra a mesma doença, bem como às prestações de serviços estreitamente ligadas às transmissões daqueles produtos.
Avaliação dos benefícios fiscais existentes em Portugal – Contagem de prazos no Código do IRC – Código Fiscal do Investimento	Aprovou a proposta de lei, a submeter à Assembleia da República, que pretende alterar matéria de benefícios fiscais, na sequência da avaliação dos benefícios fiscais existentes em Portugal. Assim, o diploma determina: a prorrogação pelo período de cinco anos dos benefícios fiscais com demonstrada eficácia e eficiência para as políticas públicas.

Iniciativa	Sumário
Conselho de Ministros de 22 de dezembro de 2020	
Programa Regressar – Medidas de incentivo à criação de empresas e do próprio emprego em Portugal	Aprovou a resolução que prorroga e procede ao reforço dos instrumentos de política pública integrados no Programa Regressar. Este reforço tem como objetivo alargar a cobertura do Programa, assegurando que os emigrantes e respetivos familiares têm acesso a medidas de incentivo à criação de empresas e do próprio emprego em Portugal.
Conselho de Ministros de 22 de dezembro de 2020	
Situação económica difícil na TAP, na Portugalá e na Cateringpor	Aprovou a resolução que declara a TAP, a Portugalá e a Cateringpor em situação económica difícil.
Conselho de Ministros de 22 de dezembro de 2020	
Atualização de medidas de atribuição de apoios sociais e económicos	Aprovou um conjunto de alterações que, atendendo à avaliação e evolução da situação epidemiológica em Portugal, visam manter atualizadas as medidas que têm vindo a ser aplicadas desde março de 2020, assegurando a sua pertinência e oportunidade, designadamente a atribuição de apoios sociais e económicos.
Conselho de Ministros de 22 de dezembro de 2020	
Alargamento da ADSE aos titulares de Contrato Individual de Trabalho	Aprovou o decreto-lei que estabelece o alargamento da ADSE aos titulares de Contrato Individual de Trabalho que exerçam funções em entidades de natureza jurídica pública.
Conselho de Ministros de 22 de dezembro de 2020	
Retribuição Mínima Mensal Garantida	O Governo decidiu, ouvidos os Parceiros Sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social, aumentar o valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida para os 665 euros (seiscentos e sessenta e cinco euros), com produção de efeitos no dia 1 de janeiro de 2021.
Conselho de Ministros de 22 de dezembro de 2020	

2. Seleção de Medidas Legislativas

Medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Assunto/Diploma	Descrição
Medidas destinadas às empresas e ao emprego – Programa APOIAR – Programa ATIVAR.PT– Programa FORM.ATIV – Arrendamento não habitacional	Aprova um conjunto de novas medidas destinadas às empresas e ao emprego no âmbito da pandemia da doença COVID-19.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2020 - Diário da República n.º 252/2020, Série I de 2020-12-30	
Sistema Público de Apoio à Conciliação no Sobre-Endividamento	Institui o Sistema Público de Apoio à Conciliação no Sobre-Endividamento.
Decreto-Lei n.º 105/2020 - Diário da República n.º 248/2020, Série I de 2020-12-23	

Assunto/Diploma	Descrição
Medidas excecionais e temporárias que salvaguardem a viabilidade das empresas e outras entidades empregadoras beneficiárias dos apoios financeiros públicos – Viabilidade das empresas Despacho n.º 12524/2020 - Diário da República n.º 248/2020, Série II de 2020-12-23	Estende a algumas situações a aplicação do Despacho n.º 8148/2020, de 21 de agosto, que define medidas excecionais e temporárias que salvaguardem a viabilidade das empresas e outras entidades empregadoras beneficiárias dos apoios financeiros públicos.
Regulamenta a prorrogação do estado de emergência Decreto n.º 11-A/2020 - Diário da República n.º 246/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-12-21	Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.
Incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial Portaria n.º 294-B/2020 - Diário da República n.º 245/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-12-18	Procede à primeira alteração à Portaria n.º 170-A/2020 , de 13 de julho, que regulamenta os procedimentos, condições e termos de acesso do incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial.
Políticas ativas de emprego – «Contrato Emprego-Inserção» (CEI) e «Contrato Emprego-Inserção+» (CEI+) Portaria n.º 294-A/2020 - Diário da República n.º 245/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-12-18	Estabelece uma suspensão temporária e limitada da aplicação das normas previstas nos n.os 3 a 6 do artigo 7.º da Portaria n.º 128/2009 , de 30 de janeiro.
Renovação do estado de emergência Resolução da Assembleia da República n.º 90-A/2020 - Diário da República n.º 244/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-12-17	Autorização da renovação do estado de emergência.
Renova a declaração do estado de emergência Decreto do Presidente da República n.º 66-A/2020 - Diário da República n.º 244/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-12-17	Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.
Regime de limitação extraordinária de pagamentos por conta de IRC Despacho do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais nº 510/2020-XXII, de 2020-12-17	Determinações relativas ao regime de limitação extraordinária de pagamentos por conta de IRC para 2020 e à regulamentação do artigo 5.º da Lei n.º 29/2020, de 31 de julho. 2020/2021: Ajustamento.
Prorrogação das medidas relativas ao movimento de pessoas nos portos nacionais Despacho n.º 12202-B/2020 - Diário da República n.º 242/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-12-15	Prorroga a proibição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais.
Prorrogação das medidas aplicáveis ao tráfego aéreo Despacho n.º 12202-A/2020 - Diário da República n.º 242/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-12-15	Prorrogação das medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal.
Cumprimento de obrigações fiscais, no âmbito do COVID-19 Decreto-Lei n.º 103-A/2020 - Diário da República n.º 242/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-12-15	Altera o regime excecional e temporário de cumprimento de obrigações fiscais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.
Sistema de incentivos à adaptação da atividade empresarial ao contexto da COVID-19 Decreto-Lei n.º 103/2020 - Diário da República n.º 242/2020, Série I de 2020-12-15	Altera o sistema de incentivos à adaptação da atividade empresarial ao contexto da COVID-19.
Coesão territorial	Aprova o Programa de Expansão de Projetos de Amplitude Nacional para o Desenvolvimento do Interior e o Programa

Assunto/Diploma	Descrição
Resolução do Conselho de Ministros n.º 106/2020 - Diário da República n.º 241/2020, Série I de 2020-12-14	de Dotação Operacional de Territórios e Apoio à Revalorização, que visam corrigir as assimetrias regionais, nomeadamente combinando medidas de reforço da competitividade dos diferentes territórios com estratégias para promover a coesão.
Medida excecional relativa às participações financeiras da segurança social Portaria n.º 281/2020 - Diário da República n.º 238/2020, Série I de 2020-12-09	Procede à primeira alteração à Portaria n.º 160/2020 , de 26 de junho, que alarga o prazo de vigência e o âmbito de aplicação da medida excecional relativa às participações financeiras da segurança social.
Competitividade e Internacionalização Portaria n.º 280/2020 - Diário da República n.º 237/2020, Série I de 2020-12-07	Procede à primeira alteração à Portaria n.º 140/2020 , de 15 de junho.
Aplicação do estado de emergência Decreto n.º 11/2020 - Diário da República n.º 236-A/2020, Série I de 2020-12-06	Regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.
Renovação do estado de emergência Resolução da Assembleia da República n.º 89-A/2020 - Diário da República n.º 236/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-12-04	Autorização da renovação do estado de emergência.
Renova a declaração do estado de emergência Decreto do Presidente da República n.º 61-A/2020 - Diário da República n.º 236/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-12-04	Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.
Medidas aplicáveis ao tráfego aéreo Despacho n.º 11836-B/2020 - Diário da República n.º 233/2020, 3º Suplemento, Série II de 2020-11-30	Prorrogação das medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal.
Medidas relativas ao movimento de pessoas nos portos nacionais Despacho n.º 11836-A/2020 - Diário da República n.º 233/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-11-30	Prorroga a proibição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais.
Retoma de atividade em empresas em situação de crise empresarial – Regime excecional de faltas justificadas Decreto-Lei n.º 101-A/2020 - Diário da República n.º 232/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-11-27	Altera o apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial e clarifica o regime excecional e temporário de faltas justificadas motivadas por assistência à família.

Outras Medidas

Assunto / Diploma	Sumário
Indemnização compensatória – Contrato-programa para o setor ferroviário Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/2020 - Diário da República n.º 252/2020, Série I de 2020-12-30	Autoriza a prorrogação da vigência do contrato-programa para o setor ferroviário e a realização da correspondente despesa com a indemnização compensatória.
Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E. – Conselho de administração da AICEP, E. P. E. Despacho n.º 12638-A/2020 - Diário da República n.º 251/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-12-29	Nomeia o presidente e os vogais executivos do conselho de administração da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E.

Assunto / Diploma	Sumário
Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP) – a Certificação de atributos profissionais, empresariais e públicos Portaria n.º 305/2020 - Diário da República n.º 251/2020, Série I de 2020-12-29	Primeira alteração à Portaria n.º 73/2018, de 12 de março, que define os termos e as condições de utilização do Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP) para a certificação de atributos profissionais, empresariais e públicos através do Cartão de Cidadão e Chave Móvel Digital.
Código do IVA – Procedimento de regularização do IVA Portaria n.º 303/2020 - Diário da República n.º 250/2020, Série I de 2020-12-28	Regulamenta a apresentação do pedido de autorização prévia no procedimento de regularização previsto nos artigos 78.º-B e 78.º-C do Código do IVA e aprova os modelos e respetivas instruções.
Modelo 10 - Rendimentos e retenções – Regime do IRS e do IRC Portaria n.º 300/2020 - Diário da República n.º 249/2020, Série I de 2020-12-24	Aprova a Declaração Modelo 10 - Rendimentos e retenções - Residentes, e respetivas instruções de preenchimento.
Saída do Reino Unido da UE (Brexit) – designação de representante fiscal Despacho do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais n.º 514/2020-XXII, de 2020-12-23	Saída do Reino Unido da UE (Brexit) – designação de representante fiscal.
Retenções na fonte de IRS e de IRC Portaria n.º 295/2020 - Diário da República n.º 246/2020, Série I de 2020-12-21	Altera a Portaria n.º 523/2003, de 4 de julho, relativa ao modelo da declaração de pagamento de retenções na fonte de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC).
Processo de alienação de ações do capital social da Efacec Power Solutions, SGPS, S. A. Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2020 - Diário da República n.º 246/2020, Série I de 2020-12-21	Aprova o caderno de encargos do processo de alienação de ações representativas do capital social da Efacec Power Solutions, SGPS, S. A.
Programa «Modelo de Apoio à Vida Independente» (MAVI) Portaria n.º 287/2020 - Diário da República n.º 243/2020, Série I de 2020-12-16	Procede à primeira alteração à Portaria n.º 342/2017, de 9 de novembro, que estabelece os critérios, limites e rácios necessários à execução do Decreto-Lei n.º 129/2017, de 9 de outubro, na sua redação atual, que instituiu o Programa «Modelo de Apoio à Vida Independente» (MAVI).
Programa de Expansão de Projetos de Amplitude Nacional para o Desenvolvimento do Interior – Programa de Dotação Operacional de Territórios e Apoio à Revalorização Decreto-Lei n.º 91/2020 - Diário da República n.º 204/2020, Série I de 2020-10-20	Aprova o Programa de Expansão de Projetos de Amplitude Nacional para o Desenvolvimento do Interior e o Programa de Dotação Operacional de Territórios e Apoio à Revalorização.
Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço – Modelo de implementação e monitorização da ECDT Resolução do Conselho de Ministros n.º 105/2020 - Diário da República n.º 241/2020, Série I de 2020-12-14	Aprova o modelo de implementação e monitorização da Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço.
Polos de Inovação Digital e de Acesso à Rede Europeia Despacho n.º 12046/2020 - Diário da República n.º 240/2020, Série II de 2020-12-11	Procede à aprovação do Regulamento do Processo de Reconhecimento dos Polos de Inovação Digital e de Acesso à Rede Europeia.
Tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões para 2021 Decreto-Lei n.º 101-E/2020 - Diário da República n.º 237/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-12-07	Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2021.
Transposição de Diretiva – Destacamento de trabalhadores Decreto-Lei n.º 101-E/2020 - Diário da República n.º 237/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-12-07	Transpõe a Diretiva (UE) 2018/957, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços.

Assunto / Diploma	Sumário
Domínio da Inclusão Social e Emprego – FE-DER– FSE Portaria n.º 279/2020 - Diário da República n.º 237/2020, Série I de 2020-12-07	Procede à oitava alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, aprovado em anexo à Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março
Pensões de acidentes de trabalho para o ano de 2020 Portaria n.º 278/2020 - Diário da República n.º 236/2020, Série I de 2020-12-04	Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho para o ano de 2020.
Obrigações declarativas fiscais – Regime do justo impedimento de curta duração Portaria n.º 276/2020 - Diário da República n.º 236/2020, Série I de 2020-12-04	Procede à primeira alteração à Portaria n.º 232/2020, de 1 de outubro, que estabelece as obrigações declarativas fiscais que estão abrangidas pelo regime do justo impedimento de curta duração, previsto no artigo 12.º-A do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro.
Tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões para 2021 Despacho n.º 11886-A/2020 - Diário da República n.º 235/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-12-03	Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2021.
Conselho Superior de Estatística Despacho n.º 11860/2020 - Diário da República n.º 235/2020, Série II de 2020-12-03	Nomeação dos membros do Conselho Superior de Estatística para o mandato de 2020-2022.

Lista de Acrónimos

Sigla	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal
ADSE, I.P.	Instituto de Proteção e Assistência na Doença – Instituto Público de Gestão Participada
AL	Administração Local
AR	Administração Regional
BCE	Banco Central Europeu
BdP	Banco de Portugal
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>
BT	Bilhetes do Tesouro
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto
CE	Comissão Europeia
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia
DGO	Direção-geral do Orçamento
DGTF	Direção-geral do Tesouro e Finanças
EUROSTAT	Gabinete de Estatísticas da União Europeia
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSEE	<i>Institut National de la Statistique et des Études Économiques</i>
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos
ISV	Imposto sobre Veículos
IUC	Imposto Único de Circulação
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Orçamento do Estado

Sigla	Descrição
OT	Obrigações do Tesouro
PIB	Produto Interno Bruto
SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SS	Segurança Social
UE	União Europeia
VAB	Valor Acrescentado Bruto
Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.